



PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

2024 – 2034

Ilustração: Marjorie Alves



FICHA TÉCNICA

Prefeito Municipal de Aimorés

Marcelo Marques

Vice-Prefeita

Andrea Candida Plaster Mattos Afoumado

Presidente do CMDCA

Ronaldo César dos Santos Filho

Secretária Municipal de Educação

Karla Tápias Alves Vidal Lopes

Secretário Municipal de Assistência Social

Wallace Rosa Gomes

Secretário Municipal de Saúde

Carlos Vinícius Ernandes Patrício

Secretário de Administração

Fernando Antônio Ton Araújo

Representante do Conselho Tutelar

Karla Cristina de Abreu Quintela

Representante da APAE

Maria de Lourdes Oliveira de Castro

Representante do Instituto Terra

Jeieli M. Oliveira Capettini

CERA - Centro de Educação e Recuperação Ambiental

Gerente de Educação e Pessoas

Thais C. Moraes Reis

Coordenadora de Educação

COMITÊ MUNICIPAL

Portaria nº 096 de 18 de Janeiro de 2024,
alterada pela Portaria nº 445 de 10 de setembro
de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Mirian Barcellos Noibauer
Karla Tápias Alves Vidal Lopes

LIONS CLUBE

Vanuza Maria B. Melo Silva
Maria Madalena Jesus da Silva Patrício

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE AIMORÉS

Filipe Pereira Dias do Nascimento
Maria de Lourdes Oliveira de Castro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Wallace Rosa Gomes
Patrícia de Oliveira Santos

INSTITUTO TERRA

Jeieli Madeira de Oliveira Capettini
Thais Cesário de Moraes Reis

CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sandro Pereira
Ilvania de Paula

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Zilá da Silva Soeiro
Noádia Aprígio Dias da Luz

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Giane Kelly Costa de Almeida
Patrícia Espanhol Cabral

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, CULTURA E TURISMO

Gustavo Gonçalves Parente
Suplente: Millena Vitória Silva Oliveira Wolfgramm

REPRESENTANTE DE PAI OU MÃE DE CRIANÇA MENOR DE 06 (SEIS) ANOS

Cecília Garcia Barbosa
Maksane Maria Silva Pimenta

COORDENAÇÃO GERAL PMPI MUNICIPAL

Mirian Barcellos Noibauer
Ana Maria de Souza Lemos

CONSULTORIA E SUPERVISÃO DO PMPI

Desirée Ruas
Galdina Arrais
Rogério Prado

REDATORA DO PMPI MUNICIPAL

Ana Maria de Souza Lemos

REVISORA TEXTUAL DO PMPI MUNICIPAL

Lilia Pereira Roela e Silva

Nossa gratidão ao município de Aimorés por ter caminhado com a Rede Primeira Infância – Minas Gerais (REPI-MG) na construção coletiva do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI). E tudo começou com a adesão à campanha por meio da assinatura do prefeito(a), secretário(a) ou vereador(a) do município. Ela marcou o início de um processo importante que envolveu o trabalho de muitas pessoas nas diferentes secretarias municipais, nas organizações da sociedade civil, nos conselhos, nas universidades, nos coletivos e movimentos, nas comunidades, e contou com a preciosa participação das crianças.

Após a criação da REPI-MG, foi idealizada a sua primeira grande ação: um movimento para promover um aumento significativo dos PMPIs no estado de Minas Gerais. No ano de 2022, a plataforma Observa (Observatório do Marco Legal da Primeira Infância), da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), apontava apenas dois municípios com Planos nas 853 localidades mineiras. Queríamos saber, então, se outros municípios tinham Planos Municipais, mas eles ainda não estavam cadastrados na plataforma da RNPI, e também apoiar os municípios que não tinham começado a construir seus PMPIs.

A campanha “50 Planos Municipais pela Primeira Infância de Minas Gerais” nasceu do esforço da Rede Primeira Infância – MG com o apoio da Fundação Van Leer, do Cecip, da Urban95, da UNCME-MG e da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI). Em agosto de 2023, 108 municípios passaram a receber apoio técnico por parte da REPI-MG para a elaboração dos PMPIs. Da parte da Rede Primeira Infância - MG, foram oferecidas muitas horas de capacitação on-line com especialistas, além de eventos presenciais, participação em audiências públicas, conversas, produção de material informativo que ajudaram na construção do PMPI. Valeu todo o esforço! O nosso muito obrigada vai para todos vocês.

Sabemos dos grandes desafios vivenciados pelas diferentes infâncias em Minas Gerais. Como o nosso estado é imenso e tão diverso, precisamos caminhar de forma coletiva, trocando boas experiências e nos apoiando também na implementação, no monitoramento e na avaliação do Plano. O PMPI é mais um importante instrumento para combater as desigualdades e garantir que todas as crianças tenham direito a um desenvolvimento pleno. Recebemos este Plano com alegria e esperança porque acreditamos no trabalho coletivo para a promoção de uma vida digna para todas as infâncias.

Desirée Ruas

Galdina Arrais

Rogério Prado

Secretaria Executiva da REPI-MG e coordenação da campanha 50 Planos Municipais pela Primeira Infância de MG.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1. INTRODUÇÃO - Construindo Futuros: Um Compromisso com a Primeira Infância	11
2. AIMORÉS E A PRIMEIRA INFÂNCIA	14
2.1 Histórico	15
2.1.1 Formação Administrativa.....	15
2.1.2 Saúde.....	17
2.1.3 Educação.....	19
2.1.4 Assistência Social	20
2.1.5 Desenvolvimento econômico, cultura, esporte, lazer e turismo.....	20
2.1.6 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.....	22
2.1.7 Instituto Terra	23
2.2 Nossa realidade	24
2.2.1 Saúde.....	25
2.2.2. Educação.....	26
2.2.3 Assistência Social.....	28
2.2.4 Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.....	29
2.2.5 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Aimorés.....	29
2.2.6 Instituto Terra	30
3. PRINCÍPIOS E VALORES	33
4. O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PMPI	37
4.1 Mobilização e Sensibilização	38
4.2 Diagnóstico da Situação da Primeira Infância	38
4.3 Planejamento Participativo	38
4.4 Redação do Plano	39
4.5 Implementação	39
4.6 Monitoramento e Avaliação	39
4.7 Revisão e Atualização	39
5. PARTICIPAÇÃO INFANTIL NO PMPI	41

5.1 Criação de Espaços de Diálogo.....	42
5.2 Consulta Direta às Crianças.....	43
5.3 Resultados da Participação Infantil.....	44
6. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PMPI.....	45
7. DIAGNÓSTICO DO PMPI DE AIMORÉS.....	49
7.1 Saúde.....	50
7.1.1 Em relação ao pré-natal, gestantes e puérperas, taxa de mortalidade infantil e materna.....	51
Porcentagem de gestantes com início do pré-natal no 1º trimestre de gravidez do total de gestantes.....	51
Porcentagem de gestantes com 7 ou mais consultas pré-natal do total de gestantes.....	51
Percentual de partos cesáreo em relação ao total de partos registrados no município.....	52
Percentual de gestantes com acompanhante antes e durante o trabalho de parto e pós-parto.....	53
Percentual de puérperas que tiveram acesso ao alojamento conjunto com o recém-nascido, conforme Lei 1.108/2005.....	54
Número de óbitos de mulheres gestantes ou puerperais, por causas e condições consideradas de morte materna.....	55
Taxa de mortalidade infantil (Números Absolutos)	56
Porcentagem de bebês de até 6 meses com aleitamento materno exclusivo. (Números absolutos)	57
Desnutrição e Obesidade.....	58
Proporção de gestantes com idade entre 10 e 14 anos em relação ao total de grávidas no período.....	59
Proporção gestantes com idade entre 15 e 19 anos em relação ao total de grávidas no período.....	60
Percentual crianças de 0 a 5 anos com altura baixa e muito baixa para a idade...61	
Percentual de crianças de baixo peso em relação ao total de nascidos vivos.....	62
7.1.2 Gestão do serviço de saúde.....	64
Percentual de crianças vacinadas com duas doses da Tríplice Viral.....	64

Percentual de Cobertura de Equipe Saúde da Família na população total do Município.....	64
7.1.3 Acidentes.....	65
Número de óbitos de crianças menores de 5 anos por causas acidentais.....	65
7.1.4 Sífilis Congênita.....	66
Casos de sífilis congênita segundo idade da criança por ano de diagnóstico.....	66
7.2 Educação.....	67
7.2.1 Educação Infantil.....	67
Creches Públicas e Privadas do Município.....	67
Pré-escola, Municipais Públicas e Privadas.....	67
Desistência/abandono na Pré-escola da Rede Municipal.....	69
Percentual de crianças de 0 a 06 anos que não frequentam unidades de educação infantil em relação à população dessa faixa etária, nos anos considerados.....	69
Número de Professores existentes na Educação Infantil na Rede Municipal (Creche e Pré Escola)	70
Média de alunos por docentes.....	71
Porcentagem de Crianças de até 5 anos e 11 meses com Necessidades Educacionais Especiais inseridos na Educação Infantil da Rede Municipal em relação ao total de matrícula.....	72
Porcentagem de Docentes com Curso Superior atuando em turmas de Creche e Pré-Escola no Município.....	73
Porcentagem de Unidades de Educação Infantil de atendimento Integral para Bebês/Crianças de 0 A 3 anos e 11 meses - Creche e Pré-Escola/Crianças de 4 e 5 anos e 11 meses.....	74
Porcentagem de Unidades de Educação Infantil com oferta diária de merenda.....	75
Porcentagens de Instituições que atendem a Educação Infantil Municipal está de acordo com as Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	76
Docentes com Formação Continuada.....	77
Taxa bruta de matrícula em Creches e Pré-Escola.....	78
7.3 Assistência Social.....	79

7.3.1 Proteção Social Básica.....	79
Número de núcleos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para crianças de 0 a 6 anos.....	79
Número de crianças de 0 a 6 anos inseridas nos SCFV.....	80
Número de grupos de gestantes acompanhadas pelo serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF).....	81
Número de Crianças de Até 6 Anos Acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).....	82
Quantidade de benefícios Bolsa Família.....	82
O município possui programas de visitas domiciliares.....	83
Proporção indivíduos visitados pelo Programa Crianças Feliz em relação à meta pactuada.....	84
Número de gestantes acompanhadas pelo serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos.....	85
Número de ações de prevenção a todos os tipos de violências relacionadas à primeira infância.....	86
Cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).....	86
Crianças inscritas no Cadastro Único na faixa etária de 0 a 6 anos.....	87
7.3.2 Violação de Direito e Proteção Social Especial (Alta Complexidade) Faixa Etária de 0 a 6 Anos.....	88
7.4 Lazer, Espaço, Cultura e Meio Ambiente.....	89
7.4.1 Criança, Cidade e Meio Ambiente.....	90
Semana do bebê.....	90
Proporção de domicílios em Aglomerados Subnormais em relação ao total de domicílios (%)	91
Número de espaços de lazer disponíveis para a primeira infância por localização – Brinquedotecas.....	92
Porcentagem de arborização de vias públicas.....	93
O município participa da Rede Estadual pela Primeira Infância (REPI) ou da Rede Nacional pela Primeira Infância (RNPI).....	93
Cobertura de internet móvel.....	94

Programas ou políticas que contemplam espaços públicos planejados para crianças na primeira infância.....	95
Número de espaços de lazer disponíveis para a primeira infância - Parques infantis.....	95
7.4.2 Abastecimento de água e esgoto.....	96
7.2 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.....	98
8. EIXOS ESTRATÉGICOS.....	100
8.1 Saúde.....	102
8.2 Educação.....	108
8.3 Assistência Social.....	139
8.4 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer E Turismo.....	141
8.5 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.....	151
8.6 Instituto Terra.....	153
9. GOVERNANÇA, COMUNICAÇÃO E MONITORAMENTO.....	156
9.1 Acompanhamento e Monitoramento.....	157
9.2 Divulgação das Ações do PMPI.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS.....	161
ANEXOS.....	164
Linha do Tempo.....	164
Portaria de Criação do Comitê do Plano Municipal pela Primeira Infância.....	165
O processo de criação do PMPI.....	168
Escuta das Crianças (Participação infantil no PMPI)	169
Audiência Pública.....	172
Reunião com a consultoria e supervisão do PMPI.....	176
LISTA DE SIGLAS.....	178
RESOLUÇÃO 308/204/CMDCA.....	180

APRESENTAÇÃO

Se, de uma parte, é confortante imaginarmos um cenário ao alcance de nossa própria vida, de pleno desenvolvimento de nossas crianças, de outra parte, é imperioso construí-lo diariamente, persistentemente. Sonho de futuro sem ação no presente é ficção, alienação e projeção irresponsável. Ao contrário, a ação-hoje, inserida na perspectiva daquele cenário, impregna de dignidade o hoje de nossas vidas.

Plano Nacional pela Primeira Infância, 2010, p. 14

O Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI expressa o compromisso do município de Aimorés com suas crianças, considerando que é interesse do poder público municipal a definição de ações que assegurem direitos essenciais ao desenvolvimento pleno das crianças nesse momento inicial de suas vidas.

O Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI), compreende esse período, que envolve desde a gestação até os primeiros 5 anos 11 meses 29 dias como um período muito importante para o desenvolvimento do indivíduo, quando as experiências são relevantes e determinantes para toda a vida.

Os experimentos vividos no período da primeira infância influenciam a criança e suas relações com outros indivíduos nas etapas que se seguem, o que justifica os investimentos nos mais diferenciados segmentos da sua formação física, psíquica e emocional, tornando-se impreterível um conjunto de ações que, de forma articulada, promova o desenvolvimento integral das crianças.

Dessa forma, a mobilização pela primeira infância é coletiva, envolvendo todas as instâncias de governo e todos os setores e segmentos da sociedade civil, na perspectiva de reafirmar o compromisso de todos com a defesa e a garantia dos direitos das crianças, para projetar um futuro promissor às novas gerações.

A elaboração deste Plano teve o envolvimento de representantes dos órgãos governamentais e não governamentais, sociedade civil, Conselho da Criança e Adolescente, profissionais das diferentes secretarias e classes populares.

A metodologia principal foi pautar as ações pela orientação em rede, em nosso caso, Secretaria Municipal de Educação, Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, Instituto Terra, Sociedade Civil e o próprio Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, fundamental para a articulação política, fortalecimento das organizações comunitárias e eficiência das políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

Construindo Futuros: Um Compromisso com a Primeira Infância



Ilustração: Ghael Henrique Alves Faier

Com 2.152 crianças em idade entre 0 e 6 anos, a cidade de Aimorés, por meio deste Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), traça metas e estratégias que, transformadas em ações, promoverão uma primeira infância plena, estimulante e saudável para as crianças no Município.

O Plano Nacional pela Primeira Infância foi aprovado em 2010 e revisado e atualizado em 2020 e com marco final em 2030, compreende esse período desde a gestação até 06 anos de idade como um período muito importante para o desenvolvimento da criança, onde experiências vividas nesse período influenciam nas relações com outros indivíduos, portanto é importante que os municípios elaborem os planos municipais da primeira infância para a construção de ações e agendas locais, atribuindo ao governo e à sociedade um papel e um compromisso com esse público.

Em 2016 foi aprovado (Lei 13.257, do ano de 2016), recomendando aos municípios a elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância, com ações e metas que priorizam e garantem os direitos das crianças, devendo ser uma mobilização coletiva, envolvendo todos os setores e segmentos da sociedade civil.

Portanto como instrumento técnico-político, que visa contribuir para assegurar os direitos e o desenvolvimento integral das crianças nessa faixa etária, o PMPI, tem dupla função: ser um guia para a atuação do poder público, da sociedade e das famílias, corresponsáveis na garantia das condições para o pleno desenvolvimento das crianças; e ser uma ferramenta de acompanhamento e controle dessa atuação, uma vez que dispõe sobre as metas e estratégias necessárias para o cumprimento de seus eixos estratégicos.

São quatro os eixos estratégicos do PMPI de Aimorés:

- I. Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância.
 - II. Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral.
 - III. Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância.
 - IV. Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância.
- Apoiado em evidências científicas¹ que demonstram a importância do desenvolvimento integral na primeira infância para toda a vida – e, portanto, para toda a sociedade, a longo prazo, o PMPI

¹“Desde 2000, o rápido aumento de publicações sobre o tema do desenvolvimento na primeira infância ultrapassou a tendência geral das publicações sobre ciências da saúde” – Apoiando o Desenvolvimento na Primeira Infância: da ciência à difusão em grande escala (outubro/2016), disponível em <<https://portaldeboaspraticas>>.

de Aimorés, baseia-se na consolidação recente do conhecimento de que é nessa etapa da vida que se deve intervir para assegurar oportunidades iguais a todas e todos e, com isso, aumentar as possibilidades de ruptura do ciclo de pobreza das famílias em situação de vulnerabilidade². Entre a gestação e os 6 anos de idade, o cérebro humano se desenvolve mais rapidamente do que em qualquer outra fase da vida e esse desenvolvimento depende diretamente da qualidade dos estímulos, dos vínculos estabelecidos com as pessoas no entorno e do ambiente no qual a criança está inserida. Tais fatores determinam o desenvolvimento das competências cognitivas, sociais, físicas e emocionais. Portanto, situações de privação e risco nessa idade prejudicam esse desenvolvimento, ocasionando dificuldades nas etapas futuras da vida.

Fica evidente, portanto, que o investimento na primeira infância é uma medida socioeconômica altamente eficaz e eficiente, cuja necessidade de priorização é incontestável.

No Brasil, a prioridade da criança é estabelecida no art. 227 da Constituição Federal³, de 1988. O artigo determina um tratamento privilegiado para a faixa etária de 0 a 18 anos (excepcionalmente, até 21). O Marco Legal da Primeira Infância⁴, aprovado em 2016, deu um passo além e estabeleceu princípios e diretrizes para a formulação e implementação das políticas públicas para as crianças de 0 a 6 anos.

A fim de garantir legitimidade e efetividade, assim como promover a sua continuidade ao longo dos anos, o PMPI de Aimorés foi elaborado com a participação de diferentes atores do poder público e da sociedade.

Dessa forma, as metas e estratégias aqui traçadas foram construídas por meio de um processo participativo, envolvendo reuniões de planejamento dos técnicos e gestores da Prefeitura com representantes da sociedade civil, do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Saúde e Conselho Tutelar. Foram também realizados seminários e oficinas de escuta de crianças nos equipamentos da rede pública de Educação Infantil e da Assistência Social.

² Entende-se por vulnerabilidade a junção de duas situações: a exposição a contingências e tensões e a dificuldade para lidar com elas. A vulnerabilidade social está relacionada à dimensão material da existência - condições precárias de vida, privação ou ausência de renda e precário ou nulo acesso aos serviços públicos. A vulnerabilidade relacional decorre de experiências vivenciadas de violência, conflito, isolamento, confinamento, abandono, apartação, desvalorização, exploração, preconceito e discriminação.

³ CF, art. 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

⁴ Lei nº 13.257/16. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.

2. AIMORÉS E A PRIMEIRA INFÂNCIA



Aimorés/MG

2.2 Histórico

Aimorés era originalmente habitada por povos indígenas, especialmente os Botocudos (também chamados (aimoré). Durante o período colonial, a ocupação da região foi marcada por conflitos entre os colonizadores e os indígenas, que resistiam à invasão de suas terras. Os Botocudos foram alvo de diversas campanhas de extermínio ou pacificação promovidas pelo governo colonial.

O desbravamento da região onde se localiza o município de Aimorés ocorreu entre 1856 e 1860, quando os primeiros posseiros, os irmãos João e Luís de Aguiar, acompanhados de seu cunhado Inácio Mançores, vindos de Paraíba do Sul (RJ), chegaram à propriedade do Tenente Francisco Ferreira da Silva, no município de Manhuaçu. Eles exploraram as cabeceiras do rio Pocrane, no município de Ipanema, e seguiram margeando o rio até o rio Manhuaçu, descendo por este até a confluência com o rio Doce. A região oferecia atrativos econômicos, como solo fértil, caça abundante e rios piscosos, o que os incentivou a se estabelecerem como produtores rurais e mineradores em busca de ouro e pedras preciosas. Somente por volta de 1870 outros desbravadores chegaram com o propósito de promover o progresso, especialmente na agricultura e na pecuária, destacando-se Paulo Martins dos Santos entre eles.

A nova terra foi inicialmente denominada Natividade. Os desbravadores incentivaram a agricultura e a pecuária, e gradualmente foram povoando a área, que até então era habitada pela tribo indígena dos Tapuias ou Aimures. O local atraiu outras pessoas devido à sua fertilidade e riqueza, e a localidade cresceu.

Em 1915, o nome da localidade foi alterado para Aimorés, em homenagem aos seus primeiros habitantes, os índios Botocudos do grupo Aimuré/Guimaré (Aimoré).

2.1.1 Formação Administrativa

Devido a disputas sobre divisas com o estado vizinho do Espírito Santo, foi comum a duplicidade de atos administrativos, o que contribuiu para a criação de vários distritos. O distrito de Barra do Manhuaçu foi criado pela Lei Estadual nº 556, em 30 de agosto de 1911, na antiga povoação de Natividade da Barra do Manhuaçu, com parte do território transferido do Espírito Santo. A transferência foi ratificada pelo Laudo Arbitral firmado entre os dois estados em 30 de novembro de 1914. A Lei nº 663, de 18 de setembro de 1915, criou o distrito de Aimorés.

Aimorés foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 673, de 5 de setembro de 1916, sendo desmembrado do município de Rio José Pedro (posteriormente renomeado Ipanema), com sede na povoação de Natividade. O município foi constituído por cinco distritos:

Aimorés, São Sebastião do Alto Capim, Penha do Capim, São Benedito e Resplendor, este último adquirido do município de Caratinga. O município de Aimorés foi oficialmente instalado em 24 de fevereiro de 1917.

Nos quadros do recenseamento geral de 1º de setembro de 1920, o município era composto pelos distritos de Aimorés, Alto Capim, Penha do Capim, Resplendor e São Benedito. Pela Lei Estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, o distrito de Alto Capim passou a se chamar São Sebastião do Alto Capim, e São Benedito foi renomeado para Tabaúna.

Aimorés foi elevado à condição de cidade pela Lei Estadual nº 893, em 10 de setembro de 1925. Em 1933, o município era formado pelos mesmos cinco distritos. Essa estrutura foi mantida nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938, o distrito de Resplendor foi desmembrado e elevado à categoria de município, e o distrito de São Sebastião do Alto Capim voltou a se chamar Alto Capim.

No período de 1939-1943, o município de Aimorés era composto pelos distritos de Aimorés, Alto Capim, Penha do Capim e Tabaúna. Pela Lei Estadual nº 336, de 27 de dezembro de 1948, foram criados os distritos de Conceição do Capim e Expedicionário Alício (antigo povoado de Mata Três), que foram anexados ao município.

Em 1º de julho de 1950, Aimorés era composto por seis distritos: Aimorés, Alto Capim, Conceição do Capim, Expedicionário Alício, Penha do Capim e Tabaúna, configuração que permaneceu até 1º de julho de 1960. Pela Lei Estadual nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, foram criados os distritos de Mundo Novo de Minas e São Sebastião da Vala, anexados ao município.

Na divisão territorial de 31 de dezembro de 1963, Aimorés contava com oito distritos: Aimorés, Alto Capim, Conceição do Capim, Expedicionário Alício, Mundo Novo de Minas, Penha do Capim, São Sebastião da Vala e Tabaúna, estrutura que se manteve até 1995. Pela Lei Municipal nº 1499, de 31 de outubro de 1995, foi criado o distrito de Santo Antônio do Rio Doce, também anexado ao município.

Em 2001, Aimorés contava com nove distritos: Aimorés, Alto Capim, Conceição do Capim, Expedicionário Alício, Mundo Novo de Minas, Penha do Capim, Santo Antônio do Rio Doce, São Sebastião da Vala e Tabaúna.

Aimorés, MG

IDHM 2010

0,684

POPULAÇÃO 2017

25.711 hab.

PIB PER CAPITA 2016

R\$ 10,60

anual, em mil reais de agosto 2010

ÁREA

1.348,90 Km²

FAIXA DO IDHM

Médio

IDHM entre 0,600 e 0,699

DENSIDADE DEMOGRÁFICA 2017

19,06 hab/km²

ANO DE INSTALAÇÃO

1916



<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil> - Censo de 2010

Pela Lei nº 2.692, de 2 de dezembro de 2019, foi criado o distrito de São José do Limoeiro, e as divisas dos distritos de Expedicionário Alcício e Tabaúna foram ajustadas, tornando São José do Limoeiro um distrito oficial de Aimorés a partir de 1º de janeiro de 2020.

Na divisão territorial de 2019, o município passou a ser composto por 10 distritos: Aimorés, Alto Capim, Conceição do Capim, Expedicionário Alcício, Mundo Novo de Minas, Penha do Capim, Santo Antônio do Rio Doce, São Sebastião da Vala, Tabaúna e São José do Limoeiro. Ao longo da história de Aimorés, Minas Gerais, não podemos deixar de lado áreas cruciais como saúde, educação, assistência social, além de outras esferas como cultura, esporte, lazer e desenvolvimento econômico, que juntas especificaram a base do desenvolvimento do município e moldaram uma identidade local.

2.1.2 Saúde

Vale ressaltar que o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)⁵ tinha como foco inicial o saneamento e a saúde nas áreas rurais, ele desempenhou um papel central na construção de redes de unidades de saúde, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Suas ações abrangem tanto a medicina curativa quanto a preventiva, com ênfase na educação sanitária, promovida em espaços como escolas primárias⁶.

Entre 1942 e 1960, o SESP funcionou como uma agência bilateral, com autonomia administrativa e orçamentária em relação ao antigo Ministério da Educação e Saúde Pública⁷.

⁵ foi criado em 1942, fruto de um acordo entre os governos brasileiro e norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo inicial de promover o saneamento de regiões estratégicas para a produção de materiais primários essenciais, como a borracha na Amazônia e a minério de ferro no Vale do Rio Doce. Essas áreas eram exclusivas para o esforço de guerra e para o abastecimento das indústrias dos Aliados.

⁶ Abordagem que visava conscientizar a população, especialmente as crianças, sobre práticas de higiene e saúde, integrando a prevenção de doenças no cotidiano.

⁷ O MASP foi um ministério do governo do Brasil criado em decreto de 14 de novembro de 1930, e Extinto 1953.

A expansão do SESP nas áreas rurais e urbanas contribuiu para a criação de uma nova cultura de saúde, particularmente nas escolas, onde a educação sanitária buscava modificar comportamentos e moldar novas identidades. Assim o SESP, ao atuar tanto no meio rural quanto em áreas urbanas estratégicas, ajudou a construir um legado de infraestrutura de saúde e saneamento que seria fundamental para o desenvolvimento das políticas de saúde nas décadas seguintes. As ações de saneamento, como a quantidade de água potável e o controle de vetores, foram essenciais para a melhoria das condições de saúde nas áreas urbanas mais afetadas por essas doenças.

Com o avanço da industrialização e da urbanização, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966, e posteriormente, em 1977, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS)⁸ e foi extinto pela lei federal 8.689, em 1993.

Na década de 1990, uma mudança importante na saúde pública foi a criação do Programa de Saúde da Família (PSF) em 1994. O PSF foi desenvolvido como uma estratégia para expandir o acesso à atenção primária, principalmente nas áreas mais vulneráveis das cidades. Por meio de equipes multiprofissionais, o PSF realiza visitas domiciliares e ações comunitárias para promover a saúde, prevenir doenças e tratar condições médicas no estágio inicial.

O PSF foi particularmente importante e deu um passo significativo para reduzir as desigualdades no acesso à saúde, integrando o atendimento básico diretamente nas comunidades.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) são a base do sistema de atenção primária à saúde e foram uma das principais iniciativas para expandir o acesso aos serviços de saúde em Aimorés e estão espalhadas por bairros urbanos e distritos, oferecendo desde consultas médicas e odontológicas até vacinação e acompanhamento de gestantes. A expansão dessas unidades foram cruciais para descentralizar o atendimento e aproximar os serviços da população.

O marco mais significativo na história da saúde pública em Aimorés, foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS)⁹, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. O SUS¹⁰

⁸ Essas instituições eram responsáveis por fornecer atendimento médico aos trabalhadores urbanos formais, ampliando o acesso à saúde nas grandes cidades, eram focados principalmente na população que contribuía para a previdência, excluindo os trabalhadores informais, rurais e a população mais pobre, especialmente nas periferias urbanas. Isso criou um sistema de saúde fragmentado, que beneficiou aqueles com vínculo empregatício formal, deixando uma parte significativa da população sem assistência médica adequada.

⁹ A criação do SUS foi uma resposta às demandas de justiça social e democratização dos serviços de saúde, que até então eram profundamente desiguais.

¹⁰ O SUS possibilitou a criação de redes de atendimento que incluíssem hospitais públicos, UBS, pronto-socorros e programas como o PSF. O sistema também integrou a saúde preventiva com a curativa, um conceito que já esteve presente nas ações do SESP nas décadas anteriores.

distribui a saúde como um direito universal, garantindo que todos os brasileiros, independentemente de classe social ou localização, tenham acesso gratuito aos serviços de saúde.

2.1.3 Educação

Assim como na área da saúde, a educação em Aimorés teve um crescimento importante ao longo dos anos, com um foco cada vez maior na universalização do ensino básico e no fortalecimento da rede pública de ensino, apresentando um panorama educacional robusto e diversificado, refletindo um compromisso contínuo com a educação. Originalmente, até 1980, o município contava com mais escolas estaduais, mas passou por um processo de nucleação, em que pequenas escolas foram agrupadas em um único núcleo nos distritos. Em 1988, o município tinha um total de 53 escolas, das quais 50 eram administradas pelo estado, oferecendo Ensino Fundamental e Pré-Escola. Essas escolas estaduais formavam a espinha dorsal do sistema educacional de Aimorés, atendendo a uma ampla gama de necessidades educacionais da comunidade.

Além das instituições estaduais, Aimorés possuía 02 escolas particulares e 01 assistencialista notáveis por suas origens e missões distintas. A primeira oferecia cursos técnicos voltados para alunos que já haviam concluído o Ensino Fundamental. A segunda, mantida por ferroviários, oferecia tanto o Ensino Fundamental quanto a Pré-escola, refletindo o forte envolvimento da comunidade local na gestão e operação das atividades educacionais. Já a terceira, uma creche assistencialista fundada pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, desempenhava um papel essencial no cuidado e na educação de crianças de 0 a mais de 10 anos, atendendo especialmente aquelas provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade.

Um marco significativo na história educacional de Aimorés foi a municipalização de suas escolas. O processo começou em 1986 com a municipalização da creche assistencialista, seguida pela escola mantida pelos ferroviários em 1993. Esse movimento de transferir a gestão das escolas do estado para o município ganhou maior ímpeto em meados da década de 1990, com 42 escolas estaduais sendo municipalizadas entre 1996 e 1998. Essa transição não apenas aproximou a gestão das escolas da administração local, mas também permitiu uma resposta mais ágil e adaptada às necessidades educacionais específicas da comunidade de Aimorés.

A municipalização das escolas em Aimorés está alinhada com os mandatos da Constituição de 1988, que estabeleceu a educação como um direito universal e introduziu obrigações específicas para o atendimento em creche e pré-escola para crianças de 0 a 6 anos (artigo 208, inciso IV).

Esse enfoque constitucional reflete um reconhecimento nacional da importância da primeira infância no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

2.1.4 Assistência Social

Com o serviço de Assistência Social Aimorés também teve seu início a partir de ações filantrópicas e caritativas, conduzidas principalmente por instituições religiosas, que atendiam os mais pobres e vulneráveis. Entretanto, a assistência social enquanto política pública e direito social começou a se estruturar no século XX, acompanhando a evolução do Estado brasileiro e suas responsabilidades sociais.

Contudo a grande virada na Assistência Social ocorreu com a Constituição Federal de 1988, que consolidou a assistência social como um direito de todo cidadão e uma política pública de responsabilidade do Estado.

A Constituição de 1988 definiu que a Assistência Social seria provida a quem dela necessitasse, independentemente de contribuição prévia, integrando-a ao Sistema de Seguridade Social, ao lado da previdência e da saúde.

A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)¹¹, em 2005, foi um passo fundamental para a estruturação definitiva da assistência social como uma política pública nacional e descentralizada, com uma rede de proteção social que inclui:

- Centros de Referência de Assistência Social (CRAS¹²).
- Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS¹³).
- Benefícios socioassistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (agora Auxílio Brasil).

O SUAS organiza a assistência social em níveis de proteção básica e especial, assegurando que pessoas em vulnerabilidade tenham acesso a serviços de apoio, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e que possam superar situações de risco social.

2.1.5 Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Em relação as políticas públicas e estruturação de secretarias voltadas ao desenvolvimento econômico, cultura, esporte, lazer e turismo, ao cenário era bastante diferente nos municípios menores, o que inclui Aimorés. Nesse período, essas áreas eram frequentemente tratadas de

¹¹ O SUAS foi inspirado no Sistema Único de Saúde (SUS) e organizado de forma a garantir que o atendimento social fosse prestado em todos os municípios brasileiros.

¹² Voltados para o atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

¹³ Prestam atendimento a pessoas que sofrem violência ou outras violações de direitos.

forma fragmentada e não recebiam o mesmo nível de atenção e investimento coordenado como se passou a observar após a promulgação da Constituição de 1988. No caso de Aimorés, a organização formal dessas áreas e a criação de uma secretaria específica como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo ainda não existiam, ou as ações estavam diluídas em outras frentes administrativas.

As iniciativas de desenvolvimento econômico, estavam fortemente ligadas ao contexto regional e às políticas do governo estadual e federal. As ações econômicas geralmente focavam na exploração dos recursos naturais e atividades primárias, como a agricultura e a extração mineral. Aimorés, localizada em uma área rica em recursos naturais, estava integrada ao contexto de desenvolvimento do Vale do Rio Doce, com forte influência das atividades ligadas à produção agrícola e ao minério.

As políticas públicas para o fomento ao empreendedorismo eram limitadas, e a maior parte da economia era movida por pequenas empresas familiares e iniciativas agrícolas, sem uma estrutura formal de apoio ou incentivo ao comércio e à indústria local.

A cultura era amplamente voltada para manifestações tradicionais e populares, muitas vezes organizadas de maneira informal ou por grupos religiosos e comunitários. Não havia uma secretaria específica para cuidar dessa área, e o governo local raramente assumia um papel protagonista em promover atividades culturais de maneira sistemática.

As festividades religiosas, as festas juninas e outros eventos tradicionais locais eram as principais expressões culturais no município. Esses eventos, organizados por paróquias e comunidades, desempenhavam um papel crucial na preservação da identidade local, mas a ausência de políticas culturais mais amplas limitava o desenvolvimento de uma cena artística mais diversificada.

O esporte e o lazer com estrutura limitada, as atividades esportivas organizadas de maneira informal por clubes locais, associações comunitárias ou escolas, sem a coordenação de uma secretaria municipal voltada para o esporte.

- Clubes de futebol amador eram uma parte importante da vida social das cidades, com campeonatos e jogos organizados pela própria comunidade.
- As praças públicas serviam como os principais pontos de lazer, onde a população se reunia para atividades recreativas e eventos festivos.

A falta de investimento público específico em instalações esportivas e programas de lazer impedia uma maior disseminação dessas atividades, e a maioria das práticas esportivas era restrita a algumas modalidades populares, como o futebol.

O turismo, as visitas sempre relacionadas ao ecoturismo espontâneo, ou então ao turismo religioso e cultural, com eventos locais atraindo pessoas de cidades vizinhas.

A Constituição de 1988 foi um marco na descentralização das políticas públicas no Brasil, incluindo as áreas de desenvolvimento econômico, cultura, esporte, lazer e turismo. Foi a partir dessa nova estrutura administrativa e constitucional que os municípios passaram a ter mais autonomia para criar secretarias específicas e desenvolver políticas públicas voltadas para essas áreas.

Após 1988, Aimorés, começou a estruturar de forma mais coordenada suas ações em Saúde, Educação, Assistência e Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, criando secretarias especializadas e investindo em políticas públicas que integrassem essas áreas, o que impulsionou o crescimento e a diversificação econômica e social do município.

2.1.6 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aimorés é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Aimorés, Minas Gerais. Sua constituição está registrada sob o nº 180, folha 137, livro nº 2 do Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas de Aimorés, e possui inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 04.137.649-0001-00. A APAE de Aimorés é filiada à Federação Nacional das APAEs desde 08 de maio de 2001, conforme certificado de filiação nº 1634, e possui registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob o nº 44006.002752/2001-10. É considerada de Utilidade Pública Municipal por meio da Lei nº 1650/2001.

A ideia da fundação da APAE em Aimorés foi fomentada em 05 de setembro de 1980 por iniciativa de membros da Loja Maçônica Floriano Peixoto, que elaboraram e registraram o primeiro estatuto. No entanto, o projeto não avançou devido à indisponibilidade do imóvel que serviria como sede – o prédio da Policlínica Municipal, hoje utilizado pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

A partir de 1996, a Sra. Maria de Lourdes Oliveira de Castro, com o apoio da Prefeitura Municipal de Aimorés, deu início ao encaminhamento de pessoas com deficiência para atendimento na APAE da cidade vizinha de Baixo Guandu (ES). Esse transporte era feito em uma Kombi cedida pela prefeitura, graças ao bom relacionamento com a direção da APAE de Baixo Guandu.

Com o aumento da demanda por serviços especializados na cidade, a ideia de fundar a APAE de Aimorés ganhou força. Em junho de 2000, uma nova diretoria foi eleita e os estatutos reformulados em outubro do mesmo ano. Em dezembro de 2002, a Prefeitura Municipal de

Aimorés cedeu salas no Centro de Assistência Social e profissionais para que os serviços de fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia começassem a ser oferecidos na cidade. Enquanto isso, as obras de reforma e ampliação de um imóvel doado pela União Espírita Jesus no Lar, no centro da cidade, foram realizadas com o apoio da prefeitura e da comunidade local.

Finalmente, em 09 de fevereiro de 2004, a APAE de Aimorés passou a funcionar em sua sede própria, localizada na Rua Santos Dumont, 340, Centro. Naquela época, cerca de 60 pessoas com deficiência eram atendidas nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia.

A APAE de Aimorés tem se destacado na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade. Seus serviços são gratuitos e de ação continuada, visando evitar o agravamento das deficiências. Atualmente, a instituição participa ativamente de espaços de participação política, como o Fórum de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla, e também nos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, Assistência Social e Saúde.

2.1.7 Instituto Terra

O Instituto Terra é uma organização civil sem fins lucrativos fundada em abril de 1998. É voltado para a restauração ambiental e o desenvolvimento rural sustentável da bacia do Rio Doce. A região era originariamente coberta pela Mata Atlântica e abrange municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A Bacia do Rio Doce é uma das mais importantes do Sudeste brasileiro. Em seu domínio vivem mais de quatro milhões de pessoas, que enfrentam as consequências do desmatamento e do uso desordenado dos recursos naturais, como a erosão do solo e a escassez de água.

O Instituto Terra é fruto da iniciativa do casal Lélia Deluiz Wanick Salgado e Sebastião Salgado, que diante do cenário de degradação ambiental em que se encontrava a antiga fazenda de gado adquirida da família de Sebastião Salgado – a exemplo das muitas outras unidades rurais localizadas na cidade mineira de Aimorés –, tomou uma decisão: devolver à natureza o que décadas de degradação ambiental destruiu.

O primeiro passo foi transformar a área em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Fazenda Bulcão. O título foi obtido de maneira inédita em outubro de 1998, sendo o primeiro reconhecimento ambiental concedido no Brasil a uma propriedade completamente degradada, diante do compromisso de vir a ser reflorestada.

O primeiro plantio foi realizado em novembro de 1999 e contou com a participação de alunos de escolas do município de Aimorés, em Minas Gerais. Nascia assim a proposta maior do

Instituto Terra: compartilhar com a comunidade de seu entorno todo o conhecimento adquirido na restauração ambiental dos 608,69 hectares da RPPN Fazenda Bulcão.

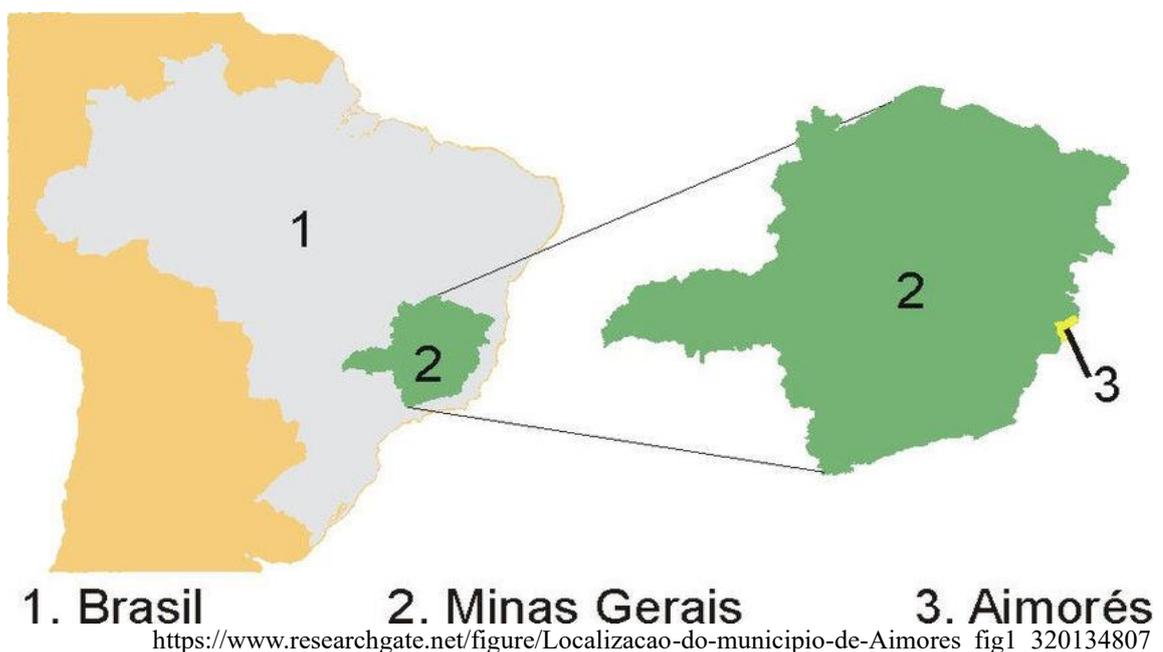
Para alcançar esse objetivo desenvolve projetos que vão desde a restauração florestal e proteção de nascentes até a pesquisa científica aplicada e educação ambiental. O apoio financeiro vem de diferentes parceiros, tanto da esfera governamental como da iniciativa privada, bem como de Fundações e doadores individuais de vários países e de outras instituições do Terceiro Setor. Por conta da atuação do Instituto Terra, milhares de hectares de áreas degradadas de Mata Atlântica no médio Rio Doce e mais de 2 mil nascentes estão em processo de recuperação. A antiga fazenda de gado, antes completamente degradada, hoje abriga uma floresta com diversidade de espécies da flora de Mata Atlântica.

A experiência comprova que junto à recuperação do verde, nascentes voltam a jorrar e espécies da fauna brasileira, em risco de extinção, voltam a ter um refúgio seguro.

2.2 Nossa realidade

Aimorés situado no interior do estado de Minas Gerais, Região Sudeste do Brasil. Localiza-se no Vale do Rio Doce e está situado a cerca de 440 km a leste da capital do estado. Ocupa uma área de cerca de 1 350 km², sendo que 5,6 km² estão em perímetro urbano, e sua população em 2022 era de 25.269 habitantes.

A sede tem uma temperatura média anual de 25,2 °C e na vegetação original do município predomina a Mata Atlântica, sendo conhecida como "a terra do sol eterno" por ser a cidade mais quente do estado.



A realidade atual de Aimorés reflete um compromisso com o desenvolvimento integral das crianças e suas famílias, especialmente no que diz respeito à primeira infância. As políticas públicas adotadas na área de educação, saúde, assistência social e desenvolvimento econômico, cultural, esportivo e turístico buscam seguir os preceitos constitucionais, garantindo os direitos fundamentais dos cidadãos. A seguir, a descrição detalhada de cada área, conforme a realidade vivenciada em Aimorés:

2.2.1 Saúde

O sistema de saúde de Aimorés segue os princípios assegurados pela Constituição Federal, que, em seu Artigo 196, determina que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. O município tem priorizado o atendimento integral à saúde de todas as faixas etárias, com ênfase especial na primeira infância. Entre as principais ações estão:

- **Acompanhamento pré-natal:** Garantindo a saúde de gestantes e o bem-estar dos bebês;
- **Vacinação e exames regulares:** Focando na prevenção de doenças e no monitoramento do desenvolvimento infantil;
- **Puericultura:** Atendimento contínuo para assegurar o crescimento saudável das crianças;
- **Atendimento multidisciplinar:** Focado no bem-estar físico, emocional e mental das crianças.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é a principal via de prestação de serviços de saúde pública em Aimorés, assegurando que todas as crianças tenham acesso a cuidados essenciais desde os primeiros anos de vida, conforme previsto na Constituição.

- **Principais serviços de saúde em Aimorés:**
 - ✓ Centro Municipal de Saúde: Oferece atendimento em diversas especialidades, como ginecologia, dermatologia, cirurgia geral, psicologia, ortopedia, cardiologia, pediatria, fonoaudiologia, reumatologia, fisioterapia, nutrição, além de exames de raio-X (pactuados), vigilância epidemiológica, farmácias (inclusive de alto custo) e laboratório próprio;
 - ✓ TFD - Tratamento Fora do Domicílio;
 - ✓ CAPS - Centro de Atenção Psicossocial;
 - ✓ CRAS - Centro de Referência de Assistência Social: Focado no Cadastro Único, (sistema de parceria);

- ✓ CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, (sistema de parceria);
- ✓ Nove equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF);
- ✓ Sete Unidades de Saúde/Pontos de Apoio;
- ✓ Hospital São José e São Camilo (pactuado);
- ✓ Transporte específico para pacientes em hemodiálise.

Esse conjunto de serviços e ações visa garantir um atendimento de saúde integral, contínuo e acessível para a população, com especial atenção à primeira infância e ao bem-estar geral das famílias.

2.2.2. Educação

Aimorés possuía em 1988 um total de 52 escolas, das quais algumas foram fechadas ou paralisadas, principalmente por estarem localizadas em áreas rurais e não contarem com alunos na faixa etária adequada para o ensino. Esse processo de fechamento das escolas do campo reflete a migração de estudantes para áreas urbanas, além da reorganização das instituições de ensino, que visou otimizar os recursos e atender de forma mais eficiente a população escolar de Aimorés.

Hoje, o município conta com 30 instituições ativas, refletindo uma reorganização eficiente para atender às demandas educacionais atuais. Esta rede inclui:

- **01 Faculdade:** Oferecendo ensino superior e qualificando jovens e adultos para o mercado de trabalho.
- **04 Escolas Particulares:**
 - ✓ 01 com atendimento de Educação Infantil;
 - ✓ 01 que atende Educação Infantil de 02 anos até o Ensino Fundamental II, e,
 - ✓ 02 Instituições de Língua Estrangeira.
- **09 Escolas Estaduais:**
 - ✓ 01 atende só Ensino Médio;
 - ✓ 01 atende Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio e EJA - Ensino Médio;
 - ✓ 05 atendem tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio;
 - ✓ 01 atende o Ensino Fundamental I e II, e,
 - ✓ 01 se concentra no Ensino Fundamental I.

- **16 Escolas Municipais:**

- ✓ 02 atendem Educação Infantil – Pré Escolar, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- ✓ 03 atendem Educação Infantil – Pré Escolar, e Ensino Fundamental;
- ✓ 05 atendem Educação Infantil – Pré Escolar e Ensino Fundamental I;
- ✓ 01 atende apenas o Ensino Fundamental I;
- ✓ 03 são dedicadas exclusivamente à Educação Infantil – Pré Escolar;
- ✓ 01 atende a Educação Infantil – Pré Escolar e turmas de Creche e,
- ✓ 01 atende especificamente a turmas de Creche.

A Constituição Federal de 1988 assegura no Artigo 208 o direito à educação, com a obrigatoriedade de que o Estado ofereça atendimento em educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade, além de garantir o acesso à Educação Básica. Esse compromisso constitucional é cumprido por Aimorés por meio de sua rede bem estruturada de instituições que atendem às necessidades de sua população infantil. Assim, Aimorés utiliza o conceito de "segundos endereços" nos bairros e distritos do município onde se faz necessário. Esses segundos endereços são extensões de creches e pré-escolas, estabelecidos para atender à demanda educacional local, garantindo que todas as crianças tenham acesso à educação, mesmo em regiões mais afastadas do centro urbano.

A promoção de uma educação inclusiva também se destacou, com a implementação de políticas para garantir o acesso à escola para crianças com deficiências o que inclui as crianças de 0 a 5 anos, 11 meses e 29 dias. O fortalecimento de equipes multidisciplinares, a formação continuada de professores e a melhoria da infraestrutura escolar para garantir a acessibilidade têm sido fundamentais para assegurar que todos os alunos possam participar ativamente do ambiente escolar. Ressaltando que a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 208, inciso III, o Estado tem o dever de oferecer atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Temos também a formação continuada previsto pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sendo um pilar importante para a qualidade da educação de Aimorés e segue essas diretrizes por meio de:

- **Capacitações regulares:** Oferecidas para os professores com foco em práticas pedagógicas inovadoras, inclusão, metodologias ativas e Educação Infantil.

- **Temas específicos:** A formação continuada aborda questões como Educação Inclusiva, desenvolvimento infantil, práticas de ensino em ambientes diversificados, e o direito ao brincar.
- **Educação especial:** Os professores recebem formação específica para lidar com alunos com necessidades especiais, promovendo uma educação inclusiva e de qualidade.

Ao longo dos anos, o município de Aimorés investiu na modernização e expansão da infraestrutura escolar, com a construção de novas unidades, a reforma de escolas existentes e a aquisição de equipamentos didáticos e tecnológicos. Esse processo visou criar ambientes mais adequados e estimulantes para a aprendizagem. Em especial, as escolas nas áreas rurais e nos distritos mais distantes foram alvo de atenção, com o objetivo de reduzir as disparidades entre o centro urbano e as localidades mais afastadas sempre levando em consideração a Educação Infantil.

Portanto, Aimorés demonstra um forte compromisso com a Educação Infantil, garantindo atendimento de qualidade para crianças de 0 a 5 anos, 11 meses e 29 dias. O município investe em iniciativas voltadas para a primeira infância, com foco em creches, pré-escolas e em programas que asseguram o desenvolvimento integral dessas crianças, conforme os princípios da Educação Inclusiva e do direito ao brincar, reforçando a importância do aprendizado nos primeiros anos de vida.

2.2.3 Assistência Social

A assistência social em Aimorés é uma área crucial para o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, com ações específicas voltadas para crianças e adolescentes. Conforme o Artigo 203 da Constituição, a assistência social é destinada a proteger a infância, a família e outras populações vulneráveis, sendo prestada independentemente de contribuição prévia.

Aimorés desenvolve programas de busca ativa para garantir que todas as crianças e suas famílias recebam apoio adequado, além de trabalhar em parceria com os setores de saúde e educação para promover o bem-estar geral da população. O município também implementa políticas públicas de assistência que visam a inclusão social e a redução das desigualdades.

Atualmente a política municipal de Assistência Social conta com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) criado pela Lei Municipal 2.819/2022, que organiza e disciplina os Serviços, Programas, Projetos e Benefícios.

Sendo assim, a estrutura da Política Municipal, compreende:

- ✓ 01 Secretaria Municipal com prédio independente;
- ✓ 01 Casa dos Conselhos Municipais;

- ✓ 01 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
- ✓ 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
- ✓ Programa Criança Feliz;
- ✓ Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- ✓ Cadastro Único.

2.2.4 Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

O desenvolvimento econômico de Aimorés é direcionado para a criação de oportunidades para a população e para o fomento do crescimento local. A Constituição, no Artigo 170, estabelece que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, com o objetivo de assegurar uma existência digna e a redução das desigualdades sociais e regionais. Nesse sentido, Aimorés vem incentivando o empreendedorismo e investindo em setores chave para o desenvolvimento econômico sustentável, além de fortalecer o setor agrícola e criar políticas para atrair investimentos e promover a geração de empregos.

Aimorés também tem uma forte atuação nas áreas de cultura, esporte, lazer e turismo, essenciais para o desenvolvimento humano e para a valorização da identidade local. A Constituição Federal, em seus Artigos 215 e 216, assegura o direito à cultura e à preservação do patrimônio cultural, enquanto o Artigo 217 garante o acesso ao esporte como um direito de todos.

O município promove eventos culturais que destacam as tradições e valores locais, ao mesmo tempo em que busca fomentar o turismo com base em suas belezas naturais e patrimônios históricos. Aimorés também estimula práticas esportivas, criando espaços de lazer para crianças e jovens, além de organizar competições e eventos esportivos, contribuindo para o desenvolvimento social e para o bem-estar da população.

O compromisso de Aimorés com a primeira infância e com o desenvolvimento integral de sua população se reflete em uma abordagem que integra os setores de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer. Com base nas diretrizes constitucionais, o município busca garantir que todos os cidadãos, em especial as crianças, tenham acesso a serviços públicos de qualidade, promovendo uma sociedade mais justa, inclusiva e com melhores perspectivas para o futuro.

2.2.5 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Aimorés

A APAE de Aimorés continua a se destacar com suas atividades, que atendem crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos com Transtorno do Espectro Autista, deficiências intelectuais, sensoriais, físicas e/ou múltiplas, provenientes tanto de áreas urbanas quanto rurais.

Atualmente, suas ações estão concentradas nas áreas de Saúde e Assistência Social, após o encerramento das atividades educacionais em 2021. Entre seus projetos mais relevantes estão o *Centro Dia*, que opera desde 2019 com recursos da Secretaria Municipal de Assistência Social, e o *Projeto Pisol/Fia*, que atendeu crianças e adolescentes entre 2020 e 2023. Hoje, a APAE também oferece serviços de fisioterapia, com o apoio de doadores, e atende 89 pessoas, incluindo crianças, jovens e adultos.

Além disso, o novo projeto "Saúde e Qualidade de Vida" é uma importante iniciativa para atender também a primeira infância. Com uma equipe multidisciplinar composta por fisioterapeutas, psicólogo, assistente social, psicopedagogo, fonoaudiólogo e educador físico, o projeto oferece atendimento especializado para crianças e adolescentes com Deficiência Intelectual moderada, severa e múltipla, bem como Transtorno do Espectro Autista. O objetivo é proporcionar um ambiente acolhedor e propício para o desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social das crianças, preparando-as para uma vida mais inclusiva e independente.

2.2.6 Instituto Terra

O Instituto Terra nasceu como um polo irradiador de uma nova consciência socioambiental, baseada na recuperação e conservação florestal. Por isso, nos últimos 26 anos, uma das principais áreas de atuação do Instituto Terra tem sido a educação ambiental. Temos em nossa história e presente, projetos educacionais variados, voltados para públicos de diferentes idades. Para a implementação dos componentes de educação e pesquisa foi criado o Centro de Educação e Recuperação Ambiental (CERA) do Instituto Terra, com sede na Fazenda Bulcão e que funciona como núcleo de difusão de técnicas de manejo e conservação ambiental, tendo os ecossistemas manejados da Fazenda Bulcão como um campo demonstrativo das possibilidades de recuperação da Mata Atlântica. O CERA tem como missão contribuir para o processo de recuperação ambiental e o desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica e, em especial, na Bacia do Rio Doce, através de atividades de educação e pesquisa. O CERA atua nas seguintes atividades:

- desenvolver e difundir novas técnicas de baixo custo e elevada qualidade ambiental para a recuperação de áreas degradadas da Mata Atlântica;
- capacitar e formar pessoas com ênfase em manejo e conservação do ecossistema Mata Atlântica;
- promover discussões e buscar soluções sobre políticas públicas apropriadas para o desenvolvimento sustentável da região, a recuperação ambiental da Mata Atlântica entrando na Bacia do Rio Doce;

- promover e estimular a participação da comunidade local em questões ambientais, produzindo as bases para a autogestão dos recursos naturais na região;
- potencializar agentes de transformação que produzam ações para a valorização da diversidade biológica e cultural da região e a conservação ambiental.

As atividades de educação e pesquisas são apoiadas pelos trabalhos práticos de recuperação ambiental desenvolvidos na Fazenda Bulcão do Instituto Terra.

Desde a criação do CERA, o Instituto Terra tem realizado diversas atividades e projetos específicos para a Educação Ambiental: Projeto Terrinhas, Projeto Som da Mata, Projeto Êxodos, Estação Terra, Meliponário Escola, Formação para professores, Projeto NERE - Núcleo de Estudos em Restauração Ecosistêmica entre outros, além de visitas.

Todas as ações promoveram a capacitação e conscientização de um público superior a 82 mil pessoas de todo o Vale do Rio Doce, oriundas de 177 municípios entre os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, alcançadas por esses projetos e atividades, que ocorrem predominantemente de forma presencial.

De modo geral, as atividades educacionais realizadas pelo Instituto Terra são cursos, vivências, palestras, encontros, feiras e oficinas sobre temas relacionados a recursos hídricos, restauração ecosistêmica, uso sustentável da propriedade e mudanças climáticas envolvendo professores, estudantes, lideranças rurais, ribeirinhos e povos indígenas, promovendo reflexões e proposição de soluções para questões socioambientais a partir da perspectiva da própria comunidade e famílias.

Em 2024, contamos com os projetos e atividades pontuais relacionados abaixo no campo da Educação Ambiental:

a. **Terrinhas:** o programa oferece vivências de Educação Ambiental, formando monitores Ambientais Mirins de 10 à 12 anos, matriculados entre o 5º e o 7º ano do Ensino Fundamental com o objetivo de fazer os jovens entrarem em contato com os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, propostos pela ONU na Agenda 2030, dando enfoque ao tema da água, da recuperação e proteção de nascentes.

b. **Terra Jovens:** por meio de oficinas, o programa oferece instrução sobre temáticas ecológicas e econômicas a jovens de 16 a 29 anos. Além disso, o programa oferece também instrução no campo da comunicação social e atuação nas redes sociais. O objetivo é o fortalecimento da cidadania e promoção de potenciais lideranças jovens socioambientais nas comunidades da bacia Rio Doce.

- c. **Meliponário Escola:** formação para todas as idades sobre a importância das abelhas nativas e as melhores técnicas de criação de diversas espécies de, além de instrução sobre os principais fatores de risco que ameaçam a existência das melíponas.
- d. **Sonho de Ser Novamente Floresta:** Animação que descreve em poucos episódios a história da criação e atuação do Instituto Terra.
- e. **Formação para professores:** Iniciativas educacionais voltadas à formação de professores de jovens e crianças oferecendo instrução sobre temas caros à educação ambiental.
- f. **NERE - Núcleo de Estudos em Restauração Ecológica:** Curso pós-técnico realizado pelo Instituto Terra com 2.000 horas de carga horária (1 ano) que já formou mais de 210 Agentes em Restauração Ecológica desde 2005. A metodologia do curso envolve a permanência dos participantes no Instituto Terra durante todo o ano e recebimento de bolsa de estudos, moradia estudantil e alimentação. Seu conteúdo envolve atividades práticas e teóricas e tem foco na formação de profissionais capacitados para atuação na Bacia do Rio Doce.
- g. **Semana do Meio Ambiente:** Recebemos escolas de diferentes municípios do Vale do Rio Doce nas instalações do Instituto Terra, onde as crianças participam de oficinas e trilhas com foco em temas ambientais. Além disso, é realizado blitz ambientais em diversos pontos do município, palestras em escolas, participações em programas de rádio e distribuição de panfletos em locais estratégicos.

3. PRINCÍPIOS E VALORES



Ilustração: Paula Ramos Pereira

O PMPI de Aimorés é permeado por dois importantes princípios para o atendimento na primeira infância: a prioridade absoluta da criança e a corresponsabilidade entre Estado, sociedade e famílias na promoção e proteção dos direitos da criança.

A prioridade absoluta da criança, como já visto, está disposta no art. 227 da Constituição Federal, e foi regulamentada e reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no parágrafo único do art. 4º:

A garantia de prioridade compreende:

- 1) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- 2) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
- 3) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
- 4) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*

No mesmo art. 227 da Constituição Federal, está definido o princípio da corresponsabilidade da sociedade, das famílias e do poder público pelo desenvolvimento, cuidado e proteção das crianças. Dele, decorrem vários direitos regulamentados em lei. Por exemplo, o dever dos pais de prover alimentos aos seus filhos e o dever das empresas de oferecer creche aos filhos de funcionárias ou funcionários.

Seguindo tal princípio, os eixos estratégicos do PMPI de Aimorés só serão alcançados por meio de um esforço conjugado, que inclui a participação do Estado, da sociedade, das famílias, das organizações da sociedade civil e do setor privado. Portanto, as metas e estratégias aqui estipuladas não se dirigem apenas ao poder público, mas também aos demais responsáveis pela promoção e proteção dos direitos da criança. Para isso, o PMPI de Aimorés prevê estratégias específicas que visam ampliar e fortalecer o envolvimento desses diferentes atores na garantia das condições necessárias para o desenvolvimento integral na primeira infância. É a articulação dos trabalhos de cada um que fará a diferença na vida das crianças.

O Plano de Metas e Estratégias do PMPI de Aimorés está alinhado, em termos temporais e de conteúdo, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), fixados em acordo internacional promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em agosto de 2015, do qual o Brasil é signatário. Essa conformidade demonstra o compromisso de Aimorés com a sustentabilidade global.

Por consequência, os eixos estratégicos e as metas do PMPI de Aimorés visam o ano de 2030 – assim como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – e sua formulação incorporou – sempre que possível e levando em consideração a realidade da cidade de Aimorés – todas as referências à infância presentes no conjunto dos 17 ODS, listados a seguir:

- 1. Erradicação da pobreza** - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- 2. Fome zero e agricultura sustentável** - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 3. Saúde e bem-estar** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
- 4. Educação de qualidade** - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
- 5. Igualdade de gênero** - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- 6. Água potável e saneamento** - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
- 7. Energia limpa e acessível** - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
- 8. Trabalho decente e crescimento econômico** - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
- 9. Indústria, inovação e infraestrutura** - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- 10. Redução das desigualdades** - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- 11. Cidades e comunidades sustentáveis** - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- 12. Consumo e produção responsáveis** - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- 13. Ação contra a mudança global do clima** - Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
- 14. Vida na água** - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- 15. Vida terrestre** - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
- 16. Paz, justiça e instituições eficazes** - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17. Parcerias e meios de implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Outra diretriz que embasa o PMPI de Aimorés diz respeito à priorização das crianças em situação de vulnerabilidade e está fixada tanto na legislação nacional (Marco Legal da Primeira Infância - Lei nº 13.257/16 – art. 14¹⁴, § 2º¹⁵).

O objetivo maior de priorizar quem mais precisa é a redução da desigualdade no Município. O primeiro desafio derivado dessa diretriz é definir como lidar com as diferenças de cada território da cidade. Conforme o diagnóstico territorial da primeira infância, os indicadores sociais disponíveis demonstram situações muito díspares no Município, que merecem intervenções específicas e diferenciadas. Outro desafio, diretamente ligado ao anterior, diz respeito a como priorizar a população mais vulnerável nas políticas públicas. A universalidade estipulada na Constituição nunca será colocada de lado. Mas a busca por ela deve partir de estratégias que priorizem o atendimento à população mais vulnerável. Planejar e implementar políticas específicas para cada território pode ser uma resposta adequada a essa diretriz normativa e um caminho para priorizar as ações nos locais onde os indicadores demonstram a maior vulnerabilidade das famílias.

¹⁴Art. 14. As políticas e programas governamentais de apoio às famílias, incluindo as visitas domiciliares e os programas de promoção da paternidade e maternidade responsáveis, buscarão a articulação das áreas de saúde, nutrição, educação, assistência social, cultura, trabalho, habitação, meio ambiente e direitos humanos, entre outras, com vistas ao desenvolvimento integral da criança.

¹⁵ § 2º As famílias identificadas nas redes de saúde, educação e assistência social e nos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente que se encontrem em situação de vulnerabilidade e de risco ou com direitos violados para exercer seu papel protetivo de cuidado e educação da criança na primeira infância, bem como as que têm crianças com indicadores de risco ou deficiência, terão prioridade nas políticas sociais públicas.

4. O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PMPI



Ilustração: Agatha Louise Patrício da Silva



O processo de criação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) do município de Aimorés seguiu uma série de etapas estruturadas, com foco na mobilização da comunidade, coleta de dados, planejamento participativo e implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos.

4.1 Mobilização e Sensibilização

Engajar a comunidade e as partes interessadas na importância da primeira infância.

- **Campanhas de Sensibilização:** Foram realizadas campanhas para conscientizar a população sobre a importância da primeira infância, utilizando mídias sociais, cartazes, e encontros da comunidade escolar.
- **Formação do Comitê Gestor:** Um comitê gestor foi formado, incluindo representantes do governo municipal, sociedade civil, conselhos de direitos, profissionais da saúde, educação, e assistência social.
- **Parcerias e Apoio:** Estabelecimento de parcerias com organizações não governamentais.

4.2 Diagnóstico da Situação da Primeira Infância

Identificar as necessidades, os recursos disponíveis e os desafios enfrentados pelas crianças.

- **Coleta de Dados:** Foram realizadas pesquisas e a coleta de dados sobre saúde, educação, assistência social e segurança das crianças.
- **Análise de Indicadores:** Indicadores de desenvolvimento infantil, cobertura de serviços e condições de vida das famílias foram analisados.
- **Consultas Comunitárias:** Consultas públicas e audiências comunitárias foram organizadas para ouvir as opiniões e necessidades das famílias e crianças.

4.3 Planejamento Participativo

Definir diretrizes, objetivos e ações do PMPI com a participação de todos os atores envolvidos.

- **Audiência Pública:** foi realizada para discutir os resultados do diagnóstico e definir prioridades.
- **Definição de Metas e Objetivos:** Metas claras e objetivas foram estabelecidas, alinhadas com os princípios e valores definidos.
- **Elaboração de Propostas de Ação:** Propostas de ações concretas e programas foram desenvolvidas para atender às necessidades identificadas.

4.4 Redação do Plano

Consolidar as informações e propostas em um documento formal.

- **Estruturação do Documento:** O plano foi organizado em capítulos que abordam princípios, diretrizes, metas, ações, cronograma e orçamento.
- **Revisão e Validação:** O plano foi submetido para revisão pelo comitê gestor e validado.
- **Aprovação Formal:** O plano foi encaminhado para aprovação do Conselho Municipal da Criança e Adolescente e pela Câmara Municipal de Aimorés.

4.5 Implementação

Executar as ações previstas no PMPI de forma coordenada e eficiente.

- **Alocação de Recursos:** Recursos financeiros, humanos e materiais necessários para a implementação foram garantidos.
- **Capacitação de Profissionais:** Treinamento e capacitação contínua foram oferecidos aos profissionais envolvidos.
- **Execução das Ações:** As ações e programas foram implementados conforme o cronograma estabelecido.

4.6 Monitoramento e Avaliação

Acompanhar a execução das ações e avaliar os resultados alcançados.

- **Sistema de Monitoramento:** Um sistema de monitoramento será estabelecido para acompanhar o progresso das ações.
- **Avaliações Periódicas:** Avaliações periódicas serão realizadas para medir os resultados e ajustar estratégias conforme necessário.
- **Relatórios de Progresso:** Relatórios regulares de progresso serão elaborados e compartilhados com a comunidade e os parceiros.

4.7 Revisão e Atualização

Assegurar que o PMPI permaneça relevante e eficaz ao longo do tempo.

- **Revisões Anuais:** Revisões anuais do Plano serão realizadas para atualizar metas, ações e estratégias.
- **Feedback da Comunidade:** Consultas comunitárias continuaram para obter Opinião e incorporar novas necessidades e sugestões.

O processo de criação do PMPI em Aimorés foi inclusivo e colaborativo, assegurando que as políticas públicas refletissem as necessidades reais das crianças e fossem implementadas de forma eficaz.

5. PARTICIPAÇÃO INFANTIL NO PMPI

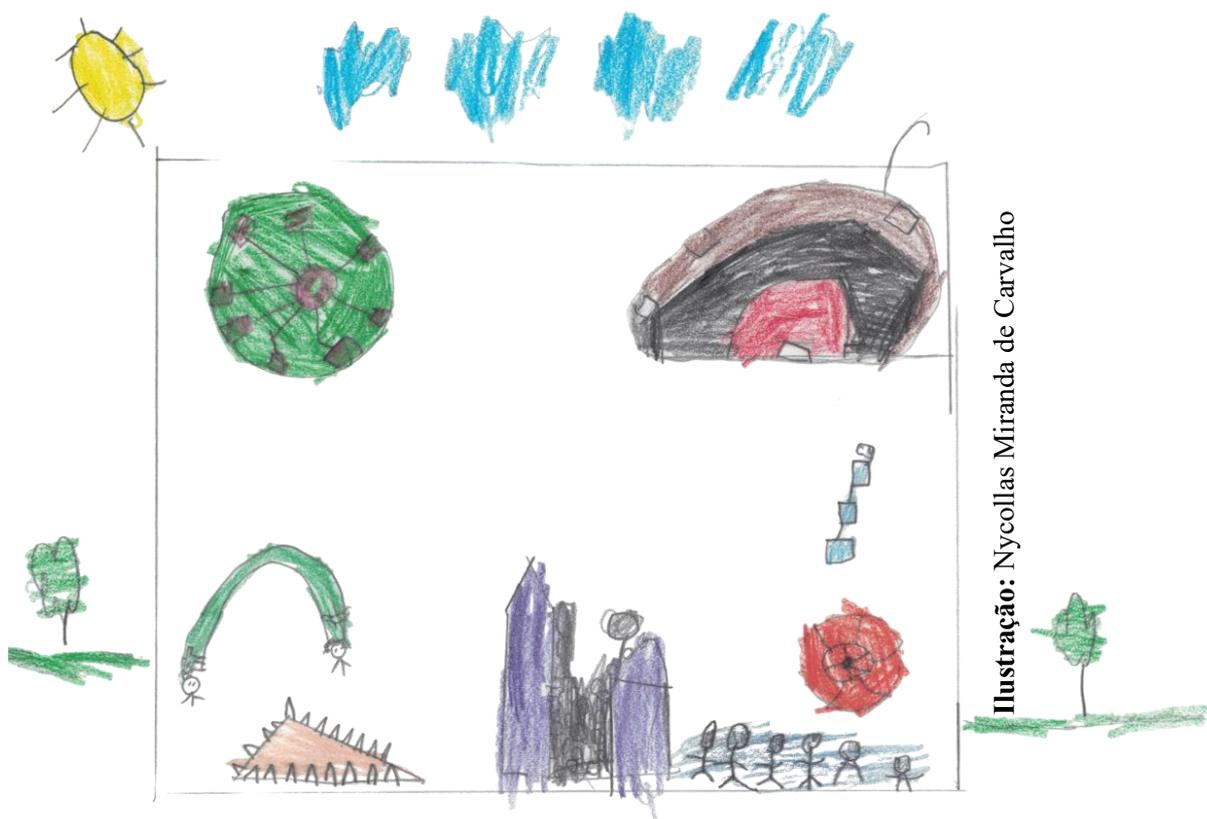
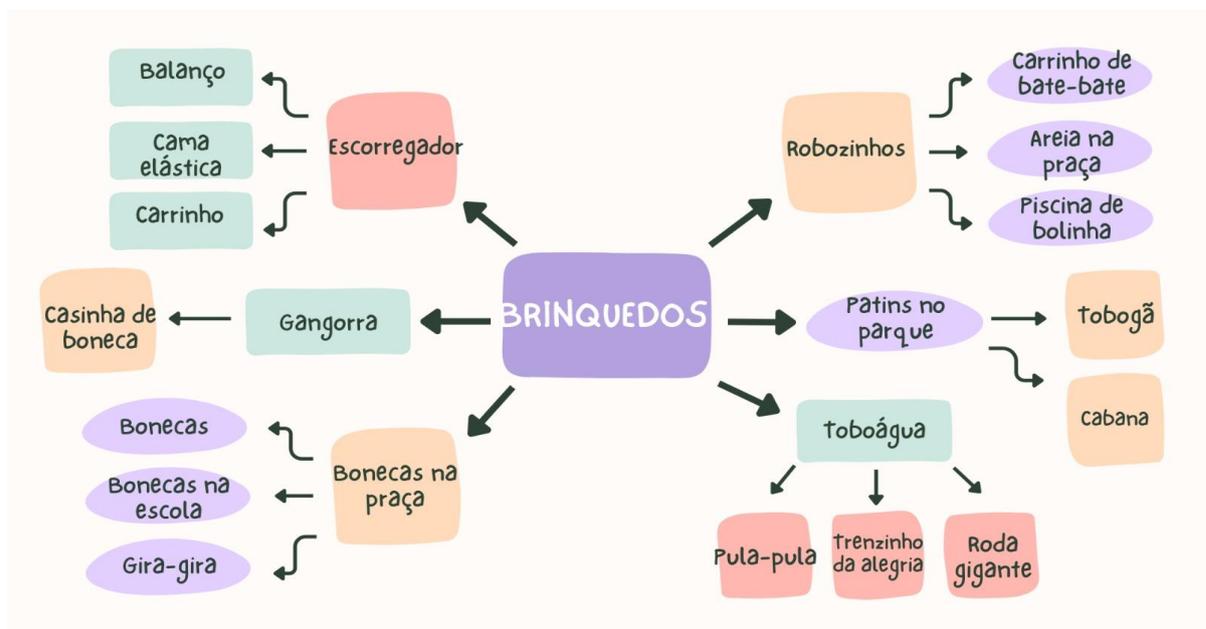


Ilustração: Nycollas Miranda de Carvalho

Escutar crianças é um gesto sensível, que ultrapassa a ação, embora tenha início com ela. É um processo que demanda atenção, cuidado e, principalmente, disponibilidade – não só de tempo, mas de afeto. Dar voz, considerar, perceber, observar, favorecer autonomia: todos esses verbos estão relacionados ao que se convencionou chamar de escuta infantil. E todos eles fazem parte de uma mesma preocupação, a de reconhecer a criança como indivíduo pleno, capaz e dotado de subjetividades que fazem dela um legítimo ator social. Escutar a criança vai muito além de ouvir suas expressões verbais.

Este processo foi organizado em várias etapas, cada uma desenhada para envolver as crianças de maneira significativa e respeitosa.



Mapa mental do desenho das crianças 1¹⁶

5.1 Criação de Espaços de Diálogo

Desde o início, a equipe do PMPI reconheceu a importância de criar ambientes seguros e acolhedores onde as crianças pudessem expressar suas opiniões e ideias livremente. Para isso, foram organizadas nas escolas atividades de expressão artística, desenho e falas das crianças. Momentos em que as crianças tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências e sentimentos de maneira lúdica com educadores preparados para lidar com as diferentes faixas

¹⁶ Sintetização das perspectivas sobre como as crianças imaginam os espaços de lazer, o que mais gostam de fazer e como gostariam que os parques e brinquedos fossem organizados.

etárias e que ajudaram a mediar as atividades, garantindo que todas as crianças se sentissem confortáveis para participar.

Ao compreender a importância de as crianças exercerem seu protagonismo no cotidiano das suas próprias vidas, em diálogo permanente com os adultos responsáveis que com elas convivem, constitui uma reflexão e mudança de postura urgente na nossa sociedade.

Escutar as crianças para conhecê-las nas suas singularidades é uma atitude fundamental para se ter um claro ‘diagnóstico’. Não somente do ponto em que cada criança se encontra no seu desenvolvimento integral (emocional, cognitivo, físico, social), mas também, para oferecer ‘pistas’ do que elas já sabem, dos seus interesses e necessidade.

Essas oficinas serviram como espaço para que as crianças compartilhassem suas perspectivas sobre como imaginam os espaços de lazer, o que mais gostam de fazer e como gostariam que os parques e brinquedos fossem organizados.



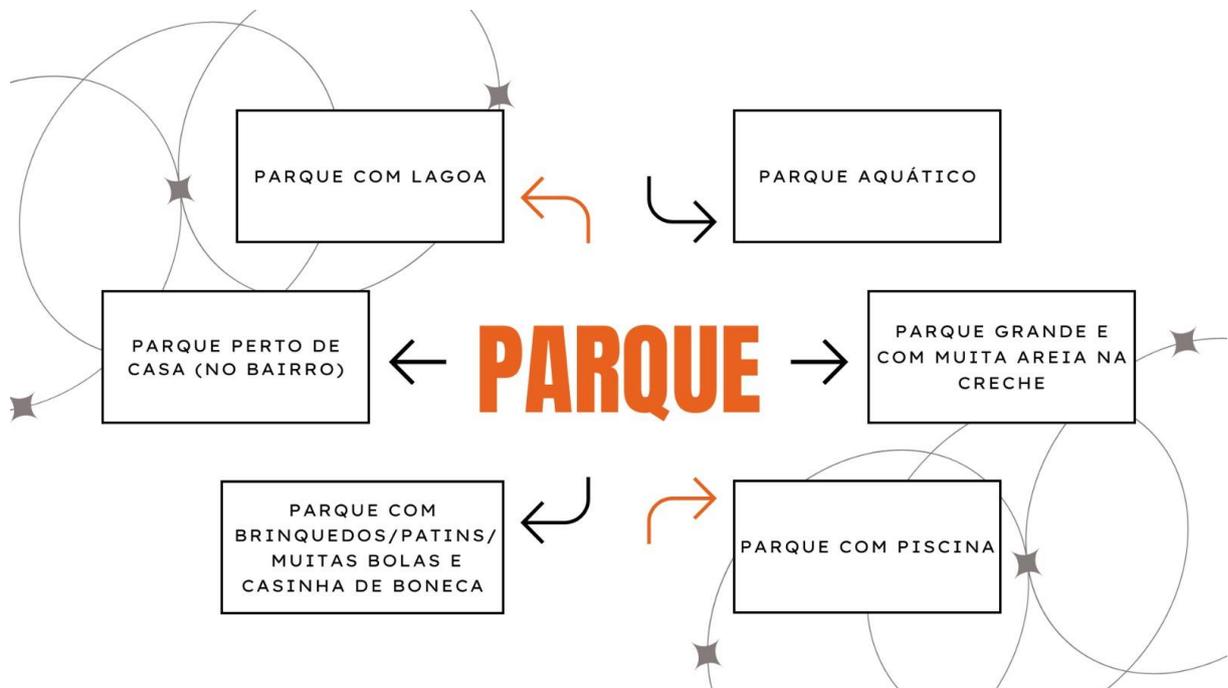
Mapa mental do desenho das crianças 2¹⁷

5.2 Consulta Direta às Crianças

A escuta das crianças para a elaboração do PMPI em nosso município foi realizada nas instituições públicas de Educação Infantil, através de um trabalho realizado pelos(as) professores(as) com o tema: “A Aimorés que eu quero ter”, onde foram realizadas rodas de

¹⁷ Expressão verbal, detalhando o que as crianças consideram importante em espaços de lazer e como poderiam se sentir mais acolhidas nesses ambientes.

conversa sobre os espaços existentes em nossa cidade, permitindo às crianças expressarem o que elas desejam que tenha na cidade; onde foram feitos os relatos verbais, alguns registrados em vídeos, e, também desenhos.



Mapa mental do desenho das crianças 3¹⁸

5.3 Resultados da Participação Infantil

A participação ativa das crianças resultou em um PMPI mais inclusivo e alinhado com as necessidades reais da comunidade infantil de Aimorés. As crianças identificaram áreas que merecem atenção, sugeriram melhorias para espaços de brincadeira e forneceram opiniões valiosas. Suas contribuições levarão a implementações de medidas de segurança, projetos de revitalização de praças e parques, e melhorias nos serviços públicos.

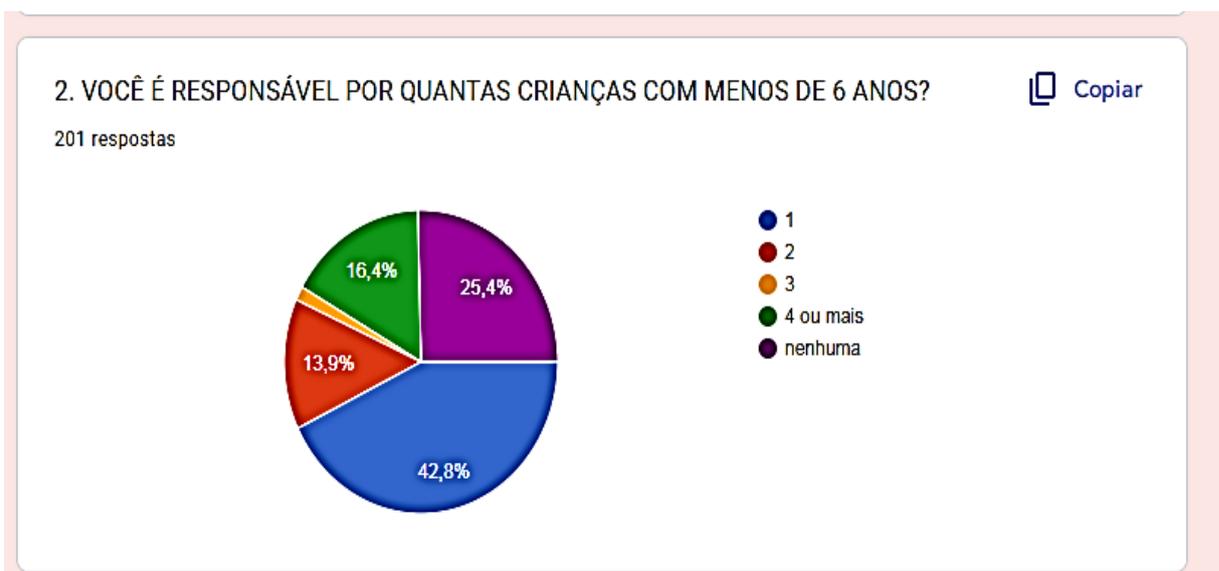
A inclusão das crianças no processo de criação do PMPI não só garanti que suas necessidades sejam diretamente consideradas, mas também promove um senso de pertencimento e empoderamento entre os participantes. Este processo demonstra que, quando as crianças são ouvidas e envolvidas, as políticas públicas podem ser mais eficazes e justas, refletindo verdadeiramente os interesses de toda a comunidade.

¹⁸ **Fortalecimento do Sentimento de Pertencimento:** O anseio das crianças em criação de áreas com diferentes características que atendendo suas preferências.

6. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PMPI



Na elaboração do plano municipal para a primeira infância no município, a escuta da comunidade foi realizada por meio de um método integrado que combinou rodas de conversa nas instituições educacionais e um formulário online disponibilizado via Google Forms. https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe4W4Fra3X8QtWqTphmT71ZAp_RBXnrG1ihrxMwmvhBCbfBAw/closedform Este método permitiu uma ampla participação comunitária, garantindo que as vozes de pais, educadores e outros partes interessadas fossem ouvidas de maneira estruturada e significativa. Os gráficos baseados nas respostas do Google Forms permitem uma visualização quantitativa das opiniões e necessidades.



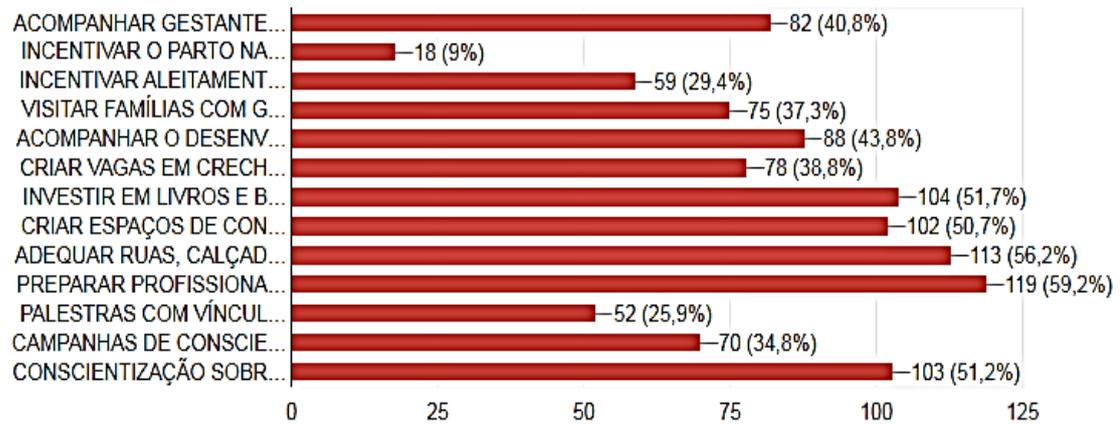
Perguntas Respostas **201** Configurações



4. QUAIS AÇÕES VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE A SEREM REALIZADAS PELA PREFEITURA NA PRIMEIRA INFÂNCIA?



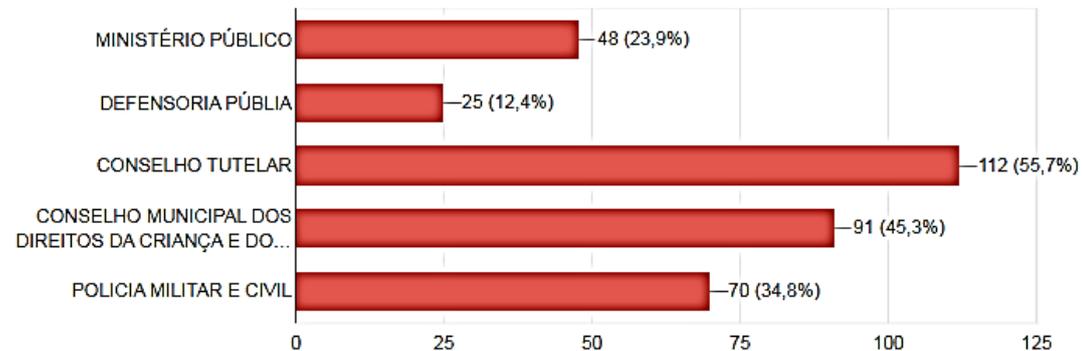
201 respostas



12. QUAIS DESSES SERVIÇOS É DE MAIS FÁCIL ACESSO DE FORMA A ATENDER COM MAIS EFICIÊNCIA AOS INTERESSES DAS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS E SUAS FAMÍLIAS?



201 respostas



Rodas de Conversa: As rodas de conversa foram organizadas em várias instituições educacionais, proporcionando um ambiente aberto e acolhedor para que os participantes expressassem suas opiniões e preocupações. Esses encontros foram fundamentais para captar as experiências diretas dos envolvidos com a primeira infância, além de permitirem a discussão de temas específicos e aprofundados. Os facilitadores dessas rodas de conversa desempenharam um papel essencial em guiar as discussões, considerando os direitos das crianças, que no caso da Educação Infantil estão preconizados seis direitos de aprendizagem: Conviver, Brincar,

Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se, assegurando que todos os participantes tivessem a oportunidade de contribuir.

Google Forms: Paralelamente às rodas de conversa, um formulário online foi disponibilizado para alcançar uma parcela maior da comunidade, incluindo aqueles que não puderam participar pessoalmente dos encontros. O formulário, que agora se encontra fechado, consistiu em perguntas estruturadas que abordavam diversos aspectos da primeira infância, como acessibilidade de serviços, qualidade do atendimento educacional e necessidades específicas das crianças e suas famílias. Essa ferramenta digital permitiu a coleta de dados de forma rápida e eficiente, complementando as informações obtidas nas rodas de conversa.

Análise Integrada: As informações coletadas tanto nas rodas de conversa quanto no Google Forms foram analisadas de forma integrada, proporcionando uma base de dados rica e diversificada para a formulação do plano municipal. Esta análise ajudou a identificar tanto as necessidades comuns quanto as específicas de diferentes grupos dentro da comunidade, guiando a elaboração de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

A combinação dessas metodologias garantiu que o processo de escuta fosse abrangente e inclusivo, refletindo verdadeiramente as necessidades e aspirações da comunidade em relação à educação e cuidado na primeira infância no município.

Para concretizar e oficializar a escuta da comunidade, foi realizada a Audiência Pública na Câmara Municipal.

Todas as observações e sugestões propostas foram analisadas, e, dentro das possibilidades constam no **Eixos Estratégicos**, buscando assim, atender os anseios relacionados a melhorias para as crianças.

7. DIAGNÓSTICO DO PMPI DE AIMORÉS



Ilustração: Samuel Coelho

O diagnóstico no Plano Municipal para a Primeira Infância de Aimorés é um passo essencial para identificar as necessidades e desafios enfrentados pelas crianças de 0 a 6 anos no município. Esse diagnóstico proporciona uma visão detalhada da realidade local, permitindo que sejam desenvolvidas políticas públicas eficazes e direcionadas. Ele tem a função de:

1. **Identificar demandas específicas:** Através de dados e levantamentos, o diagnóstico revela as carências em infraestrutura, acesso a serviços de educação, saúde, e assistência social.
2. **Apoiar a tomada de decisões:** Com uma análise precisa, gestores e técnicos podem definir prioridades e metas a serem alcançadas no curto, médio e longo prazo. Dessa forma, o diagnóstico orienta o direcionamento de recursos e a implementação de programas voltados à primeira infância.
3. **Garantir inclusão e equidade:** O diagnóstico destaca grupos de crianças em situação de vulnerabilidade social ou com necessidades especiais, assegurando que as políticas elaboradas considerem a diversidade e promovam a inclusão de todas as crianças.
4. **Monitorar o desenvolvimento:** Ele serve como base para acompanhar o impacto das políticas já implementadas e medir o progresso na promoção dos direitos das crianças, além de fornecer subsídios para ajustes e melhorias.
5. **Articular redes de apoio:** Ao identificar as lacunas no atendimento à primeira infância, o diagnóstico facilita a integração de diferentes áreas como educação, saúde, e assistência social, promovendo um atendimento intersetorial mais eficaz.

O diagnóstico é, portanto, a fundação sobre a qual o PMPI de Aimorés constrói suas ações e metas, assegurando que todas as crianças, desde o nascimento até os 6 anos, recebam atenção adequada para um desenvolvimento saudável e pleno.

7.1 Saúde

A saúde na primeira infância é um fator determinante para o desenvolvimento integral das crianças. A Secretaria de Saúde de Aimorés tem a responsabilidade de garantir que todas as crianças tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, incluindo vacinação, nutrição e cuidados médicos. O diagnóstico na área da saúde foi conduzido para avaliar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos às crianças, identificar as principais questões de saúde pública que afetam a primeira infância e propor soluções para melhorar o atendimento e a prevenção de problemas de saúde.

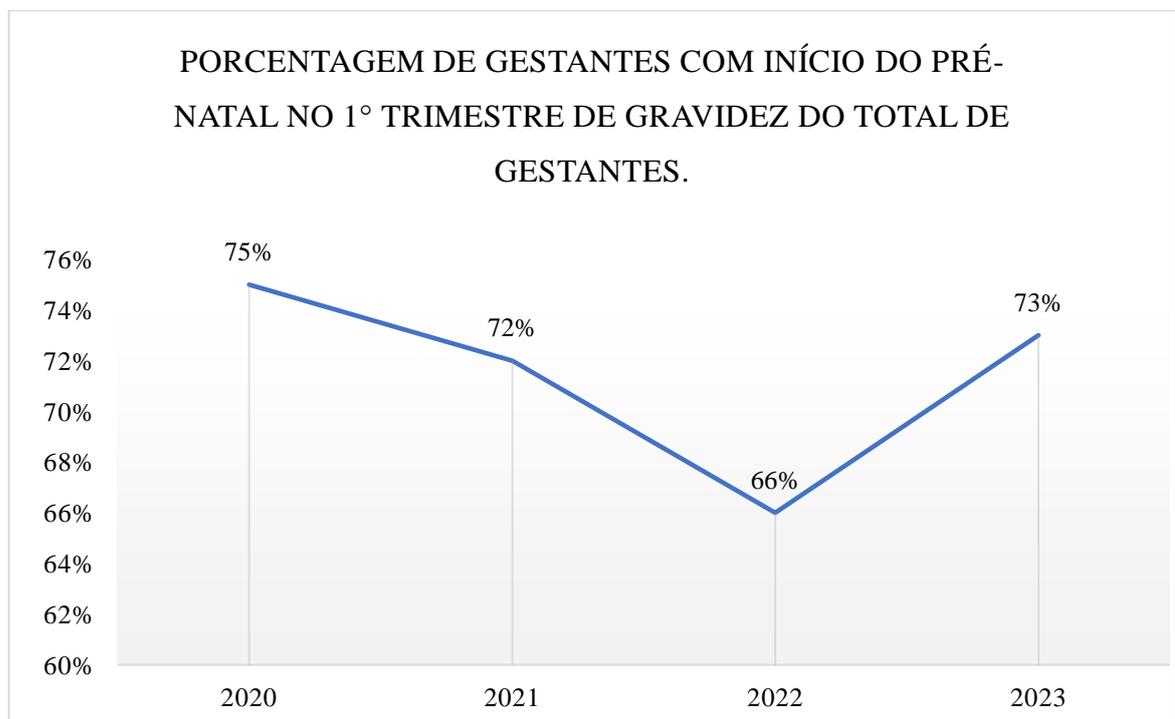
7.1.1 Em relação ao pré-natal, gestantes e puérperas, taxa de mortalidade infantil e materna

➤ Porcentagem de gestantes com início do pré-natal no 1º trimestre de gravidez do total de gestantes

A importância do acompanhamento pré-natal para a saúde da gestante e do bebê é extremamente reconhecida, e iniciar esse acompanhamento no 1º trimestre de gravidez é crucial para garantir um monitoramento adequado e o bem-estar durante todo o período gestacional.

No município de Aimorés, uma porcentagem de gestantes que iniciam o pré-natal no 1º trimestre é um indicador significativo da qualidade dos cuidados oferecidos e da acessibilidade aos serviços de saúde. A realização do pré-natal desde o início da gravidez permite a detecção precoce de possíveis complicações, a orientação adequada sobre a saúde materno-infantil e o planejamento de intervenções preventivas.

Dados recentes mostram que a porcentagem de gestantes que iniciaram o pré-natal no 1º trimestre foi monitorada de perto, refletindo o esforço contínuo para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos.



Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/Ministério da Saúde)
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvrr.def>

➤ Porcentagem de gestantes com 7 ou mais consultas pré-natal do total de gestantes

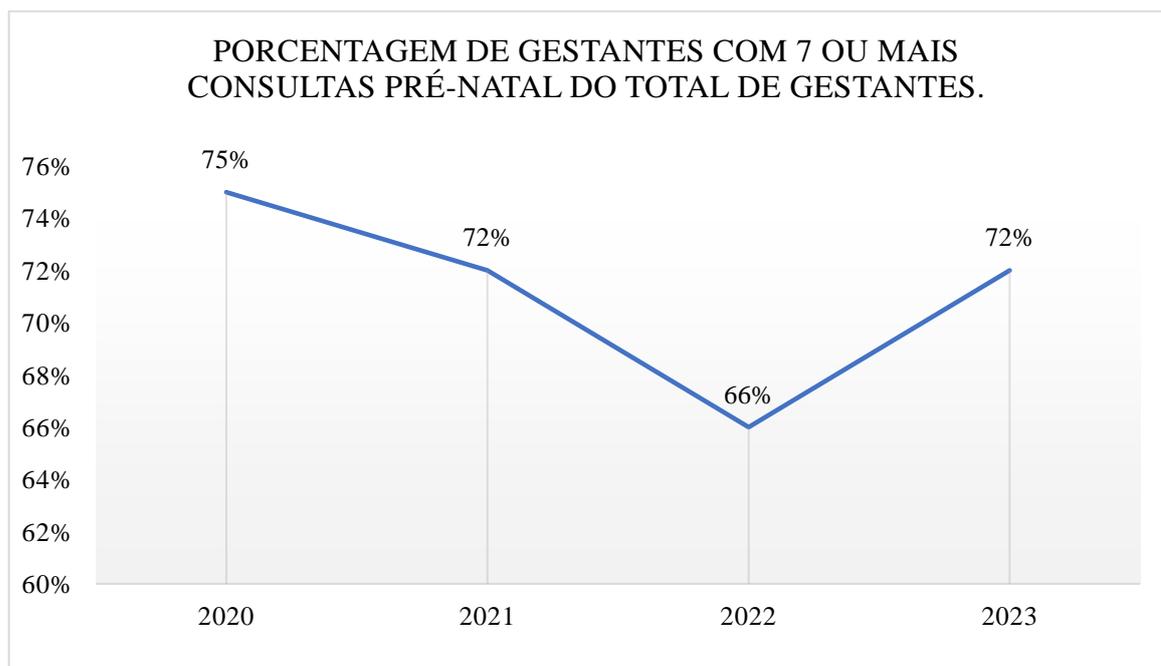
A realização de um número adequado de consultas pré-natais é essencial para o monitoramento da saúde materna e fetal durante a gravidez. Recomenda-se que as gestantes realizem pelo

menos 7 consultas pré-natais ao longo do período gestacional para garantir um acompanhamento completo e a identificação precoce de quaisquer problemas de saúde.

No município de Aimorés, o percentual de gestantes que completaram 7 ou mais consultas pré-natais é um indicador importante da qualidade e eficácia dos serviços de saúde oferecidos. Esse percentual reflete a acessibilidade e a adesão das gestantes aos cuidados recomendados.

A administração municipal está empenhada em aumentar esse percentual através de várias iniciativas, como a ampliação do acesso aos serviços de saúde, a realização de campanhas educativas sobre a importância do pré-natal, e a melhoria na progressão e o apoio aos serviços de saúde materna. Essas ações visam garantir que um número maior de gestantes receba o acompanhamento completo necessário para uma gestação saudável.

Manter um alto percentual de gestantes com 7 ou mais consultas pré-natais é crucial para garantir o bem-estar das mães e dos bebês e para promover uma gravidez saudável e segura.



Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/Ministério da Saúde)
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvrr.def>

➤ **Percentual de partos cesáreo em relação ao total de partos registrados no município**

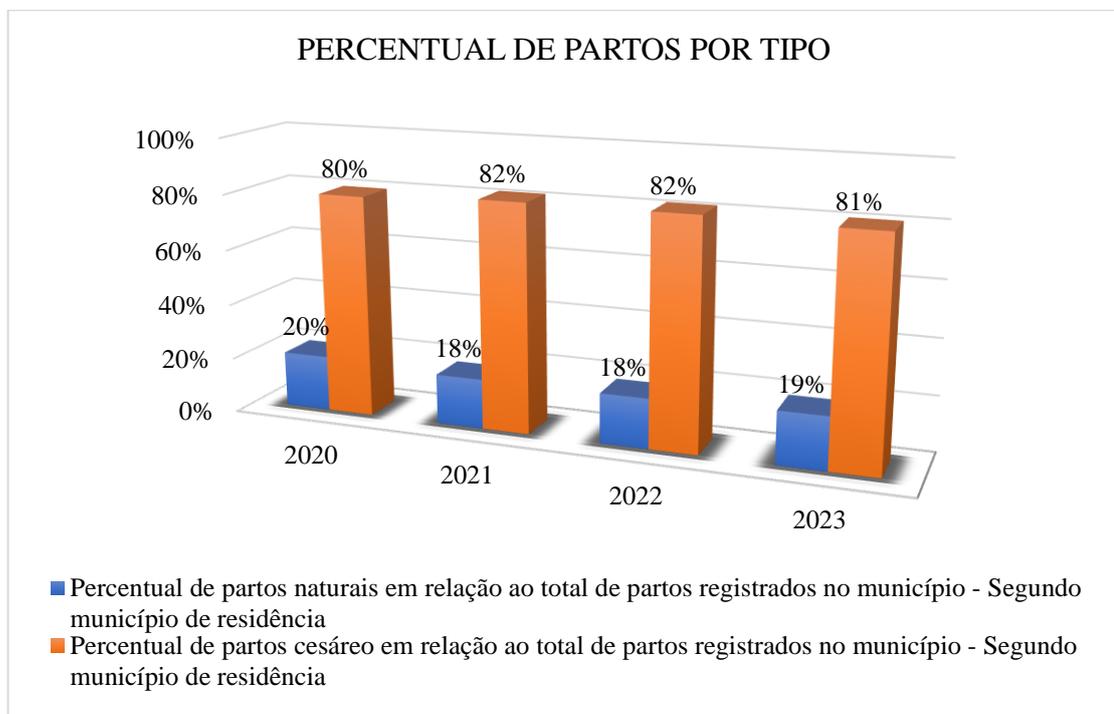
O tipo de parto é um aspecto crucial da assistência ao parto, e o percentual de partos cesáreos em relação ao total de partos registrados é um indicador importante da prática obstétrica e da qualidade dos cuidados oferecidos.

No município de Aimorés, o percentual de partos cesáreos é monitorado para avaliar as tendências e a adequação das práticas de parto. A cesárea é uma intervenção cirúrgica que pode ser necessária em situações específicas para garantir a saúde da mãe e do bebê, mas seu uso

excessivo pode indicar a necessidade de revisão das práticas de manejo do parto e das estratégias de promoção do parto vaginal seguro.

A administração municipal, em colaboração com as unidades de saúde, está empenhada em garantir que os partos cesáreos sejam realizados apenas quando clinicamente indicado, promovendo ao mesmo tempo a educação sobre os benefícios do parto vaginal e a segurança das gestantes. A meta é equilibrar o uso de cesáreas com a promoção de práticas de parto que favorecem o bem-estar e a recuperação saudável para as mães e os recém-nascidos.

Monitorar o percentual de partos cesáreos é essencial para garantir que a assistência ao parto esteja alinhada com as melhores práticas e diretrizes de saúde, contribuindo para uma abordagem mais equilibrada e centrada na saúde da mãe e do bebê.



Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/Ministério da Saúde)
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvrr.def>

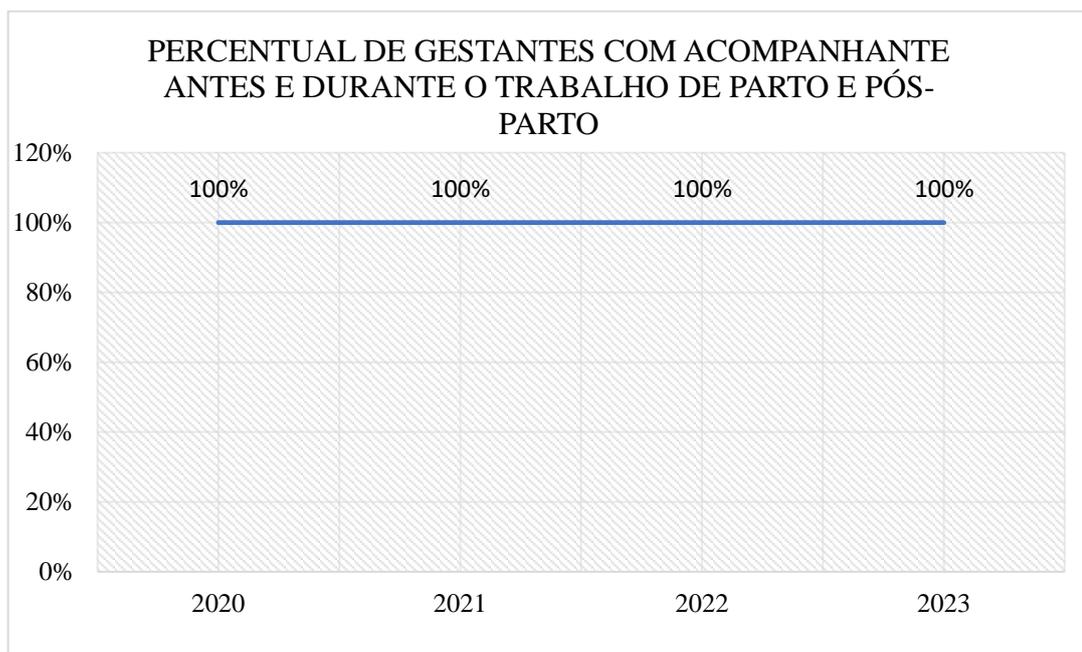
➤ **Percentual de gestantes com acompanhante antes e durante o trabalho de parto e pós-parto**

A presença de um acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto é uma prática que pode ter um impacto significativo na experiência de parto e na recuperação da gestante. O acompanhamento pode oferecer suporte emocional, físico e psicológico, contribuindo para uma experiência de parto mais positiva e para o bem-estar geral da mãe e do bebê.

No município de Aimorés, o percentual de gestantes que têm um acompanhamento antes e durante o trabalho de parto, bem como no pós-parto, é um indicador importante da qualidade da assistência e do apoio oferecido às gestantes. Essa prática está alinhada com as diretrizes de saúde que recomendam o suporte contínuo durante o período de parto e recuperação.

A administração municipal se compromete a promover a presença de acompanhantes como parte integrante do cuidado materno, liberando os benefícios de ter um suporte próximo durante o trabalho de parto e a recuperação. Iniciativas a garantia de políticas que permitem a presença de acompanhantes, a capacitação dos profissionais de saúde para incluir essa prática e a promoção da conscientização sobre a importância do suporte emocional durante o parto.

Monitorar o percentual de gestantes com acompanhante é essencial para garantir que as práticas de atendimento centradas no bem-estar das gestantes contribuam para uma experiência de parto mais confortável e segura.



Hospital São José e São Camilo

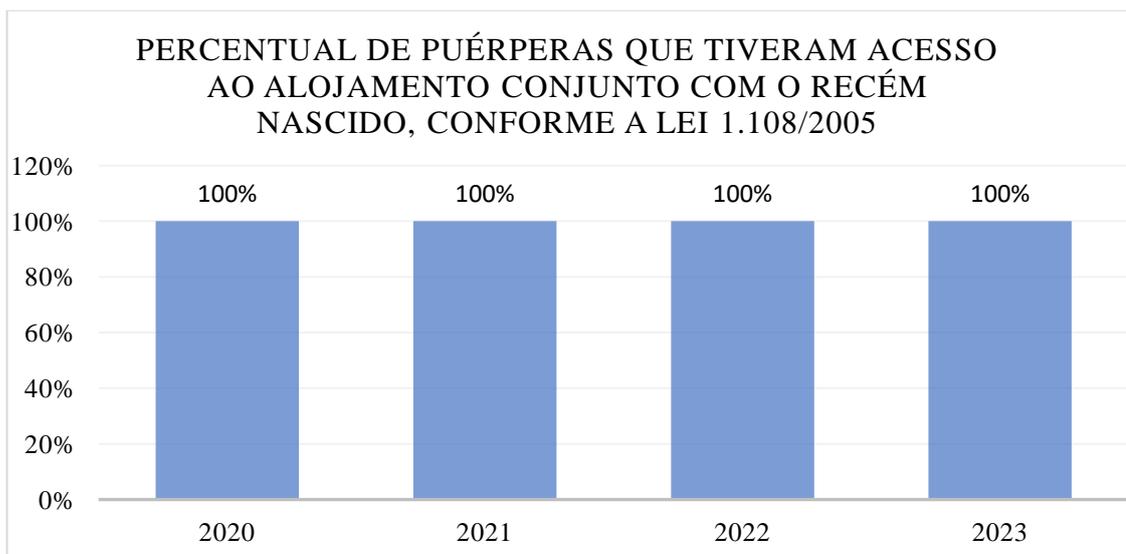
➤ **Percentual de puérperas que tiveram acesso ao alojamento conjunto com o recém-nascido, conforme a Lei 1.108/2005**

A Lei 1.108/2005 estabelece diretrizes para a prática do alojamento conjunto, que promove a permanência da mãe e do recém-nascido no mesmo ambiente hospitalar, facilitando a integração precoce e o vínculo entre mãe e bebê logo após o parto. O alojamento conjunto é reconhecido pelos seus benefícios, incluindo o apoio ao aleitamento materno e a melhoria na adaptação e bem-estar de ambos.

No município de Aimorés, o percentual de puérperas que tiveram acesso ao alojamento conjunto com o recém-nascido é um indicador crucial da conformidade com a legislação e da qualidade dos cuidados oferecidos. Esse percentual reflete o compromisso das unidades de saúde com a implementação das práticas recomendadas para o cuidado pós-parto e a promoção da saúde materno-infantil.

A administração municipal está empenhada em garantir que o alojamento conjunto seja uma prática amplamente disponível e acessível para todas as puérperas. A estratégia inclui a capacitação das instalações hospitalares, a capacitação dos profissionais de saúde e a conscientização sobre os benefícios dessa prática.

Monitorar o percentual de puérperas com acesso ao conjunto de alojamento é essencial para garantir que as políticas e diretrizes previstas na Lei 1.108/2005 sejam aplicadas efetivamente, promovendo uma experiência pós-parto mais positiva e um início de vida mais saudável para os recém-nascidos.



Hospital São José e São Camilo

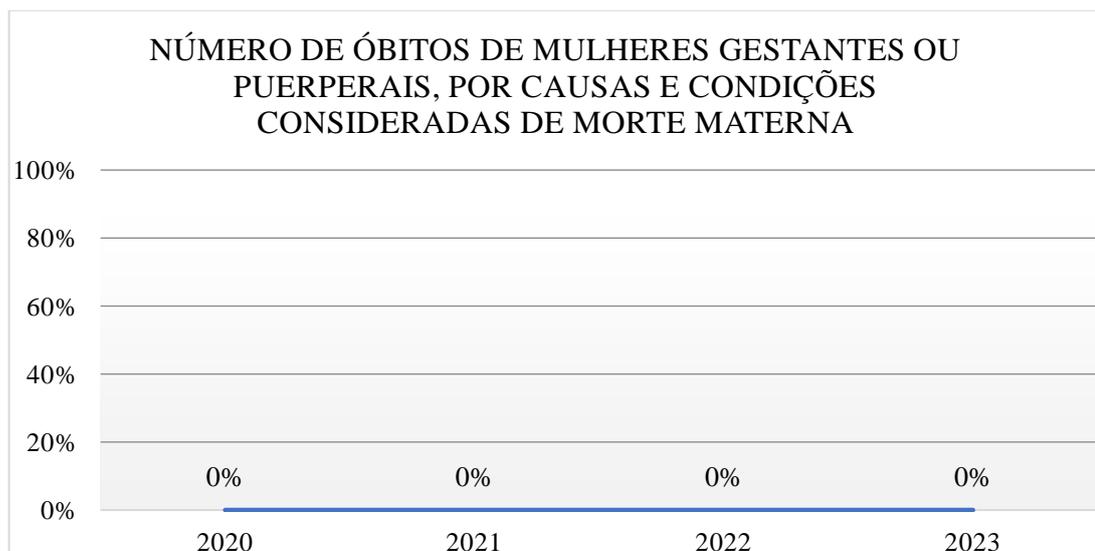
➤ **Número de óbitos de mulheres gestantes ou puerperais, por causas e condições consideradas de morte materna**

A vigilância e o monitoramento dos óbitos de mulheres gestantes ou puérperas são fundamentais para a melhoria contínua da saúde materna e a eficácia das estratégias de prevenção. As causas e condições consideradas de morte materna incluem uma variedade de complicações que podem ocorrer durante a gravidez, o parto ou o pós-parto, e que são ocorrências como diretamente relacionadas à gestação ou ao parto.

No município de Aimorés, o número de óbitos de mulheres gestantes ou puérperas por causas de morte materna é monitorado cuidadosamente para identificar padrões, avaliar a eficácia das intervenções e direcionar esforços para melhorar a assistência e a segurança das gestantes. As principais causas de morte materna podem incluir complicações como hemorragias, infecções, hipertensão gestacional e outras condições graves associadas à gravidez e ao parto.

A administração municipal está comprometida em analisar e utilizar esses dados para aprimorar os cuidados maternos, implementar políticas de saúde mais eficazes e garantir que as gestantes recebam o suporte necessário para prevenir complicações graves. A análise dos óbitos maternos inclui uma investigação detalhada das causas e condições envolvidas, com o objetivo de reduzir a mortalidade materna e promover uma assistência de saúde mais segura e eficaz.

O monitoramento contínuo e a análise dos óbitos de mulheres gestantes ou puérperas são essenciais para desenvolver estratégias que melhorem a saúde e a segurança das mães, reduzindo os riscos e promovendo melhores resultados para a saúde materna e neonatal.



Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/Ministério da Saúde)
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvrr.def>

➤ **Taxa de mortalidade infantil (Números Absolutos)**

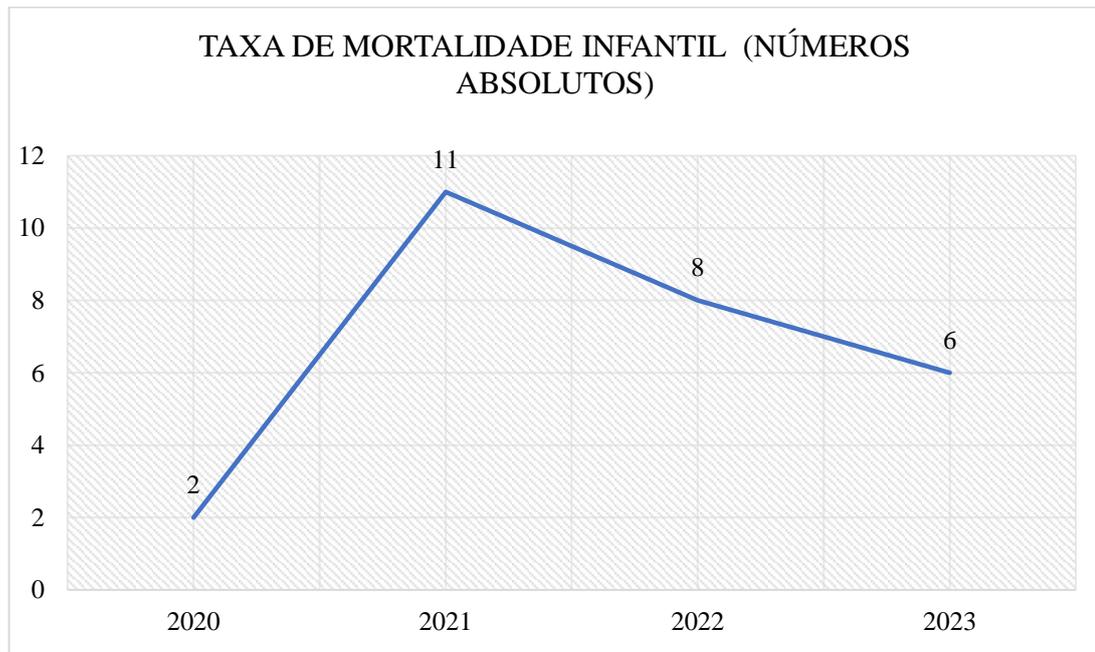
A taxa de mortalidade infantil é um importante indicador de saúde pública que reflete o número de óbitos de crianças menores de um ano em relação ao total de nascidos vivos em um determinado período. Esta taxa fornece uma visão crítica sobre a eficácia dos serviços de saúde infantil, as condições de vida e o acesso a cuidados adequados para recém-nascidos e crianças pequenas.

No município de Aimorés, a análise da taxa de mortalidade infantil em termos de números absolutos é fundamental para avaliar a situação atual da saúde infantil e direcionar as políticas

e programas necessários para melhorar os cuidados e reduzir as taxas de mortalidade. Os números absolutos referem-se ao total de óbitos infantis registrados num ano específico, sem considerar taxas proporcionais.

A administração municipal utiliza esses dados para identificar áreas críticas, monitorar tendências e implementar estratégias focadas em melhorar a saúde e a sobrevivência infantil. As iniciativas incluem o fortalecimento dos serviços de saúde materno-infantil, a promoção de práticas de aleitamento materno, a melhoria das condições de saneamento e a educação das famílias sobre cuidados essenciais para a saúde dos bebês.

A taxa de mortalidade infantil é uma medida vital para avaliar o impacto das intervenções e garantir que todos os esforços sejam direcionados para a redução da mortalidade e a promoção de um início de vida saudável para todas as crianças.



Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/Ministério da Saúde)
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabegi.exe?sinasc/cnv/nvrr.def>

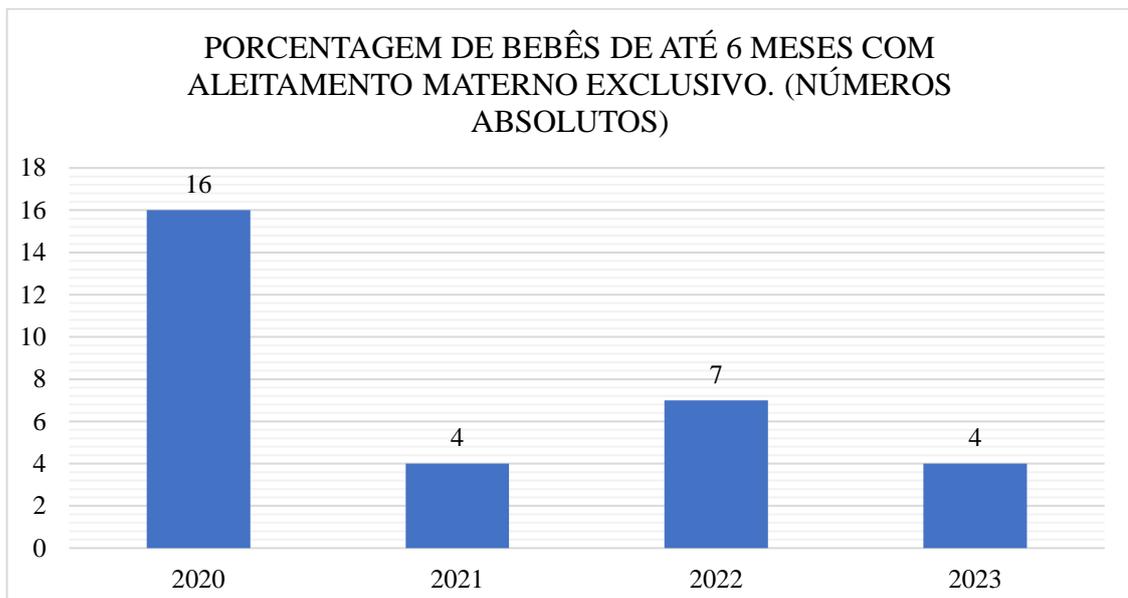
➤ **Porcentagem de bebês de até 6 meses com aleitamento materno exclusivo. (Números absolutos)**

O aleitamento materno exclusivo é um fator crucial para o desenvolvimento saudável dos bebês, especialmente durante os primeiros seis meses de vida. Ele oferece todos os nutrientes necessários e fortalece o sistema imunológico da criança, além de promover um vínculo afetivo entre mãe e filho.

A porcentagem de bebês de até 6 meses que recebem aleitamento materno exclusivo é um indicador importante da eficácia das políticas e programas de promoção da saúde infantil. Este

indicador é calculado com base no número absoluto de bebês nessa faixa etária que estão sendo alimentados exclusivamente com leite materno, em relação ao total de nascimentos vivos registrados.

Monitorar a porcentagem de bebês com aleitamento materno exclusivo permite avaliar o impacto das iniciativas de promoção da amamentação e identificar áreas onde são necessários mais esforços para garantir que todas as mães recebam o suporte necessário para oferecer o melhor início possível para seus filhos.



Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)
<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>

➤ **Desnutrição e Obesidade**

Desnutrição e obesidade são condições opostas, mas ambas têm impactos significativos na saúde e no desenvolvimento das crianças.

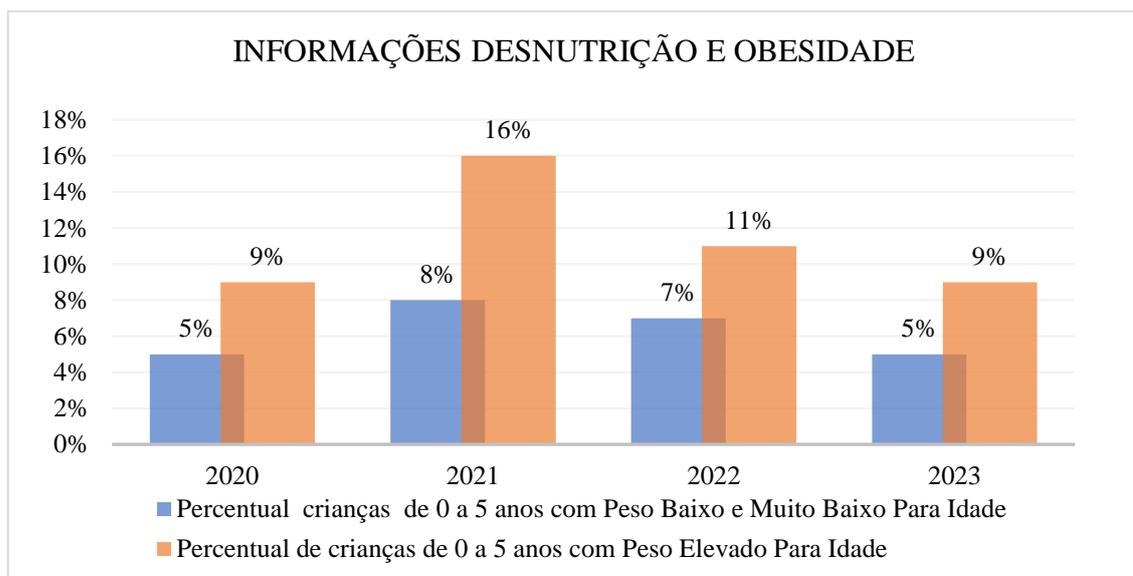
- **Desnutrição** - A desnutrição ocorre quando a criança não recebe nutrientes suficientes para atender às suas necessidades de crescimento e desenvolvimento. Isso pode levar a problemas de saúde, como atraso no crescimento, fraqueza imunológica e dificuldades cognitivas. A desnutrição pode ser causada por uma dieta inadequada, doenças frequentes, e falta de acesso a alimentos nutritivos.
- **Obesidade** - Por outro lado, a obesidade é caracterizada pelo excesso de gordura corporal e pode resultar em problemas de saúde como diabetes tipo 2, hipertensão e problemas cardíacos. Ela é frequentemente associada a uma dieta rica em calorias e baixa em nutrientes, além de um estilo de vida sedentário.

Abordagem Municipal

No município de Aimorés, a administração municipal está comprometida em combater tanto a desnutrição quanto a obesidade por meio de diversas estratégias, como:

- **Programas de Nutrição:** Implementação de programas de alimentação saudável e suplementação para crianças em risco.
- **Educação em Saúde:** Realização de campanhas e workshops sobre nutrição equilibrada e hábitos saudáveis.
- **Monitoramento e Avaliação:** Coleta de dados sobre o estado nutricional das crianças para ajustar políticas e programas conforme necessário.

A abordagem integrada para combater a desnutrição e a obesidade é essencial para promover a saúde e o bem-estar das crianças, garantindo que todas tenham a oportunidade de crescer de forma saudável e alcançar seu pleno potencial.



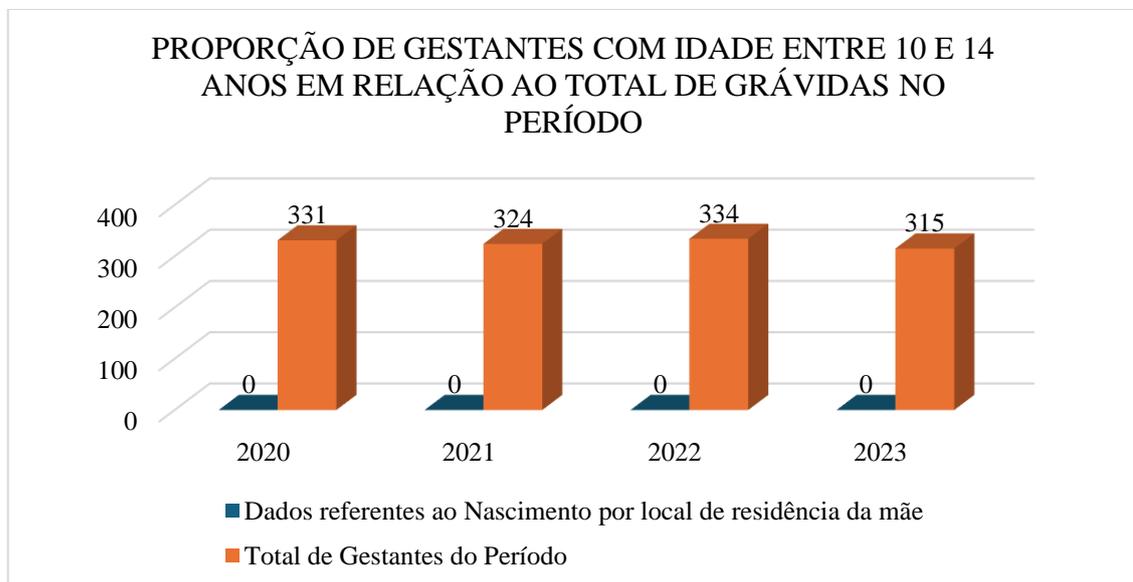
Sistema de vigilância alimentar e nutricional - Sisvan
<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>

➤ Proporção de gestantes com idade entre 10 e 14 anos em relação ao total de grávidas no período

A proporção de gestantes com idade entre 10 e 14 anos em relação ao total de grávidas é um indicador importante para avaliar a prevalência de gravidez precoce e suas implicações para a saúde pública e o desenvolvimento social. A gravidez em adolescentes muito jovens pode estar associada a diversos riscos para a saúde, tanto para a mãe quanto para o bebê, e geralmente requer atenção especial em termos de cuidados e apoio.

No município, a proporção de gestantes com idade entre 10 e 14 anos é calculada com base no número absoluto de gestantes nessa faixa etária em relação ao total de grávidas registradas no mesmo período. Esse indicador fornece uma visão sobre a incidência de gravidez precoce e pode ajudar a direcionar políticas e programas de saúde e educação para prevenir e reduzir tais ocorrências.

Monitorar a proporção de gestantes com idade entre 10 e 14 anos permite avaliar a eficácia das estratégias de prevenção e apoio, identificar áreas que necessitam de intervenção e garantir que os recursos e programas sejam direcionados de maneira a apoiar a saúde e o bem-estar das jovens gestantes e suas famílias.



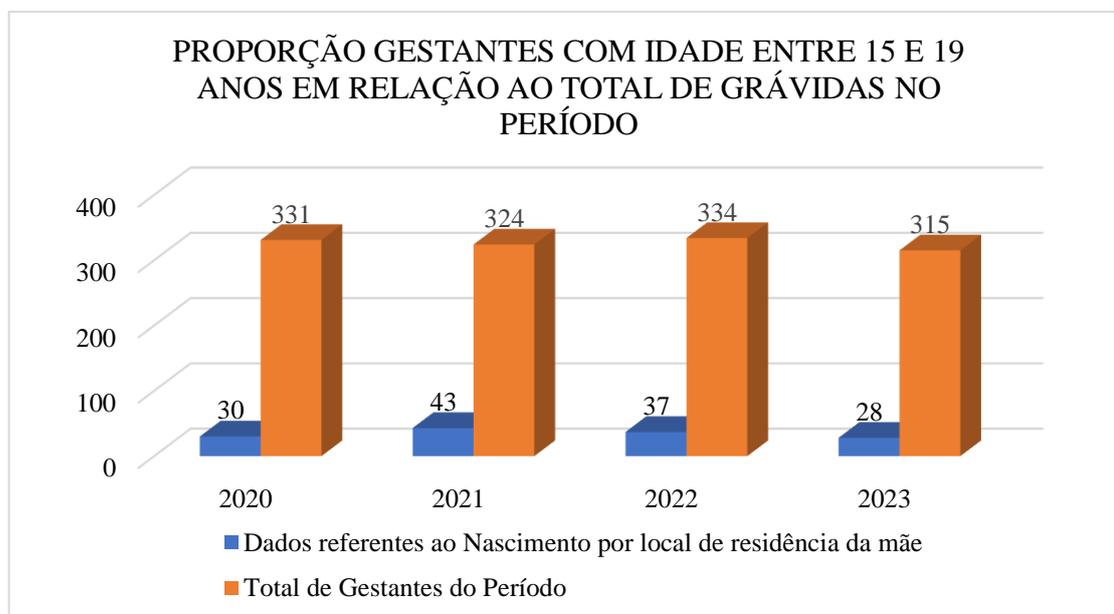
Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/Ministério da Saúde)
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvrr.def>

➤ **Proporção gestantes com idade entre 15 e 19 anos em relação ao total de grávidas no período**

A proporção de gestantes com idade entre 15 e 19 anos em relação ao total de grávidas é um indicador significativo para compreender a prevalência da gravidez na adolescência e seus impactos na saúde pública. A gravidez na adolescência pode apresentar desafios específicos, como riscos aumentados para a saúde da mãe e do bebê, e pode impactar o desenvolvimento educacional e socioeconômico das jovens mães.

No município, essa proporção é calculada comparando o número absoluto de gestantes na faixa etária de 15 a 19 anos com o total de grávidas registradas no mesmo período. Este indicador ajuda a entender a frequência de gravidez entre adolescentes e a avaliar a necessidade de políticas e programas direcionados para apoiar e orientar essas jovens.

O monitoramento da proporção de gestantes com idade entre 15 e 19 anos permite avaliar a eficácia das políticas e programas implementados, identificar áreas que necessitam de mais suporte e garantir que as estratégias de prevenção e apoio sejam adaptadas para atender às necessidades das adolescentes grávidas e suas famílias.



Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/Ministério da Saúde)
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvrr.def>

➤ **Percentual crianças de 0 a 5 anos com altura baixa e muito baixa para a idade**

O percentual de crianças de 0 a 5 anos com altura baixa e muito baixa para a idade é um indicador importante para avaliar o estado nutricional e o crescimento das crianças na primeira infância. Este indicador ajuda a identificar problemas relacionados ao crescimento, que podem ser causados por desnutrição, condições de saúde subjacentes ou outros fatores socioeconômicos.

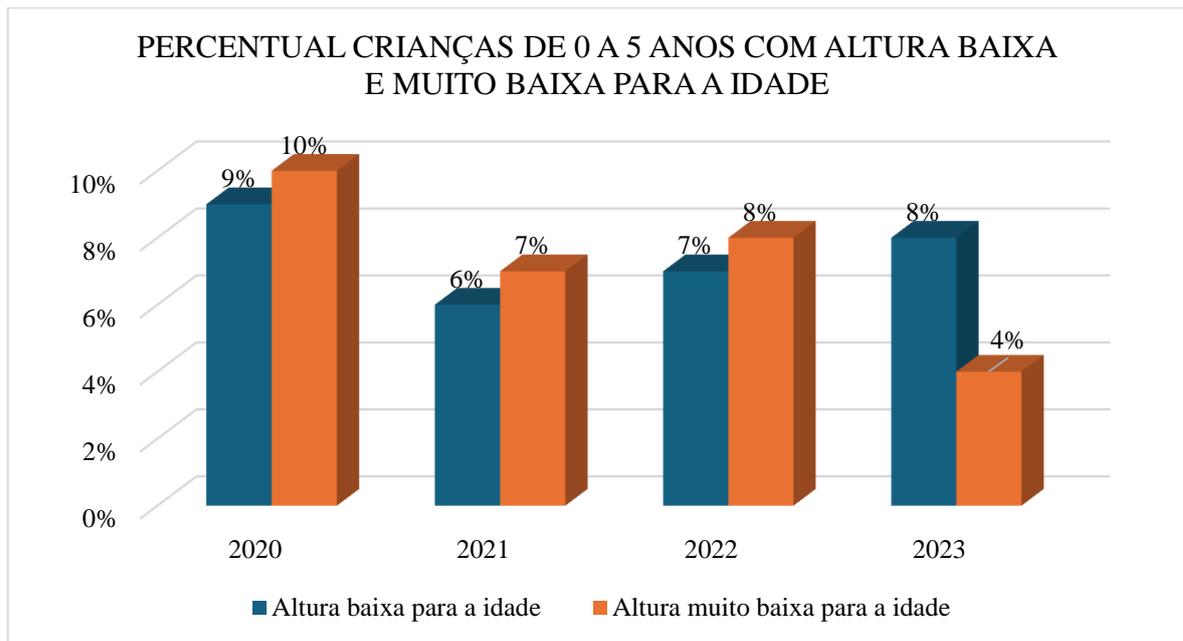
A altura baixa e muito baixa para a idade é definida de acordo com as curvas de crescimento padrão da Organização Mundial da Saúde (OMS), que categorizam as crianças como "baixas" quando sua altura está abaixo do percentil 3, e "muito baixas" quando está abaixo do percentil 1 para a faixa etária correspondente.

No município de Aimorés, o percentual de crianças de 0 a 5 anos que apresentam altura baixa e muito baixa para a idade é calculado com base nos dados de medidas de altura coletadas durante consultas de acompanhamento de saúde infantil. Esse indicador é fundamental para:

- **Identificar Necessidades Nutricionais e Médicas:** Avaliar a necessidade de intervenções nutricionais e médicas para promover o crescimento saudável.

- **Planejar Intervenções:** Desenvolver e implementar programas para melhorar a nutrição e as condições de saúde das crianças em risco.
- **Monitorar Tendências:** Acompanhar as mudanças ao longo do tempo e a eficácia das políticas e programas voltados para a saúde infantil e a nutrição.

Garantir que todas as crianças recebam o suporte necessário para um desenvolvimento saudável é essencial para promover o bem-estar e a equidade na primeira infância.



Sistema de vigilância alimentar e nutricional - Sisvan (Estado Nutricional)
<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>

➤ **Percentual de crianças de baixo peso em relação ao total de nascidos vivos**

O percentual de crianças de baixo peso ao nascer é um indicador crucial para avaliar a saúde neonatal e as condições de cuidados pré-natais. O baixo peso ao nascer, definido como o peso inferior a 2.500 gramas, pode ser associado a uma série de riscos para a saúde, incluindo maior vulnerabilidade a complicações neonatais e problemas de desenvolvimento a longo prazo.

No município de Aimorés, o percentual de crianças com baixo peso em relação ao total de nascidos vivos é calculado a partir do número absoluto de nascimentos com peso inferior a 2.500 gramas dividido pelo total de nascidos vivos no mesmo período. Este indicador é essencial para:

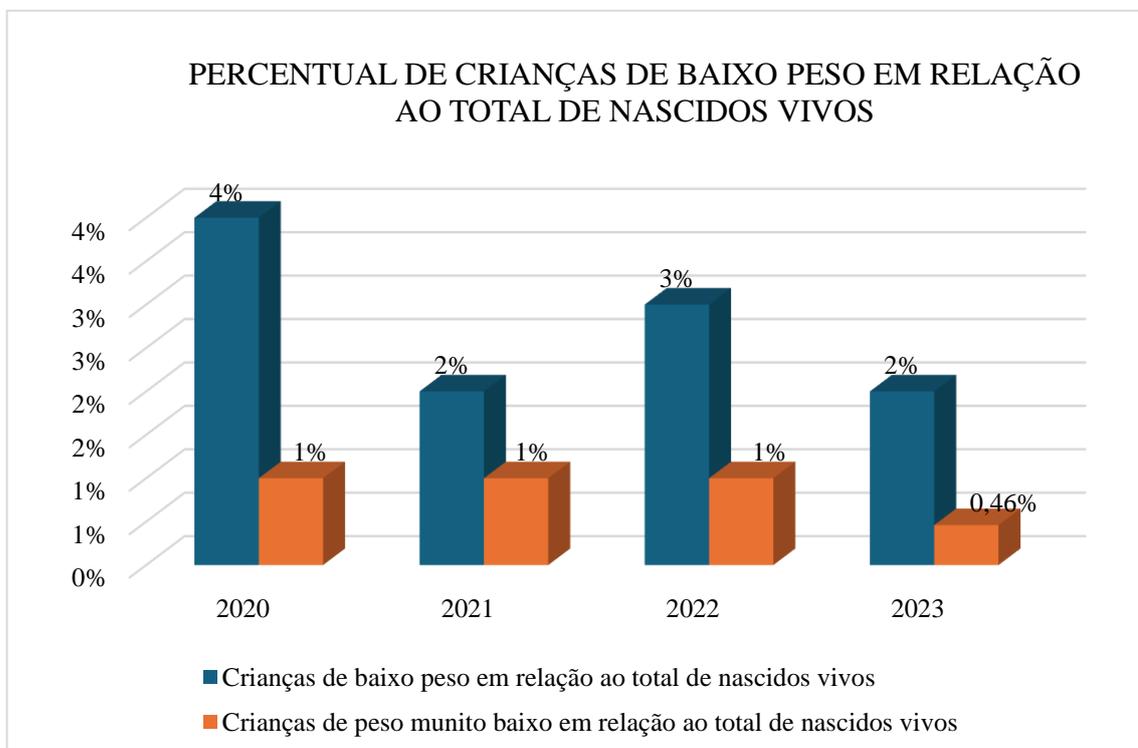
- **Avaliação da Saúde Materno-Infantil:** Identificar a prevalência de baixo peso ao nascer e suas possíveis causas, como desnutrição materna, problemas de saúde durante a gestação ou acesso inadequado a cuidados pré-natais.

- **Desenvolvimento de Políticas e Programas:** Informar a criação e a implementação de estratégias de saúde pública voltadas para melhorar a nutrição e os cuidados durante a gravidez, promovendo a saúde materna e infantil.
- **Monitoramento da Qualidade dos Cuidados Pré-Natais:** Avaliar a eficácia das intervenções e programas de suporte para gestantes, visando a redução de casos de baixo peso ao nascer.

O município está comprometido em reduzir o percentual de crianças com baixo peso ao nascer através de iniciativas como:

- **Apoio Nutricional:** Implementação de programas de suplementação e orientação nutricional para gestantes.
- **Cuidados Pré-Natais:** Melhoria do acesso e da qualidade dos cuidados pré-natais, incluindo monitoramento regular e suporte para gestantes em risco.
- **Educação e Conscientização:** Promoção de campanhas para informar sobre a importância de cuidados pré-natais adequados e práticas de saúde durante a gravidez.

Monitorar o percentual de crianças com baixo peso ao nascer ajuda a identificar áreas que necessitam de intervenção e garantir que os recursos e políticas sejam direcionados para promover a saúde e o bem-estar das mães e dos recém-nascidos.



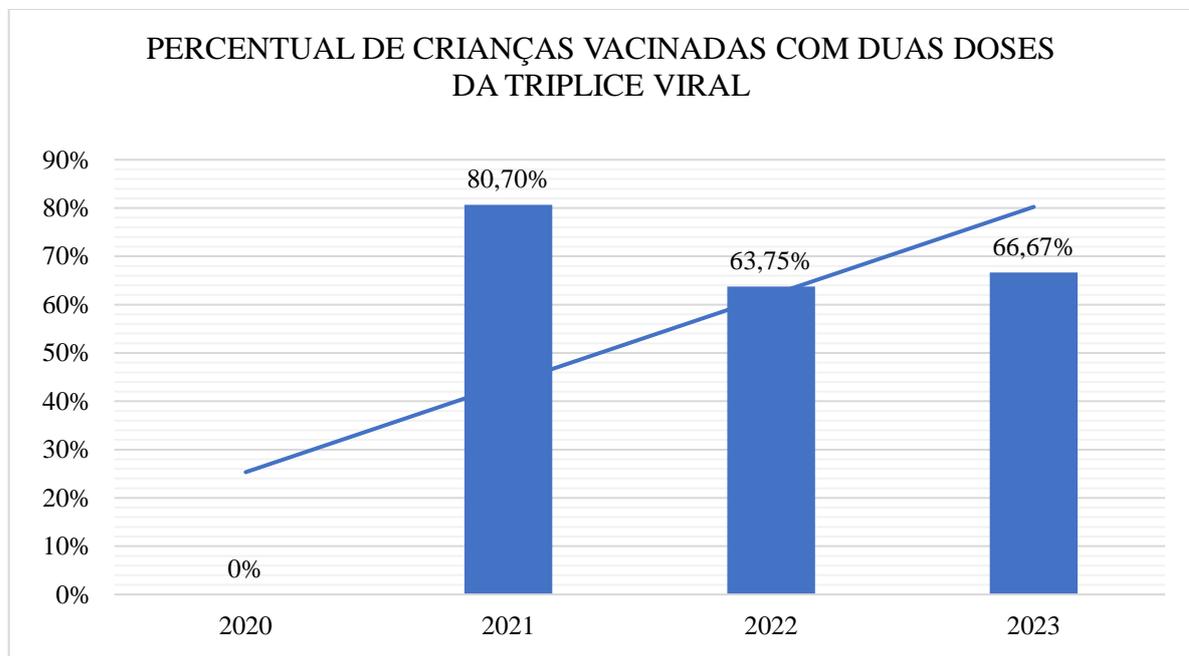
Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/Ministério da Saúde)
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvrr.def>
<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/alto-alegre-rr/>

7.1.2 Gestão do serviço de saúde

➤ Percentual de crianças vacinadas com duas doses da Tríplice Viral

A vacinação é uma das medidas mais eficazes para prevenir doenças infecciosas e proteger a saúde pública. A vacina Tríplice Viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, é uma das vacinas essenciais no calendário de imunização infantil.

Em Aimorés o percentual de crianças vacinadas com duas doses da Tríplice Viral é um indicador importante para avaliar a cobertura vacinal e a eficácia das campanhas de imunização. A vacinação completa com as duas doses recomendadas é crucial para garantir uma proteção adequada contra essas doenças.

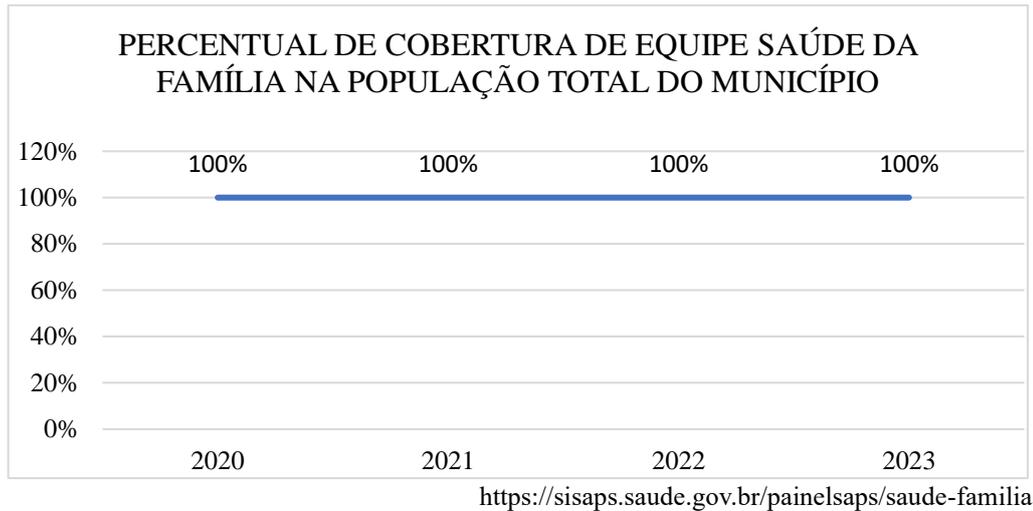


Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI)
http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?bd_pni/cpnibr.def

➤ Percentual de Cobertura de Equipe Saúde da Família na população total do Município

A cobertura das equipes de Saúde da Família é um indicador crítico para avaliar a extensão dos serviços de saúde primária oferecidos à população de um município. O Programa Saúde da Família (PSF) visa garantir um atendimento integral e contínuo à saúde das famílias, focando na prevenção de doenças, promoção da saúde e gestão de condições crônicas.

Monitorar o percentual de cobertura das equipes de Saúde da Família é essencial para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade e para ajustar as políticas de saúde de acordo com as necessidades da população.

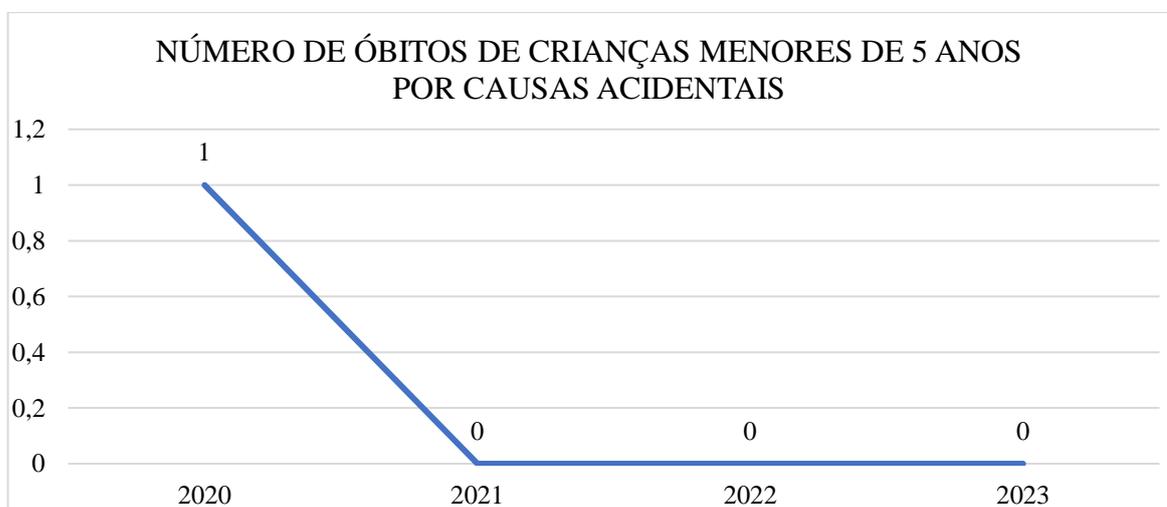


7.1.3 Acidentes

➤ Número de óbitos de crianças menores de 5 anos por causas acidentais:

O número de óbitos de crianças menores de 5 anos por causas acidentais é um indicador crítico para avaliar a segurança e a eficácia das políticas de prevenção de acidentes e proteção infantil. Acidentes, como afogamentos, quedas, envenenamentos e outros tipos de lesões não intencionais, são causas significativas de mortalidade nesta faixa etária e frequentemente refletem questões relacionadas à segurança domiciliar, supervisão e acesso a cuidados adequados.

No município de Aimorés, o número de óbitos de crianças menores de 5 anos por causas acidentais é monitorado para identificar tendências, avaliar a eficácia das estratégias de prevenção e implementar intervenções direcionadas. Este indicador é calculado com base no número absoluto de óbitos registrados por causas acidentais em crianças nessa faixa etária durante um determinado período.



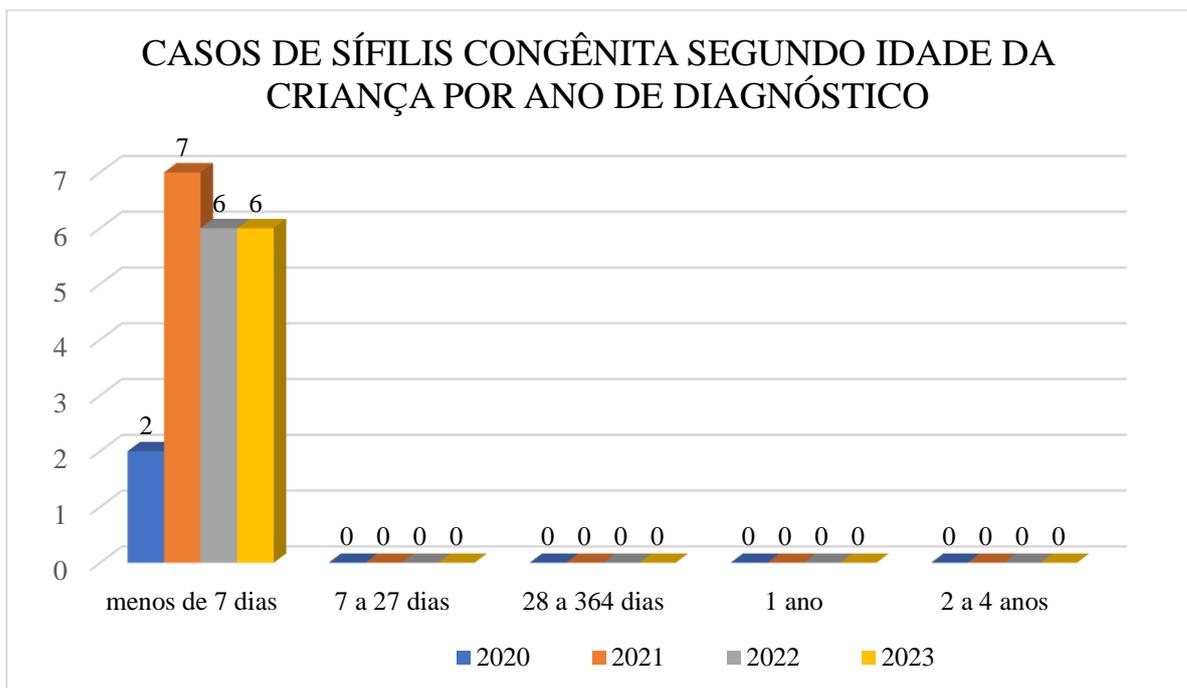
7.1.4 Sífilis Congênita

➤ Casos de sífilis congênita segundo idade da criança por ano de diagnóstico

A sífilis congênita é uma infecção transmitida da mãe para o bebê durante a gravidez, causada pela bactéria *Treponema pallidum*. Essa condição pode levar a sérios problemas de saúde para o recém-nascido, incluindo defeitos de nascença, comprometimento do sistema nervoso e até mesmo a morte neonatal. A monitorização dos casos de sífilis congênita segundo a idade da criança e o ano de diagnóstico é essencial para identificar padrões e desenvolver estratégias de prevenção e tratamento eficazes.

No município de Aimorés, o número de casos de sífilis congênita é analisado de acordo com a idade da criança no momento do diagnóstico e o ano em que o diagnóstico foi realizado. Esse indicador ajuda a monitorar e avaliar a eficácia das políticas públicas de saúde, especialmente as voltadas para o pré-natal e o acompanhamento das gestantes. Ele permite identificar falhas nos sistemas de prevenção e controle da transmissão vertical da sífilis, bem como orientar a implementação de medidas corretivas e campanhas de conscientização. Além disso, ao acompanhar a evolução dos casos ao longo do tempo, o indicador auxilia na avaliação da qualidade do atendimento prestado à saúde da mulher e da criança no município.

A análise dos casos de sífilis congênita segundo a idade da criança e o ano de diagnóstico é fundamental para aprimorar a resposta de saúde pública, melhorar a qualidade do atendimento e reduzir a incidência de sífilis congênita no município.



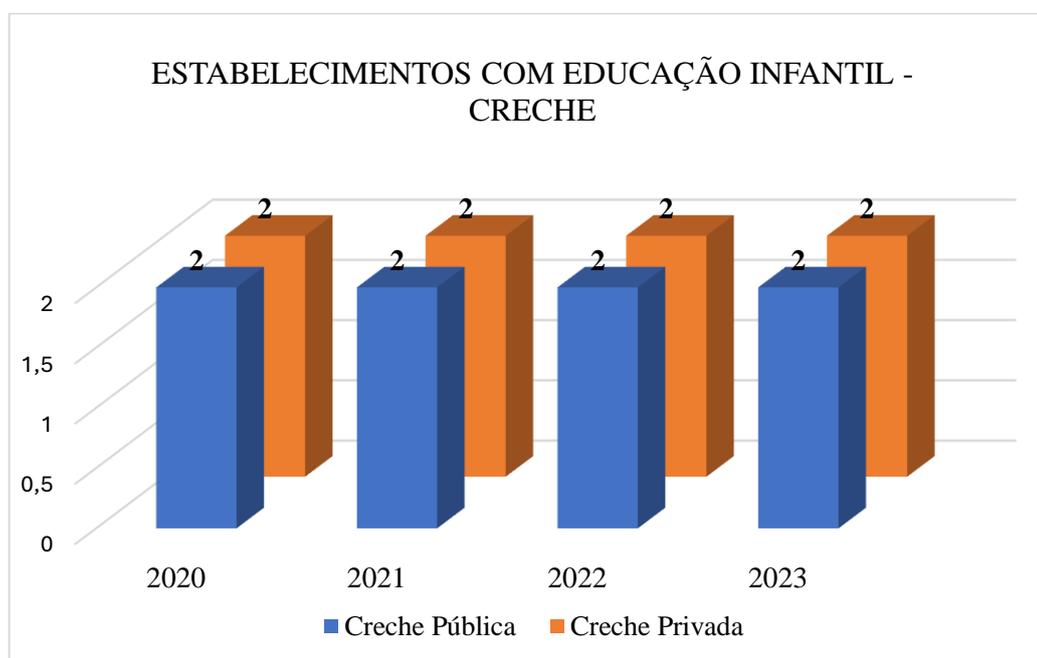
7.2 Educação

A Educação Infantil é um pilar fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. No município de Aimorés, a Secretaria Municipal de Educação desempenha um papel crucial na garantia de acesso a uma educação de qualidade para todas as crianças. O diagnóstico na área da educação foi realizado com o objetivo de mapear as condições atuais das creches e pré-escolas, avaliar a formação dos educadores e identificar as principais lacunas e desafios que precisam ser enfrentados para melhorar a qualidade do ensino infantil.

7.2.1 Educação Infantil

➤ Creches Públicas e Privadas do Município

No município de Aimorés, o número de estabelecimentos de Educação Infantil na modalidade de Creche inclui tanto instituições municipais quanto privadas. Para garantir que todas as crianças sejam atendidas, a rede municipal adotou a estratégia de criar segundos endereços em bairros e distritos. Essa descentralização permite que a oferta de vagas seja distribuída de maneira mais equitativa, assegurando o acesso à educação infantil em todas as regiões do município, independentemente da localização.

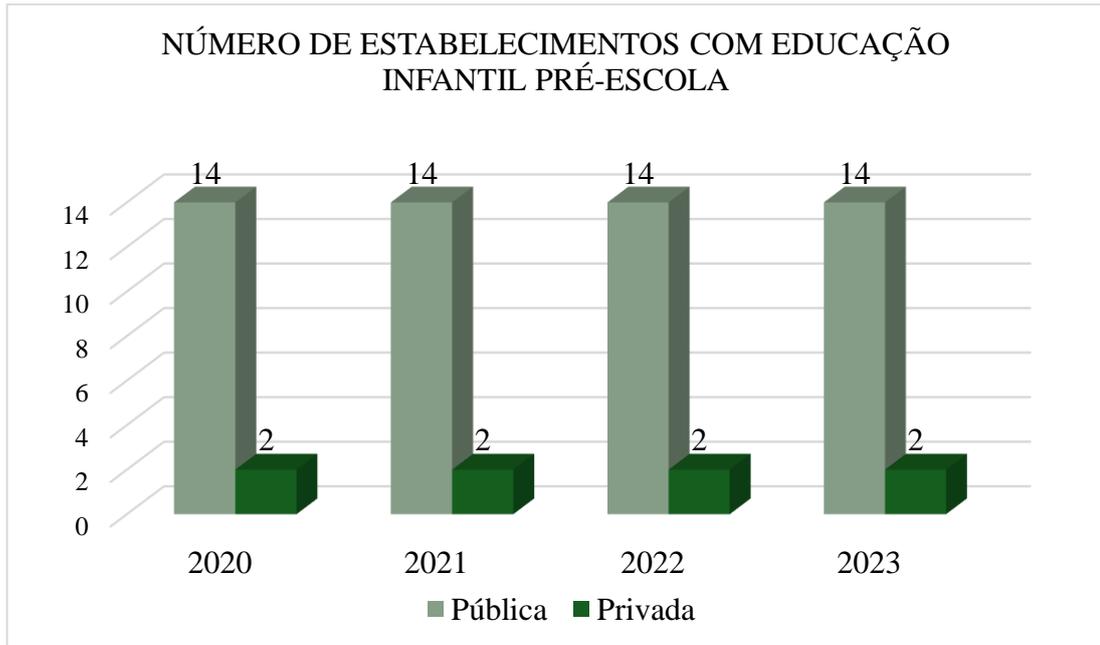


Secretaria Municipal de Educação

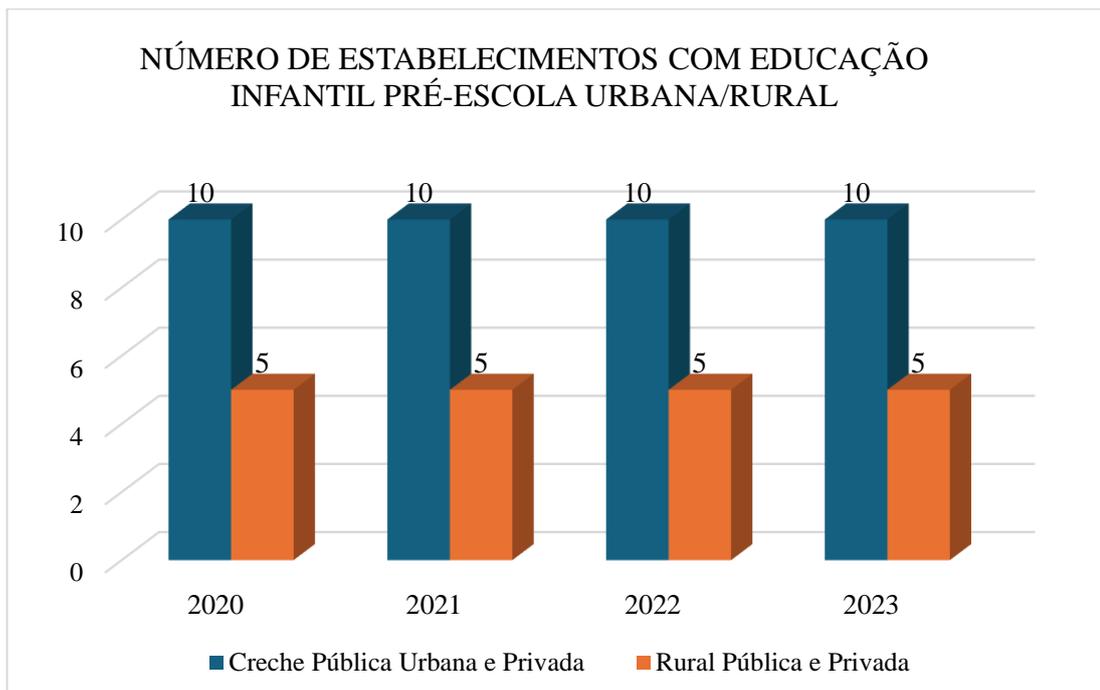
➤ Pré-Escola, Municipais Públicas e Privadas

No município de Aimorés, o número de estabelecimentos de Educação Infantil na modalidade de Pré-Escola, que é parte da educação básica e obrigatória, abrange tanto instituições

municipais quanto privadas, conforme mostrado nos gráficos abaixo. Além das escolas urbanas, o município conta com escolas localizadas no interior que atendem a essa modalidade de ensino. Para assegurar que todas as crianças sejam contempladas, a rede municipal criou segundos endereços em bairros e distritos onde não há escolas específicas, garantindo o acesso universal à Educação Infantil.



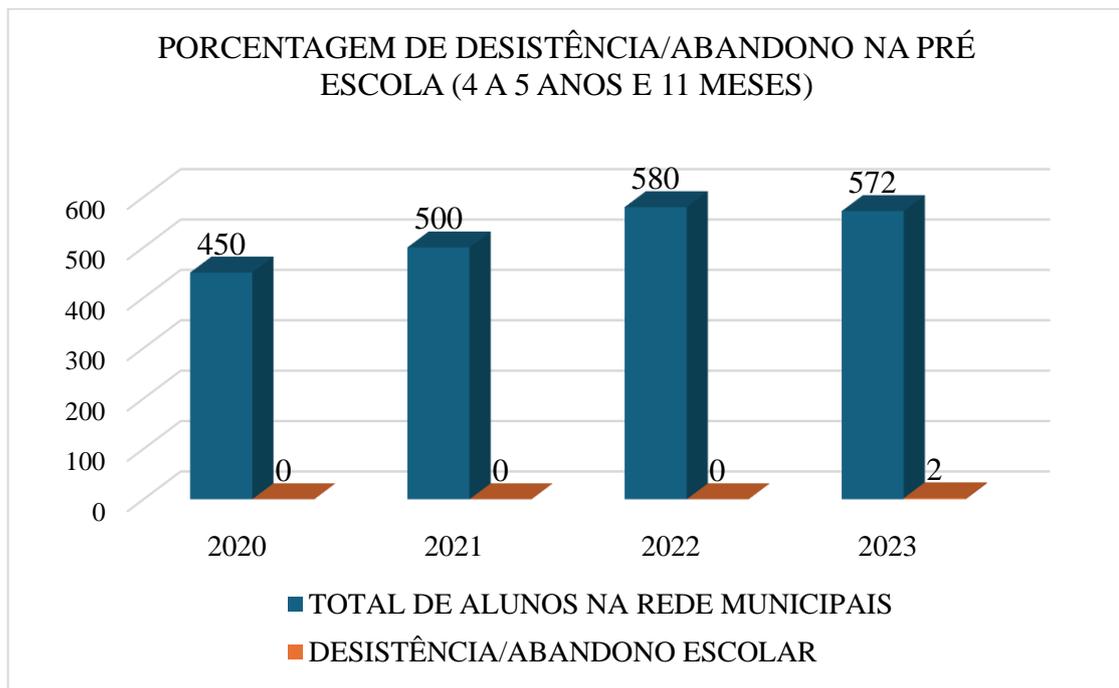
Secretaria Municipal de Educação



Secretaria Municipal de Educação

➤ **Desistência/abandono na Pré-Escola da Rede Municipal**

A Pré-Escola é uma etapa crucial da Educação Básica, essencial para o desenvolvimento integral da criança. Fatores como dificuldades socioeconômicas, falta de conscientização sobre a importância da Educação Infantil, podem contribuir para o abandono. É fundamental que o município mantenha políticas de apoio às famílias, fortalecendo a conscientização e facilitando o acesso à educação, e o que garante essa oferta é a criação de segundos endereços em localidades que não tem escolas que possam atender a essa faixa etária.



Secretaria Municipal de Educação

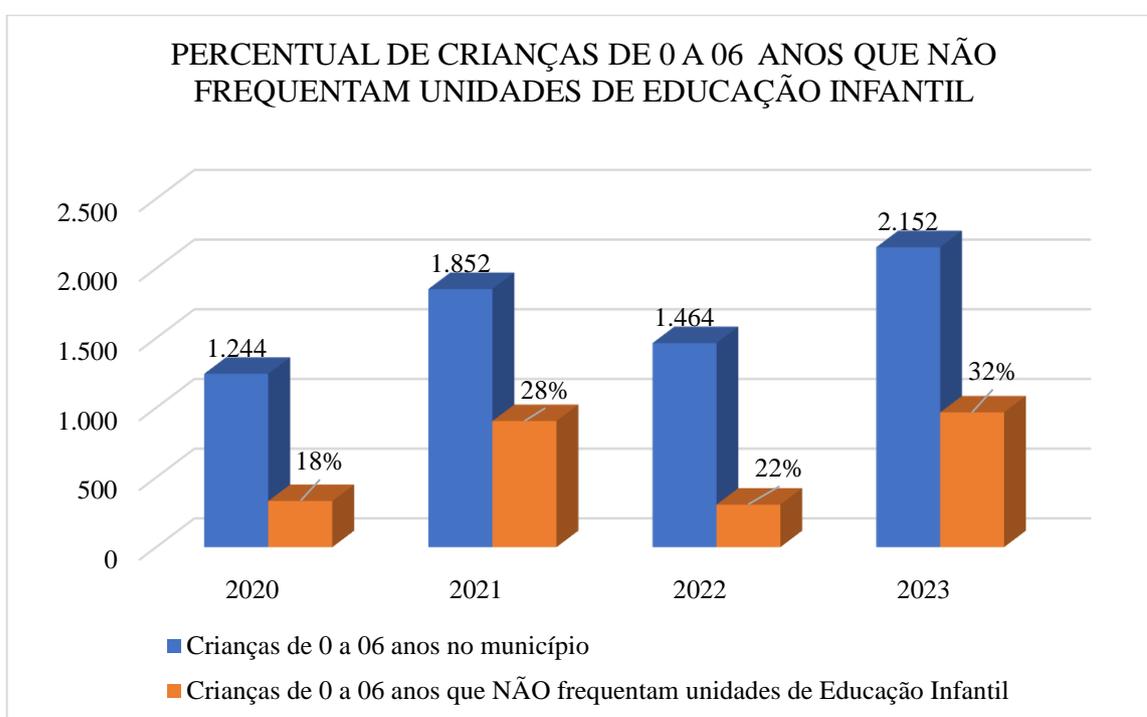
➤ **Percentual de crianças de 0 a 06 anos que não frequentam unidades de Educação Infantil em relação à população dessa faixa etária, nos anos considerados**

A análise de crianças de 0 a 6 anos que não frequentam unidades de Educação Infantil revela nuances importantes que afetam tanto a educação em creches quanto em Pré-Escolas. Mesmo com a existência de vagas, uma parcela significativa de crianças não está matriculada, impactada pela não obrigatoriedade das creches e, surpreendentemente, até mesmo na pré-escola, onde a matrícula é obrigatória.

A situação nas creches reflete decisões familiares e contextuais. Muitos pais podem optar por cuidados domiciliares devido a preocupações com a qualidade do atendimento, ou por questões culturais e de confiança no sistema de creche. Além disso, a falta de informação sobre a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças pode influenciar essa baixa adesão.

No contexto da Pré-Escola, que é obrigatória para crianças de 4 a 5 anos, ainda observamos crianças fora da escola. Isso pode ser atribuído a diversos fatores, como a falta de conscientização sobre a obrigatoriedade.

O município de Aimorés, portanto, enfrenta desafios significativos para garantir que todas as crianças na faixa etária de 0 a 6 anos estejam devidamente integradas ao sistema de Educação Infantil. Estratégias municipais com o Comitê Intersetorial da Busca Ativa Escolar é necessária para localizar estes alunos que ainda não se encontram matriculados e abordam a obrigatoriedade da educação precoce, melhorias na infraestrutura e acessibilidade das unidades escolares, e políticas que simplifiquem e incentivem o processo de matrícula, garantindo que nenhuma criança fique fora da escola por questões burocráticas ou de informação.



Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Saúde

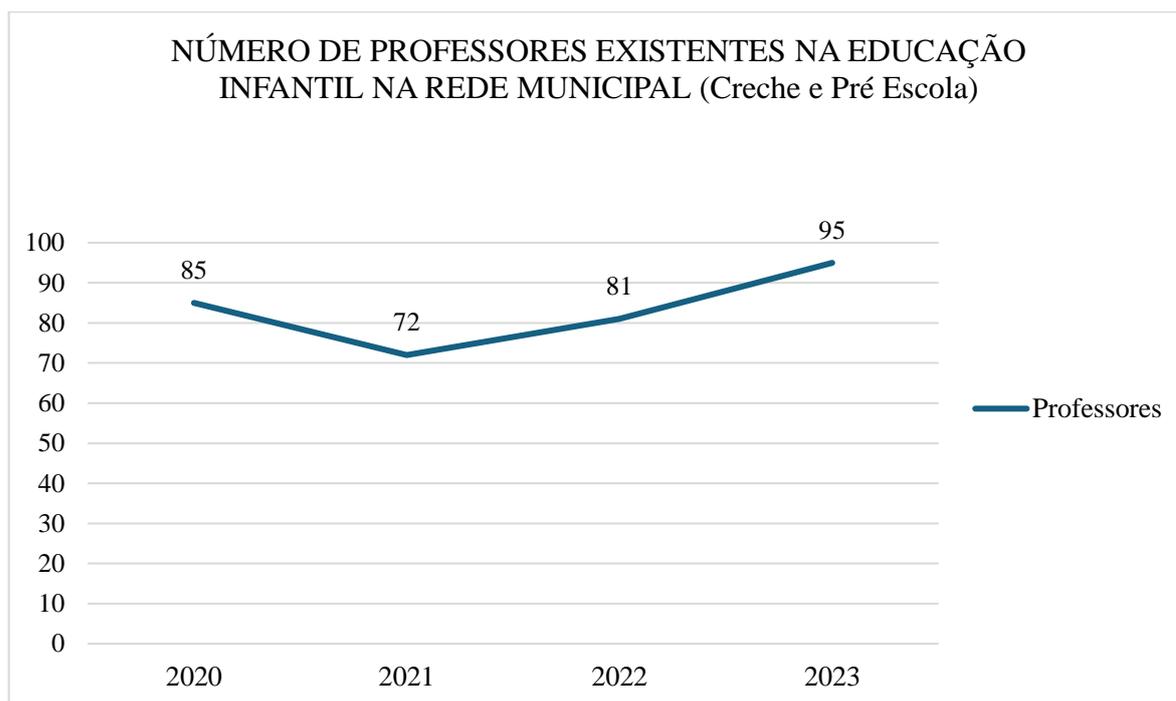
➤ **Número de Professores existentes na Educação Infantil na Rede Municipal (Creche e Pré Escola)**

O número de professores na Educação Infantil na rede municipal de Aimorés, abrangendo tanto creches quanto pré-escolas, mostra uma variação interessante ao longo de quatro anos¹⁹.

Esta trajetória sugere várias dinâmicas possíveis dentro do sistema educacional do município.

¹⁹ Veja essa variação no gráfico.

No entanto, a subsequente variação e aumento no número de professores são sinais encorajadores de investimento na Educação Infantil, possivelmente refletindo uma resposta às necessidades crescentes da população infantil ou um reforço nas políticas educacionais voltadas para a melhoria da qualidade e acessibilidade da educação nas primeiras fases da aprendizagem o que sublinha a importância de se adaptar às necessidades em evolução dentro da comunidade escolar e a resposta do município às demandas por uma Educação Infantil de qualidade.



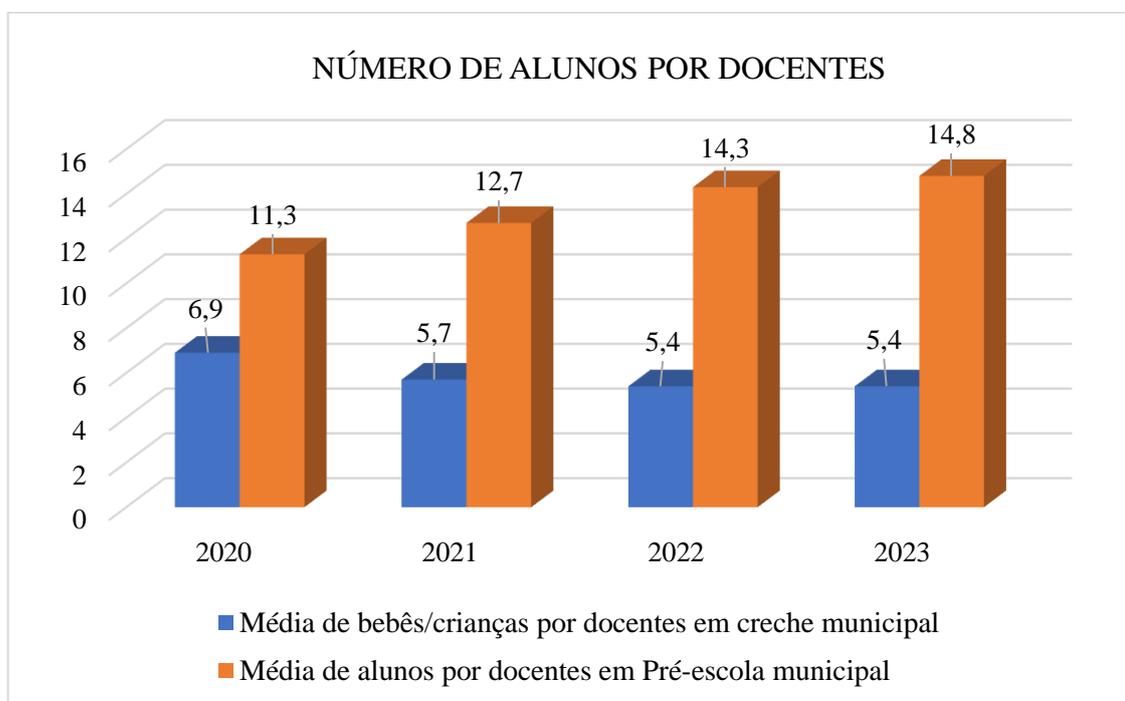
Secretaria Municipal de Educação

➤ **Média de alunos por docentes**

No município, a média de alunos por docente na Educação Infantil reflete aspectos cruciais da qualidade do ensino oferecido às crianças pequenas. Esta métrica é um indicador importante, pois uma proporção menor de alunos por professor geralmente está associada a uma maior qualidade de ensino, com cada criança recebendo mais atenção individualizada e suporte pedagógico adequado às suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento.

Avaliar a média de alunos por docente ajuda a compreender como o município está posicionado em termos de recursos humanos na Educação Infantil. Uma média baixa pode indicar um investimento significativo na educação das crianças, com a contratação de mais professores ou a criação de turmas menores que permitem um ensino mais focado e interativo.

Monitorar a média de alunos por docente é fundamental para assegurar que o município mantenha um padrão de ensino elevado na Educação Infantil, promovendo um ambiente de aprendizado enriquecedor e acessível para todas as crianças.



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

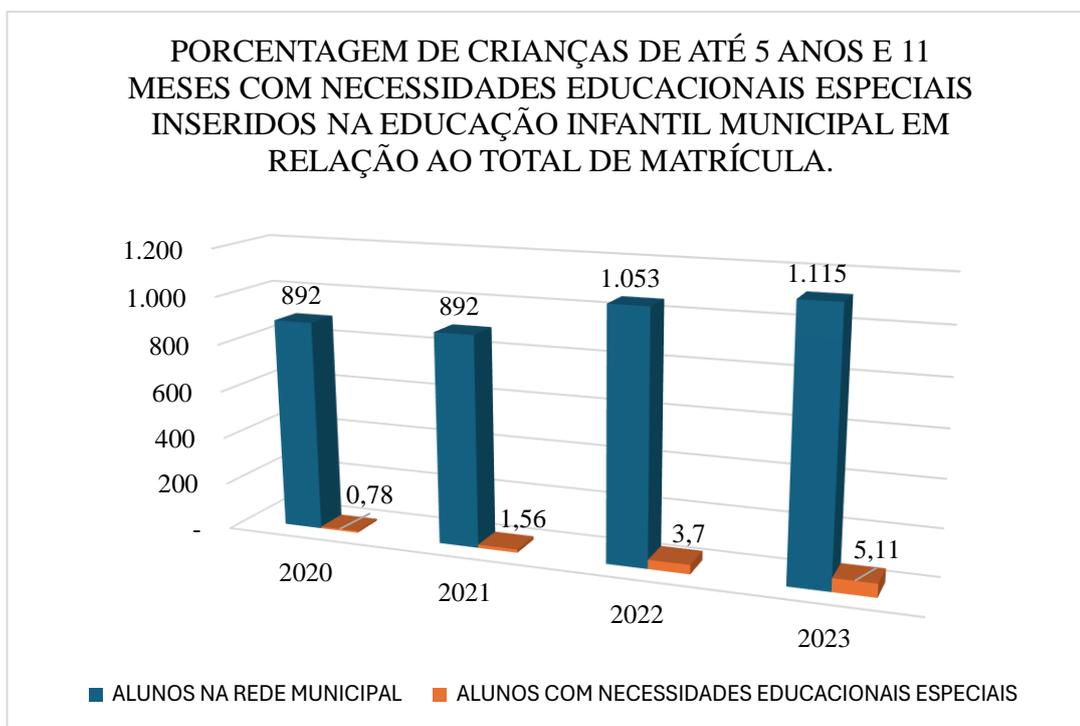
➤ **Porcentagem de Crianças de até 5 anos e 11 meses com Necessidades Educacionais Especiais inseridos na Educação Infantil da Rede Municipal em relação ao total de matrícula**

No município de Aimorés, a porcentagem de crianças de até 5 anos e 11 meses com deficiência que estão inseridas na Educação Infantil representa um aspecto crucial do compromisso com a Educação Inclusiva. Importante destacar que essas crianças possuem laudos médicos que confirmam suas deficiências, o que as qualifica para receber atendimentos e recursos educacionais específicos.

A presença dessas crianças na Educação Infantil municipal, em relação ao total de matrículas, é um indicador valioso de quão inclusivo é o sistema educacional de Aimorés.

Essa integração de crianças com deficiências confirmadas por laudos em ambientes educacionais regulares é essencial para promover um ambiente de aprendizado diversificado, onde a inclusão se torna uma prática diária, não apenas um ideal. Isso beneficia não apenas as crianças com deficiências, mas todos os alunos, pois cria uma cultura de empatia, respeito e cooperação.

Portanto, o monitoramento contínuo dessa porcentagem é crucial para avaliar o progresso de Aimorés na inclusão educacional e para identificar áreas que requerem atenção e melhorias. Isso ajudará a assegurar que todos os alunos, especialmente aqueles com deficiências, recebam a educação de qualidade que merecem, preparando-os para um futuro promissor.



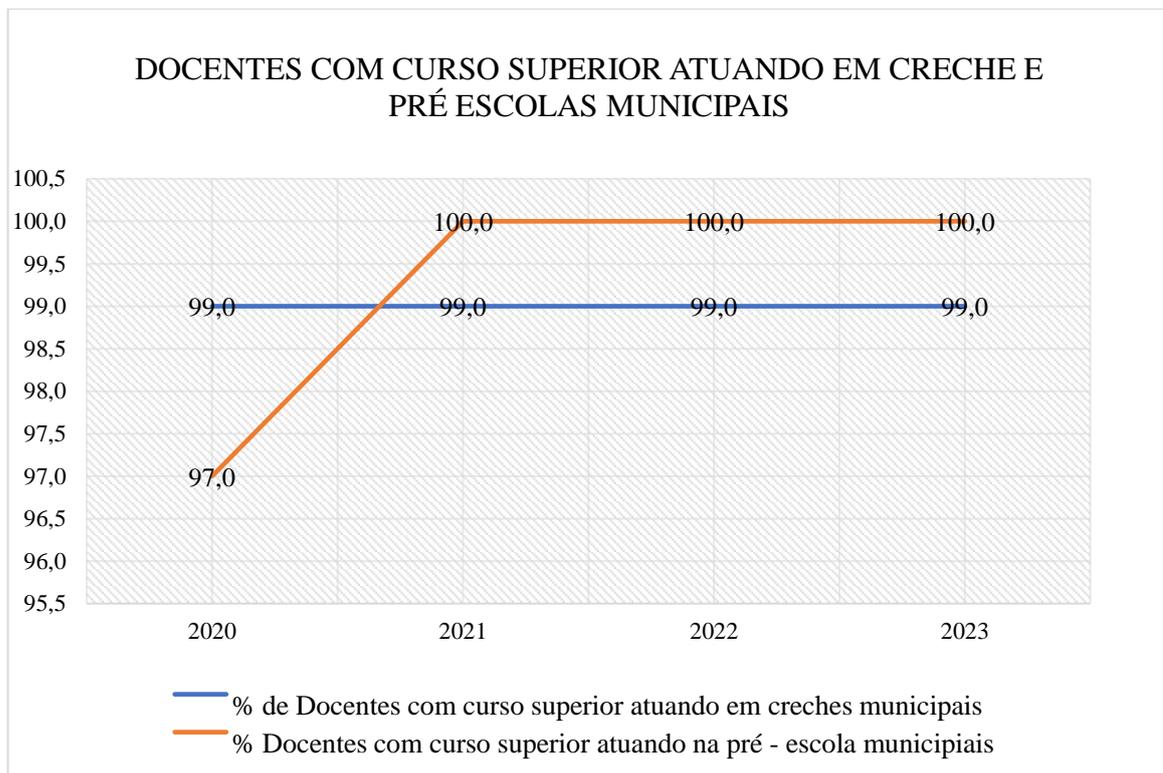
Secretaria Municipal de Educação

➤ **Porcentagem de Docentes com Curso Superior atuando em turmas de Creche e Pré-Escola no Município**

Atualmente, o município enfrenta um cenário particular quanto ao perfil dos docentes atuando em turmas de Creche e Pré-escola. De acordo com a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, além de outras legislações relacionadas à educação, foram estabelecidos novos requisitos para os profissionais da educação, incluindo a exigência de formação superior para o exercício da função.

O município concedeu um prazo para adequação às novas diretrizes estabelecidas por essa legislação, o qual está em vigor até o ano de 2025, conforme consta no Plano Municipal de Educação. No entanto, é importante ressaltar que, atualmente, todos os novos concursos realizados pela prefeitura para o cargo de docente exigem que o profissional possua curso superior.

Ainda existem docentes que foram admitidos em concursos anteriores à implementação da Lei nº 13.415/2017 e, portanto, não possuem formação superior. Estes profissionais continuam atuando nas turmas de Creche e Pré-escola, mas a tendência é que, com a conclusão do prazo de adequação, todos os docentes no município estejam alinhados com as novas exigências legais.



➤ **Porcentagem de Unidades de Educação Infantil de atendimento Integral para Bebês/Crianças de 0 A 3 anos e 11 meses - Creche e Pré-Escola/Crianças de 4 a 5 anos e 11 meses**

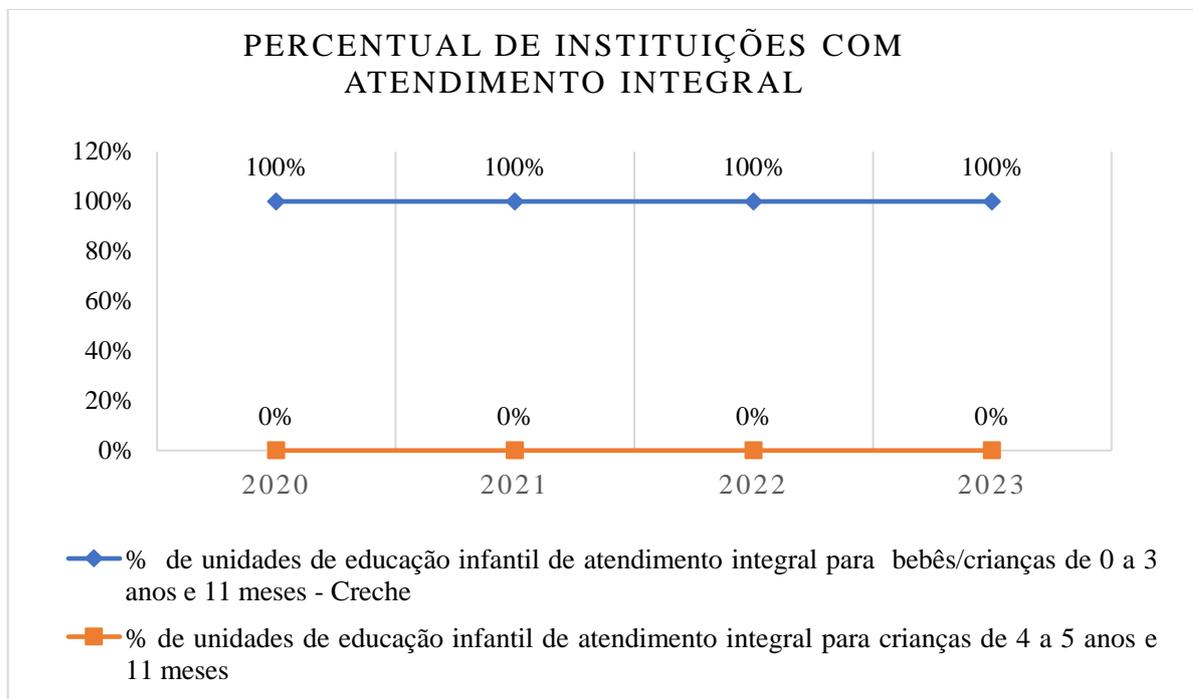
O atendimento integral é fundamental para o desenvolvimento saudável e equilibrado. Para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, a Creche desempenha um papel crucial ao proporcionar cuidados que vão além do simples acolhimento, oferecendo estímulos adequados ao desenvolvimento motor, cognitivo e emocional. Esse atendimento integral inclui a garantia de um ambiente seguro e estimulante, com práticas que favorecem o crescimento e a aprendizagem desde os primeiros anos de vida.

Para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses, a Pré-Escola em Tempo Integral é essencial para preparar a criança para o sucesso futuro na educação. O atendimento integral nesse estágio é importante

porque proporciona um ambiente educacional contínuo e enriquecedor, permitindo que as crianças desenvolvam habilidades sociais, cognitivas e acadêmicas de forma mais aprofundada e estruturada.

Em 2024, o município avançou significativamente ao oferecer Pré-Escola em Tempo Integral em algumas instituições. Essa iniciativa não só reforça o compromisso com a qualidade da Educação Infantil, mas também garante que as crianças tenham acesso a um ambiente educativo que promove seu pleno desenvolvimento e preparação para os desafios futuros.

O foco na oferta integral de serviços para todas as faixas etárias assegura que cada criança receba o suporte necessário para um crescimento harmonioso e bem-sucedido.



Secretaria Municipal de Educação

➤ **Porcentagem de Unidades de Educação Infantil com oferta diária de merenda**

A alimentação adequada influencia diretamente na energia e na concentração das crianças, o que impacta positivamente no seu desempenho acadêmico e nas atividades diárias.

Além de fornecer os nutrientes necessários para o crescimento físico e cognitivo, a merenda também ajuda a promover hábitos alimentares saudáveis e a prevenção de deficiências nutricionais. No contexto escolar, a merenda serve como um momento importante para o desenvolvimento de habilidades sociais e hábitos de vida saudável, além de proporcionar uma rotina estruturada que é benéfica para as crianças.

Em nosso município, a oferta diária de merenda nas unidades de Educação Infantil demonstra um forte compromisso com a saúde e o bem-estar das crianças, garantindo que cada uma tenha

acesso a uma alimentação adequada e balanceada durante o período escolar. Esse esforço é fundamental para apoiar o desenvolvimento integral dos pequenos e para assegurar que tenham as melhores condições para aprender e crescer de maneira saudável.



Secretaria Municipal de Educação

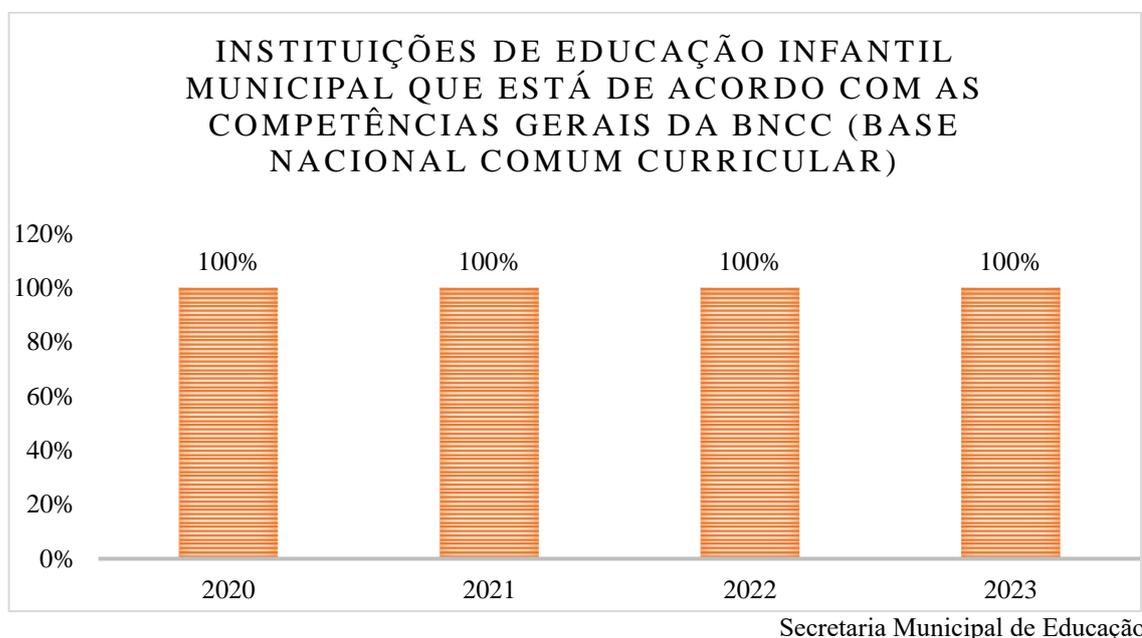
➤ **Porcentagens de Instituições que atendem a Educação Infantil Municipal está de acordo com as Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**

No município de Aimorés, a Educação Infantil é uma prioridade estratégica, refletindo um compromisso profundo com o desenvolvimento integral das crianças desde os primeiros anos de vida. As instituições de Educação Infantil estão alinhadas com as competências gerais estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta a formação e o currículo das crianças na Educação Básica.

A BNCC define competências gerais que visam garantir que as crianças desenvolvam habilidades essenciais para o seu crescimento pessoal e social. Estas competências incluem o desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais e motoras, a capacidade de resolver problemas, e a promoção de valores como o respeito à diversidade e a cidadania. As instituições de Educação Infantil em Aimorés trabalham com base nessas diretrizes para criar um ambiente de aprendizagem que suporte e estimule essas competências desde a Creche até a Pré-Escola.

Em suma, estamos comprometidos em assegurar que as instituições de Educação Infantil não apenas atendam às normas e competências estabelecidas pela BNCC, mas também

proporcionem um ambiente educativo que contribua significativamente para o desenvolvimento pleno das crianças, preparando-as para os desafios futuros e para uma vida de aprendizagem contínua.



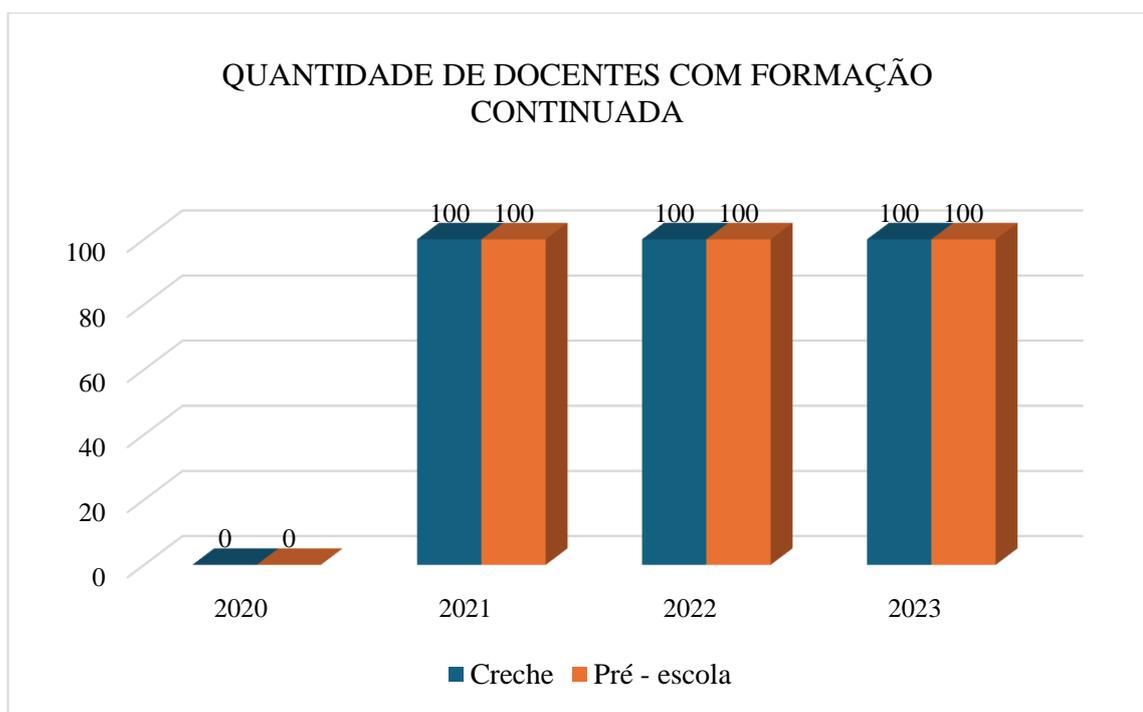
➤ **Docentes com Formação Continuada**

A formação continuada permite que os docentes atualizem seus conhecimentos, aperfeiçoem suas práticas pedagógicas e integrem novas metodologias e tecnologias educacionais. Isso é essencial para que os professores possam atender às demandas emergentes do cenário educacional e adaptar suas abordagens para melhor atender às necessidades dos alunos.

Em Aimorés, a formação continuada é parte integrante da estratégia do município para assegurar que todos os educadores estejam preparados para enfrentar os desafios da educação moderna e para oferecer uma educação de alta qualidade. O município investe em programas de capacitação e desenvolvimento profissional que estão alinhados com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as necessidades específicas da comunidade escolar.

Ressaltamos que em 2020, Aimorés foi amplamente impactada pela pandemia de COVID-19, que trouxe desafios sem precedentes para a educação e dificultou a realização de formações presenciais, assim não temos dados comprovando as referidas informações. As restrições impostas pela pandemia afetaram a capacidade de muitos educadores de acessar treinamentos e cursos que haviam sido planejados.

Mas é através da formação continuada, que Aimorés reforça seu compromisso com a excelência educacional, promovendo uma educação que é não apenas atualizada e relevante, mas também adaptada às melhores práticas e inovações pedagógicas. Dessa forma, os docentes são capacitados para proporcionar uma aprendizagem significativa e transformar a vida das crianças, preparando-as para um futuro brilhante e promissor.



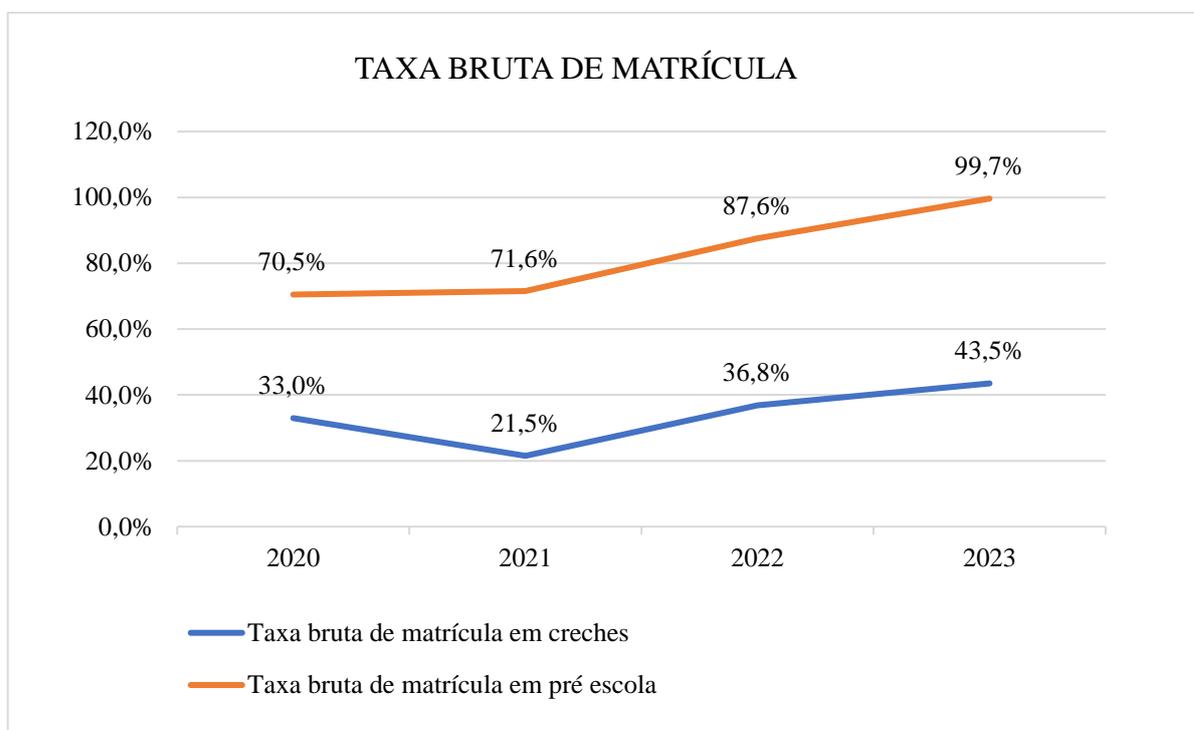
Secretaria Municipal de Educação

➤ Taxa bruta de matrícula em Creches e Pré-Escola

A taxa bruta de matrícula é um indicador essencial para avaliar o acesso à Educação Infantil em um município. Ela reflete a proporção de crianças matriculadas em Creches e Pré-Escolas em relação ao total de crianças na faixa etária correspondente. Esse indicador oferece uma visão geral da cobertura educacional e da inclusão das crianças nas etapas iniciais da educação formal. No município de Aimorés, a taxa bruta de matrícula em Creches e Pré-escolas é monitorada para assegurar que um número crescente de crianças tenham acesso à Educação Infantil. Este índice é calculado considerando o total de matrículas registradas em Creches e Pré-escolas, comparado com a população total de crianças em idade para essas instituições.

A administração municipal está comprometida em melhorar essa taxa através de várias estratégias, como a ampliação da oferta de vagas, a construção e a ampliação de unidades de educação infantil e a promoção de campanhas para incentivar a matrícula. A meta é garantir que todas as crianças, desde os primeiros anos de vida tenham acesso a um ambiente educativo de qualidade, fundamental para seu desenvolvimento cognitivo e social.

A análise da taxa bruta de matrícula ajuda a identificar lacunas na cobertura educacional e a planejar ações para alcançar a universalização da Educação Infantil, promovendo igualdade de oportunidades para todas as crianças do município.



Secretaria Municipal de Educação

7.3 Assistência Social

A assistência social é essencial para apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade e garantir que todas as crianças tenham acesso aos recursos necessários para um desenvolvimento saudável. A Secretaria de Assistência Social de Aimorés está comprometida em oferecer suporte contínuo às famílias, através de programas de assistência e acompanhamento social. O diagnóstico na área de assistência social buscou identificar as condições de vida das famílias com crianças pequenas, avaliar a cobertura dos programas de assistência e identificar as principais necessidades e desafios enfrentados por essas famílias.

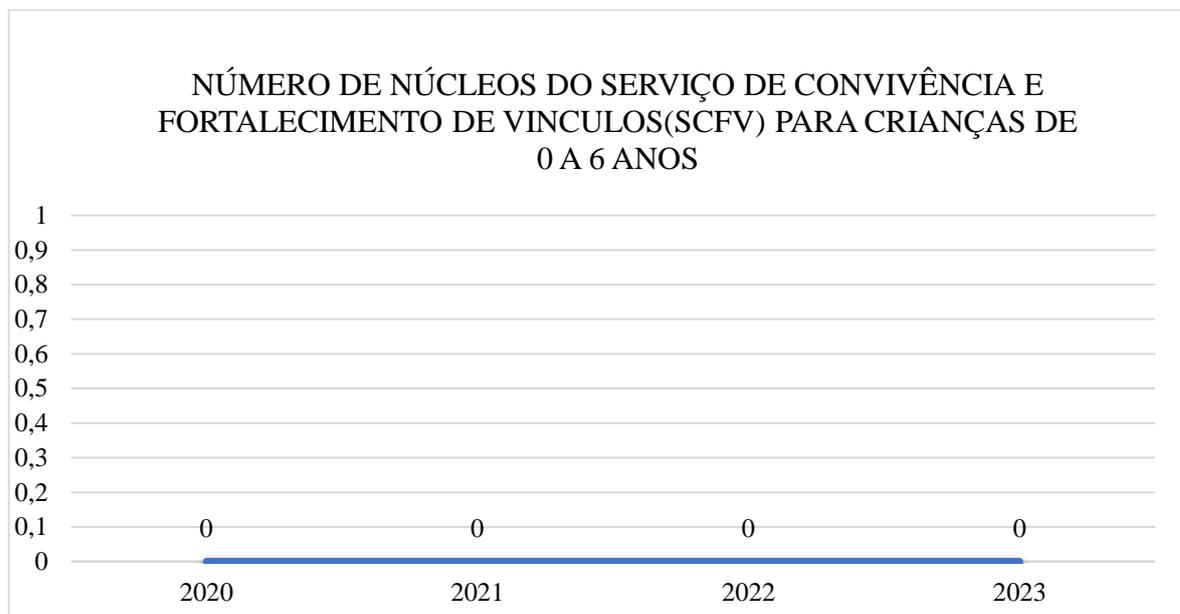
7.3.1 Proteção Social Básica

➤ Número de núcleos do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para crianças de 0 a 6 anos

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é uma iniciativa fundamental para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, promovendo atividades que

fortalecem os vínculos familiares e comunitários, e oferecendo suporte para o crescimento saudável e a inclusão social.

A administração municipal está dedicada a expandir a rede de núcleos do SCFV, para garantir este atendimento a crianças nesta faixa etária. O objetivo é proporcionar a todas as crianças de 0 a 6 anos oportunidades de desenvolvimento e inclusão, complementando os cuidados oferecidos pelas famílias e contribuindo para o fortalecimento dos vínculos sociais e familiares.



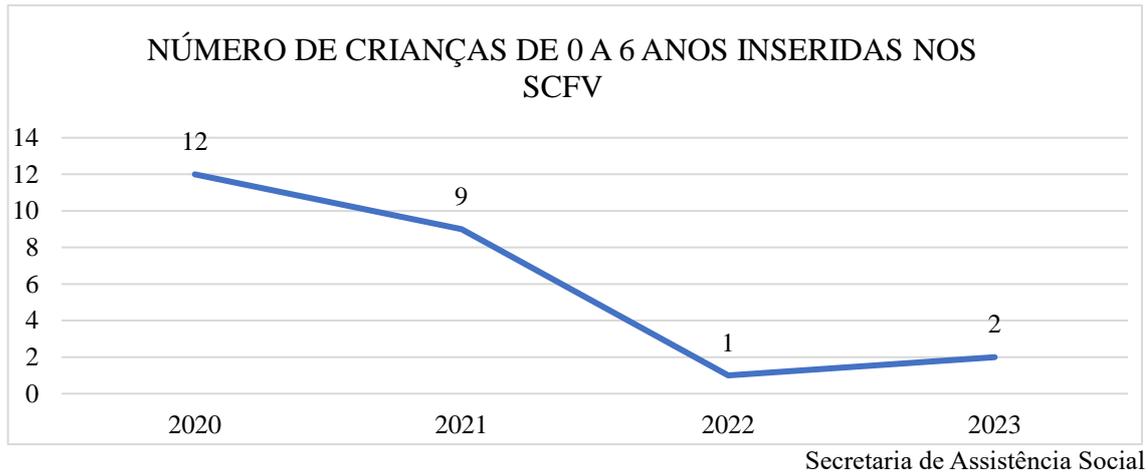
Secretaria de Assistência Social

➤ **Número de crianças de 0 a 6 anos inseridas nos SCFV**

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) desempenham um papel crucial no desenvolvimento e na inclusão social de crianças, oferecendo um ambiente seguro e enriquecedor para atividades educativas e sociais. Esses serviços são especialmente importantes para crianças de 0 a 6 anos, uma fase fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

A administração municipal está comprometida em expandir o alcance dos SCFV para garantir que todas as crianças dessa faixa etária tenham acesso às oportunidades e ao suporte oferecidos pelos núcleos do serviço. A inclusão das crianças nos SCFV ajuda a complementar o cuidado recebido em casa e contribui para a criação de um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

O monitorar do número de crianças inseridas nos SCFV permitirá avaliar o impacto desses serviços e identificar áreas onde mais suporte é necessário, orientando a alocação de recursos e o planejamento de futuras iniciativas para atender melhor às necessidades das crianças e suas famílias no município.



➤ **Número de grupos de gestantes acompanhadas pelo serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF)**

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é uma iniciativa essencial para apoiar e fortalecer as famílias, oferecendo uma gama de serviços e atividades que visam promover o bem-estar e a proteção social. Entre suas atividades, o PAIF realiza o acompanhamento de grupos de gestantes, proporcionando suporte, orientação e cuidados essenciais durante a gravidez.

A administração municipal está comprometida em aprimorar o acompanhamento das gestantes pelo PAIF, garantindo que todas as futuras mães tenham acesso ao suporte necessário para uma gestação saudável e segura. O acompanhamento por meio de grupos permite a realização de atividades educativas, a orientação sobre cuidados com a saúde e o bem-estar, e a criação de uma rede de apoio entre as gestantes.

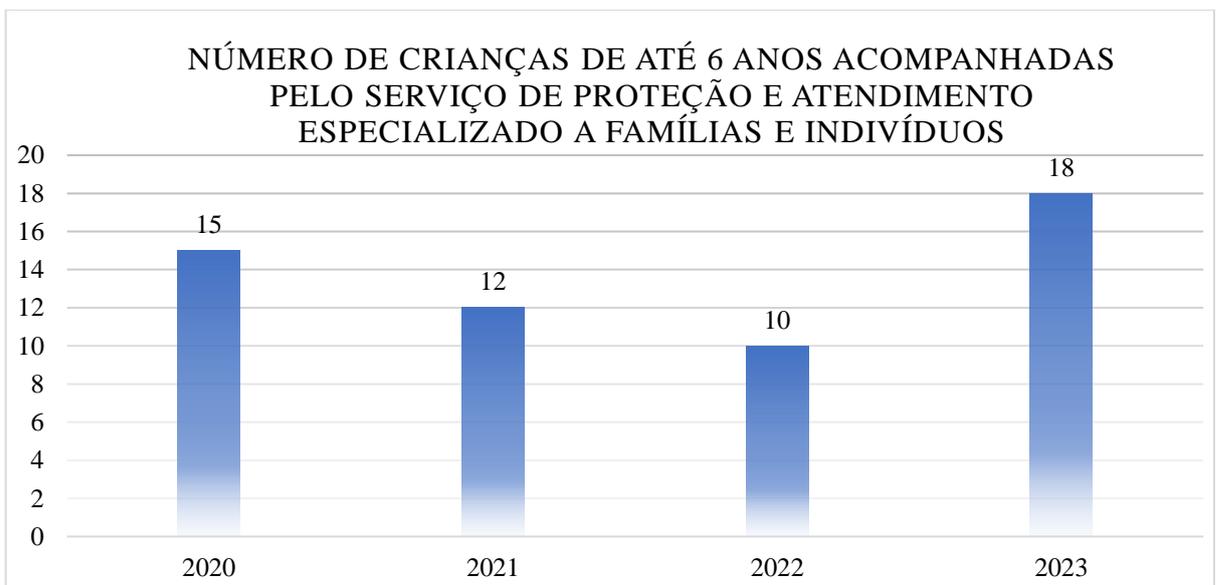


➤ **Número de Crianças de Até 6 Anos Acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)**

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é uma iniciativa fundamental para fornecer suporte e atendimento especializado a crianças e suas famílias que enfrentam situações de vulnerabilidade e risco social. Entre suas funções, o PAEFI realiza o acompanhamento de crianças de até 6 anos, oferecendo uma gama de serviços que visam promover a proteção, o desenvolvimento saudável e a inclusão social.

No município de Aimorés, o número de crianças de até 6 anos acompanhadas pelo PAEFI é um indicador crucial da eficácia e da cobertura dos serviços especializados oferecidos, portanto, a administração municipal está comprometida em expandir e melhorar o acompanhamento das crianças pelo PAEFI, assegurando que todas as crianças em situação de vulnerabilidade recebam o atendimento adequado. O suporte oferecido pelo PAEFI inclui orientação sobre cuidados essenciais, acesso a serviços de saúde e educação, e apoio para a superação de dificuldades.

Monitorar o número de crianças de até 6 anos acompanhadas pelo PAEFI é fundamental para avaliar a eficácia dos serviços, identificar áreas de necessidade e garantir que as políticas e programas estejam atendendo adequadamente às necessidades das crianças e suas famílias no município.



Secretaria de Assistência Social

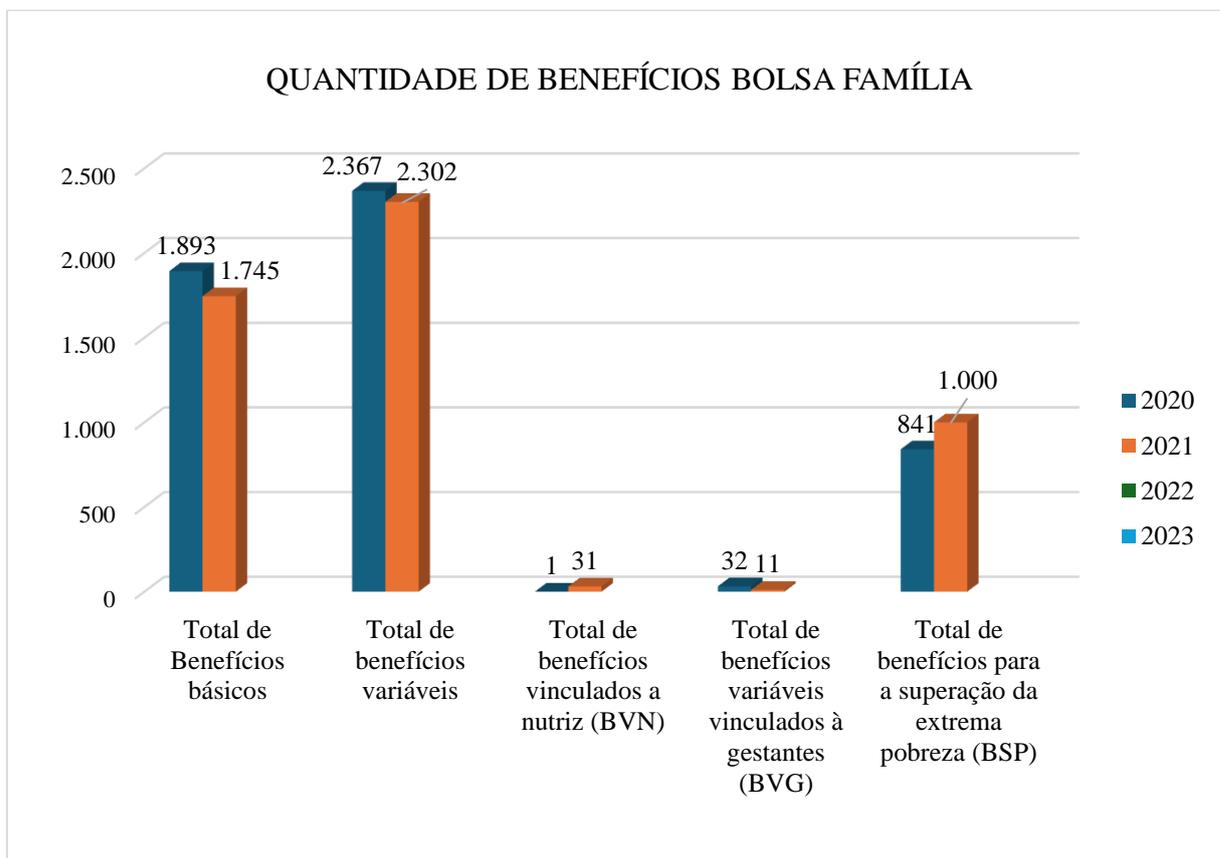
➤ **Quantidade de benefícios Bolsa Família**

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda destinado a famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de garantir condições mínimas de

alimentação, educação e saúde. A quantidade de benefícios do Bolsa Família no município é um indicador importante da cobertura e do impacto do programa na vida das famílias beneficiárias.

No município de Aimorés, a quantidade de benefícios concedidos pelo Bolsa Família reflete o número de famílias que recebem suporte financeiro mensal para auxiliar na cobertura de suas necessidades básicas. Esse número é crucial para avaliar a eficácia do programa e a extensão do suporte oferecido às famílias em situação de vulnerabilidade.

Ao monitorar a quantidade de benefícios do Bolsa Família permite avaliar a adequação do programa às necessidades da população e identificar oportunidades para aprimorar o suporte oferecido, contribuindo para a melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias.



Secretaria de Assistência Social
Dados do Auxílio Brasil (Famílias)

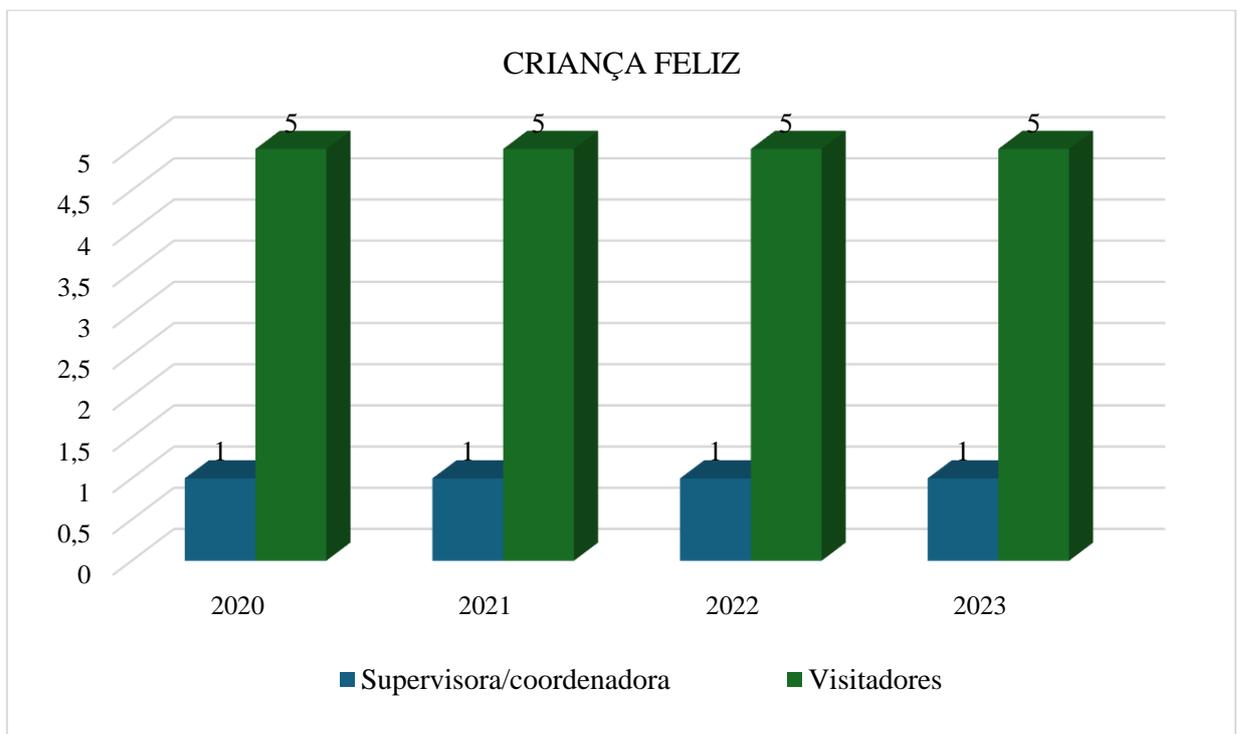
➤ O município possui programas de visitas domiciliares

O programa Criança Feliz é uma iniciativa do governo federal voltada para o acompanhamento e o apoio a famílias com crianças de até 6 anos em situação de vulnerabilidade social. O programa oferece visitas domiciliares realizadas por profissionais capacitados, que têm o

objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças, fortalecer os vínculos familiares e oferecer orientação sobre cuidados essenciais para a primeira infância.

Em nosso município, o programa Criança Feliz está em operação e desempenha um papel fundamental no apoio às famílias e no acompanhamento do desenvolvimento das crianças. As visitas domiciliares proporcionam uma abordagem personalizada, permitindo que os profissionais ofereçam suporte diretamente no ambiente familiar, abordando questões relacionadas ao desenvolvimento infantil, à saúde, à educação e ao bem-estar.

O programa é uma ferramenta essencial para promover um desenvolvimento saudável e equilibrado na primeira infância, contribuindo para a criação de um ambiente familiar mais fortalecido e capaz de atender às necessidades das crianças de maneira eficaz.



Secretaria de Assistência Social

➤ **Proporção indivíduos visitados pelo Programa Crianças Feliz em relação à meta pactuada**

O Programa Criança Feliz é uma iniciativa fundamental para o apoio e acompanhamento de famílias com crianças na primeira infância, oferecendo visitas domiciliares para promover o desenvolvimento integral das crianças e fortalecer os vínculos familiares. A eficácia do programa é medida não apenas pelo número absoluto de visitas realizadas, mas também pela sua adesão às metas estabelecidas.



Secretaria de Assistência Social

➤ **Número de gestantes acompanhadas pelo serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos**

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é uma iniciativa essencial para oferecer suporte e atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Entre suas funções, o PAEFI realiza o acompanhamento de gestantes, proporcionando um suporte crucial durante a gravidez.

No município de Aimorés, não temos gestantes acompanhadas pelo PAEFI, mas sabemos da necessidade da oferta deste serviço, pois ele oferece uma gama de atividades e recursos, incluindo acompanhamento pré-natal, orientação sobre cuidados com a saúde, e apoio para a preparação para o parto e a maternidade.



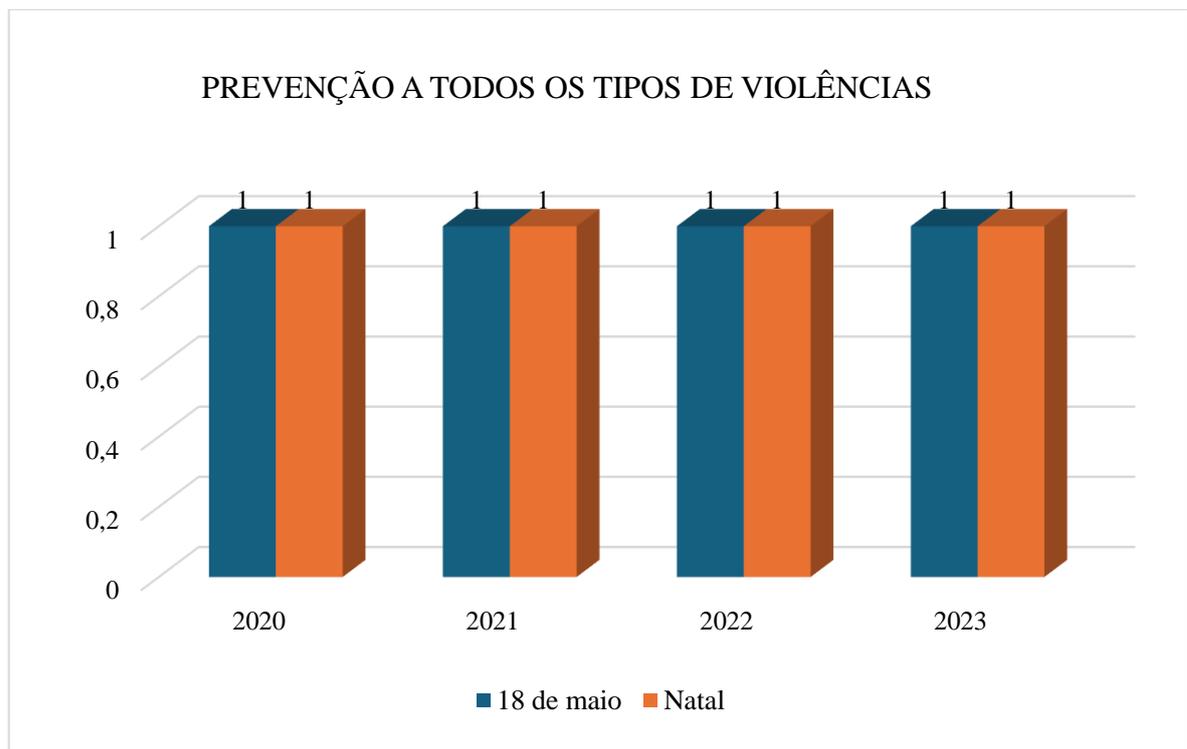
Secretaria de Assistência Social

➤ **Número de ações de prevenção a todos os tipos de violências relacionadas à primeira infância**

A prevenção de todas as formas de violência contra crianças na primeira infância é crucial para garantir um desenvolvimento saudável e seguro. As ações de prevenção visam proteger as crianças de abusos, negligência, violência doméstica e outras situações que possam comprometer seu bem-estar físico e emocional.

No município, as ações de prevenção voltadas para a primeira infância refletem o compromisso com a proteção infantil e a promoção de ambientes seguros e acolhedores para as crianças. Essas ações incluem campanhas de conscientização (18 de maio, com ações nas escolas e passeata), programas de educação e treinamento para pais e cuidadores, e iniciativas de apoio e monitoramento nas comunidades e instituições de Educação Infantil.

Monitorar o número de ações de prevenção permite avaliar a eficácia das iniciativas implementadas, identificar áreas de necessidade e ajustar as estratégias para garantir que todas as crianças recebam o suporte necessário para um desenvolvimento livre de violência.



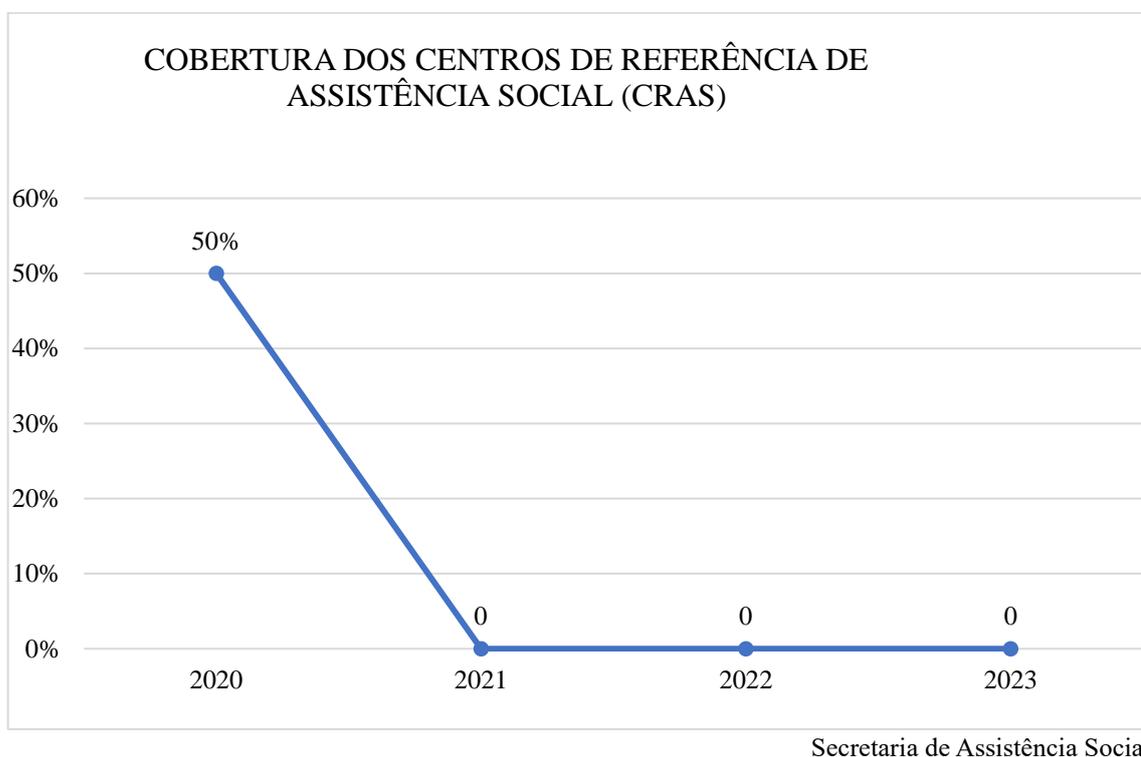
Secretaria de Assistência Social

➤ **Cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)**

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) desempenham um papel crucial na oferta de serviços e suporte para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Estes centros são responsáveis por promover o acesso a políticas públicas e serviços de assistência social, além de realizar ações de prevenção e acompanhamento das condições de vida das famílias.

O monitoramento da cobertura dos CRAS permite avaliar a adequação dos serviços prestados, identificar lacunas na cobertura e implementar estratégias para otimizar a rede de apoio social. A meta é garantir que todos os cidadãos em situação de vulnerabilidade tenham acesso a recursos e serviços que promovam o bem-estar e a inclusão social.



➤ **Crianças inscritas no Cadastro Único na faixa etária de 0 a 6 anos**

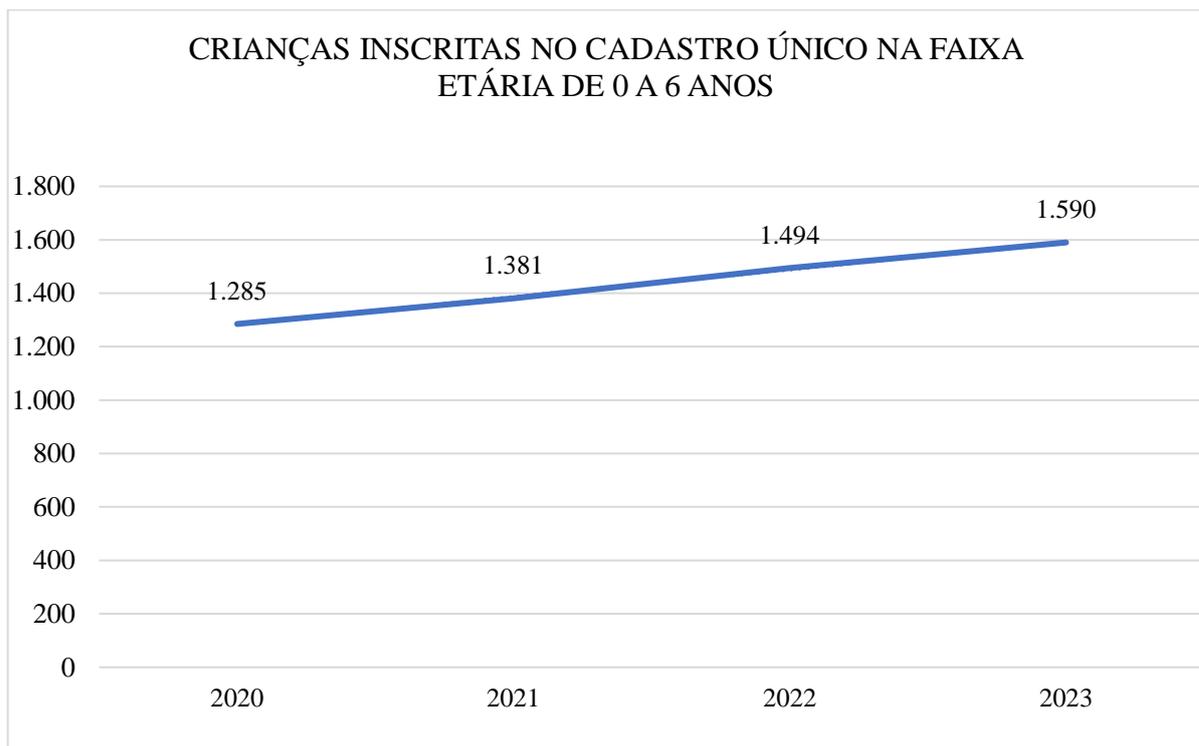
Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é uma ferramenta essencial para identificar e monitorar as famílias em situação de vulnerabilidade social. Ele possibilita o acesso a diversos programas sociais, incluindo benefícios diretos e serviços de apoio.

No município de Aimorés, o número de crianças inscritas no Cadastro Único na faixa etária de 0 a 6 anos é um indicador importante para entender o alcance e a inclusão das crianças que estão em situações de maior vulnerabilidade. Esse grupo etário é especialmente crítico para a implementação de políticas e programas voltados para a primeira infância, como o Bolsa Família e o Programa Criança Feliz.

A administração municipal utiliza esses dados para planejar e ajustar as estratégias de atendimento e apoio social, garantindo que as crianças pequenas e suas famílias recebam os

recursos e serviços necessários para promover um desenvolvimento saudável e equilibrado. A análise desse número ajuda a identificar áreas que necessitam de mais suporte e a otimizar a execução das políticas públicas voltadas para a infância.

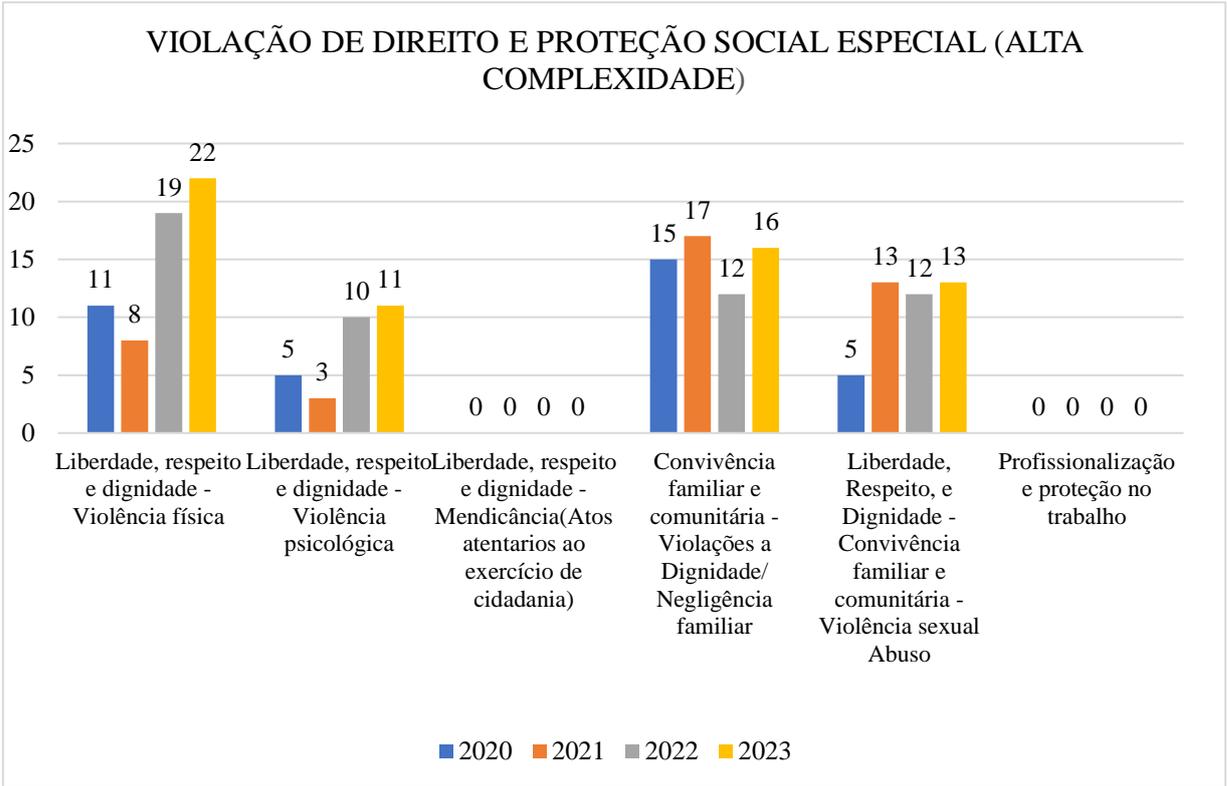
A inclusão das crianças no Cadastro Único é fundamental para assegurar que todas as famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso aos benefícios e serviços oferecidos, promovendo a equidade e a inclusão social no município.



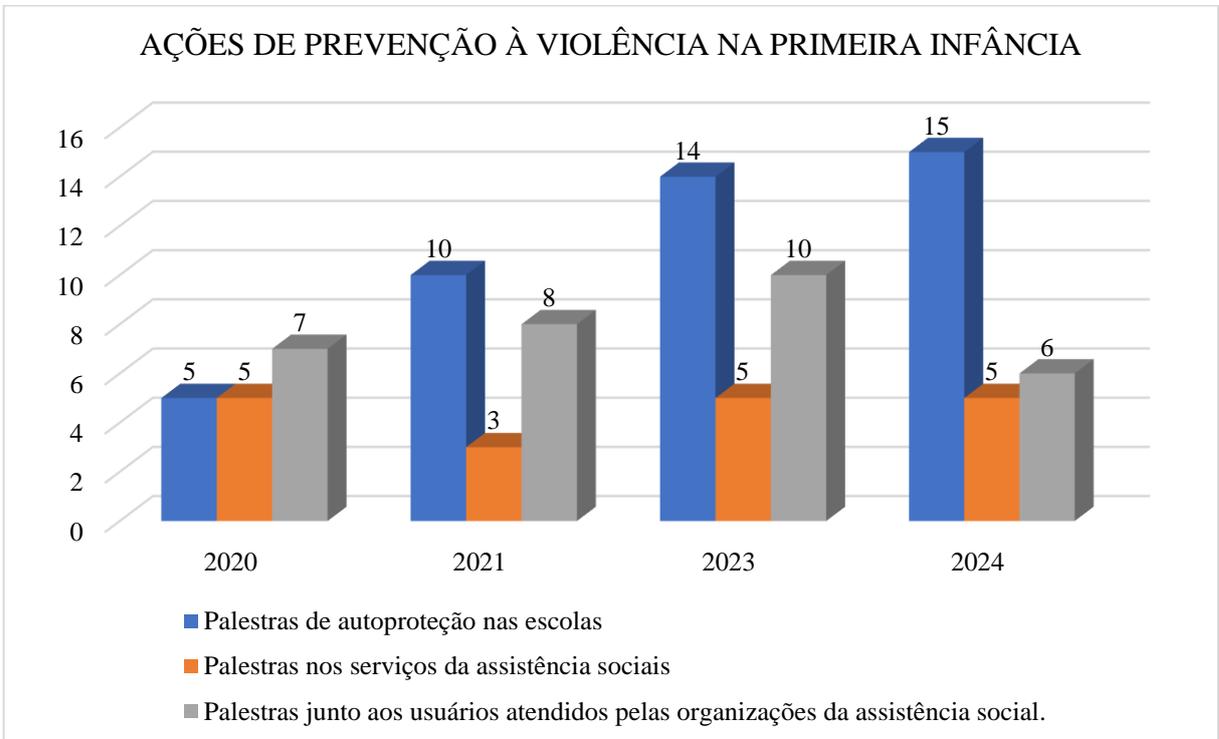
Secretaria de Assistência Social

7.3.2 Violação de Direito e Proteção Social Especial (Alta Complexidade) Faixa Etária de 0 a 6 Anos

A violação de direitos se refere à ocorrência de situações em que os direitos fundamentais das pessoas, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade, são desrespeitados. A Proteção Social Especial de Alta Complexidade é voltada para atender essas pessoas que tiveram seus direitos violados de forma grave e necessitam de acolhimento, como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência ou em situação de rua. Em Aimorés, a rede de proteção busca garantir que esses indivíduos recebam atendimento integral e especializado, visando a restauração de seus direitos e a promoção de condições dignas de vida, por meio de serviços como abrigos e casas de acolhimento.



Secretaria de Assistência Social



Secretaria de Assistência Social

7.4 Lazer, Espaço, Cultura e Meio Ambiente

O ambiente em que as crianças vivem e brincam é crucial para o seu desenvolvimento. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de

Aimorés é responsável por garantir que os espaços públicos sejam seguros, acessíveis e estimulantes para as crianças. O diagnóstico nesta área mapeou os espaços de lazer disponíveis, avaliou a qualidade e a segurança desses espaços, e identificou as necessidades de melhorias e expansão. Este diagnóstico permitirá a criação de ambientes urbanos que promovam a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento social das crianças.

7.4.1 Criança, Cidade e Meio Ambiente

➤ **Semana do bebê**

A Semana do Bebê é uma iniciativa que visa promover a importância dos cuidados e do desenvolvimento saudável das crianças na primeira infância, além de fortalecer a rede de apoio para as famílias. Esse evento é uma oportunidade para envolver a comunidade, oferecer informações e serviços relacionados à saúde e ao bem-estar das crianças, e promover práticas que garantam um ambiente saudável e seguro para o crescimento dos bebês.

No município de Aimorés, a Semana do Bebê ainda não foi realizada. Implementar um evento como este pode trazer diversos benefícios para a cidade e para a população infantil, tais como:

- **Promoção da Saúde Infantil:** A Semana do Bebê pode oferecer uma plataforma para disseminar informações sobre cuidados com a saúde do bebê, incluindo nutrição, vacinação e desenvolvimento infantil.
- **Fortalecimento da Rede de Apoio:** Facilita a integração de serviços de saúde, assistência social e educação, promovendo uma abordagem coordenada para o cuidado das crianças e suas famílias.
- **Conscientização e Engajamento Comunitário:** Envolvimento da comunidade em atividades educativas e eventos que destacam a importância da primeira infância e a necessidade de um ambiente saudável para o desenvolvimento das crianças.

Além dos benefícios diretos para a saúde e o bem-estar das crianças, a Semana do Bebê também pode abordar questões ambientais relevantes, promovendo práticas que garantam um ambiente limpo e seguro para os bebês, como:

- **Educação Ambiental:** Conscientização sobre a importância de ambientes livres de poluição e de cuidados com a saúde ambiental, o que inclui práticas de saneamento e proteção contra contaminantes.
- **Sustentabilidade e Saúde:** Promoção de práticas sustentáveis que contribuam para um ambiente mais saudável, incluindo o uso responsável de recursos e a redução de resíduos.

A implementação da Semana do Bebê em Aimorés pode ser um passo significativo para melhorar a qualidade de vida das crianças e suas famílias, além de fortalecer a comunidade em torno de questões importantes para a saúde e o desenvolvimento infantil.



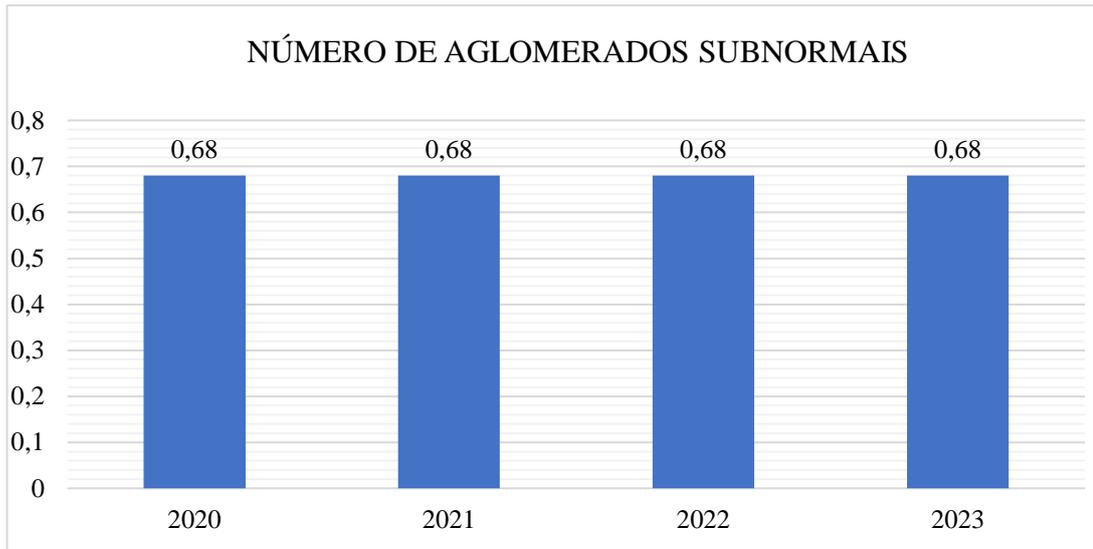
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

➤ **Proporção de domicílios em Aglomerados Subnormais em relação ao total de domicílios (%)**

A proporção de domicílios em aglomerados subnormais é um indicador que avalia a quantidade de residências localizadas em áreas com condições habitacionais precárias, como as que enfrentam desafios relacionados a infraestrutura, acesso a serviços básicos e condições de moradia. Este indicador é importante para entender a distribuição das condições de vida dentro de um município e para direcionar políticas e ações voltadas à melhoria das condições habitacionais.

No município de Aimorés, a proporção de domicílios em aglomerados subnormais é de 0,68%. Isso significa que uma pequena fração dos domicílios da cidade está situada em áreas que podem enfrentar desafios relacionados a habitação inadequada.

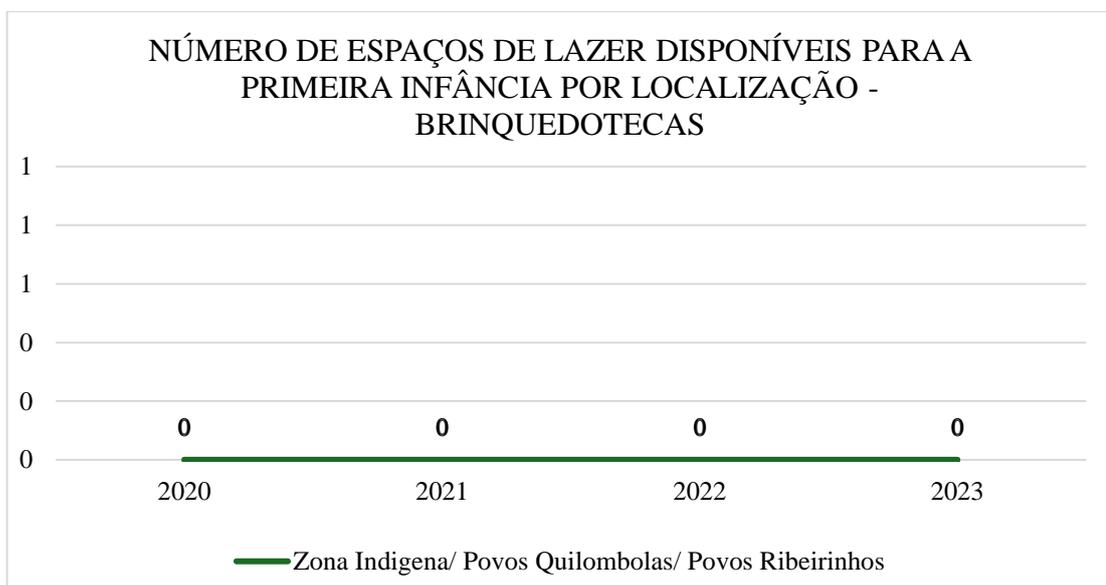
A administração municipal está comprometida em monitorar e abordar as questões relacionadas aos aglomerados subnormais para garantir uma melhoria contínua nas condições de vida e promover a equidade no acesso a recursos e serviços.



<https://dadosgeociencias.ibge.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=67c70e701c624c63a6f1754a8b8bce4a>

➤ **Número de espaços de lazer disponíveis para a primeira infância por localização – Brinquedotecas**

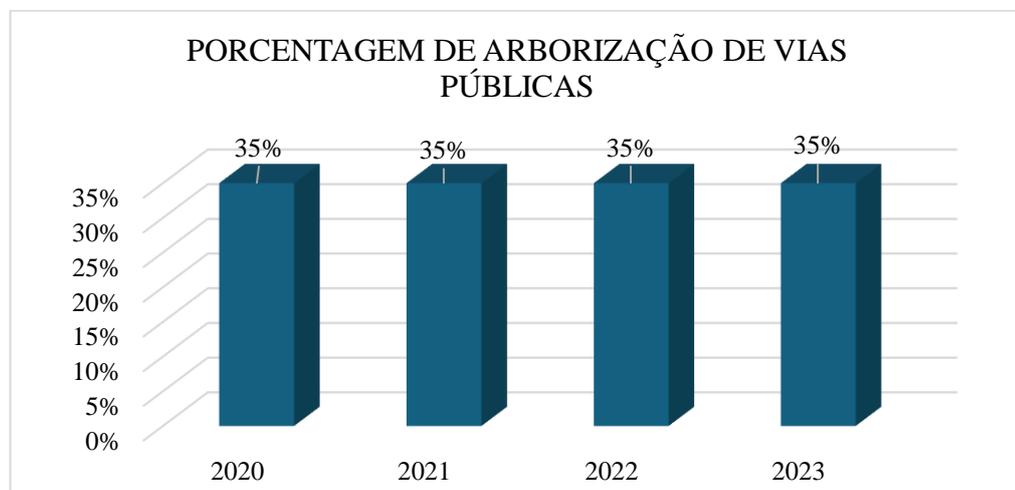
No município de Aimorés, atualmente, não há brinquedotecas disponíveis para atender as crianças na primeira infância, e também não há planejamento em andamento para a criação desses espaços de lazer voltados especificamente para esse público. A ausência de brinquedotecas destaca uma lacuna importante no acesso a espaços lúdicos adequados, o que pode impactar negativamente o desenvolvimento infantil. O diagnóstico aponta para a necessidade de incluir a criação de brinquedotecas como uma meta no Plano Municipal para a Primeira Infância, a fim de oferecer ambientes que promovam o brincar e o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos.



➤ **Porcentagem de arborização de vias públicas**

A arborização de vias públicas é um fator crucial para a qualidade de vida urbana, contribuindo para a melhoria do ambiente, a redução da poluição e o bem-estar da comunidade. No município de Aimorés, a porcentagem de arborização das vias públicas é um indicador importante que reflete o nível de cobertura verde nas ruas e avenidas da cidade.

Manter e aumentar a arborização nas vias públicas ajuda a promover um ambiente mais saudável e sustentável, proporcionando sombra, melhorando a qualidade do ar e embelezando a cidade. A administração municipal está empenhada em expandir a arborização para garantir que mais áreas urbanas se beneficiem dos efeitos positivos das árvores e do verde urbano.



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

➤ **O município participa da Rede Estadual pela Primeira Infância (REPI) ou da Rede Nacional pela Primeira Infância (RNPI)**

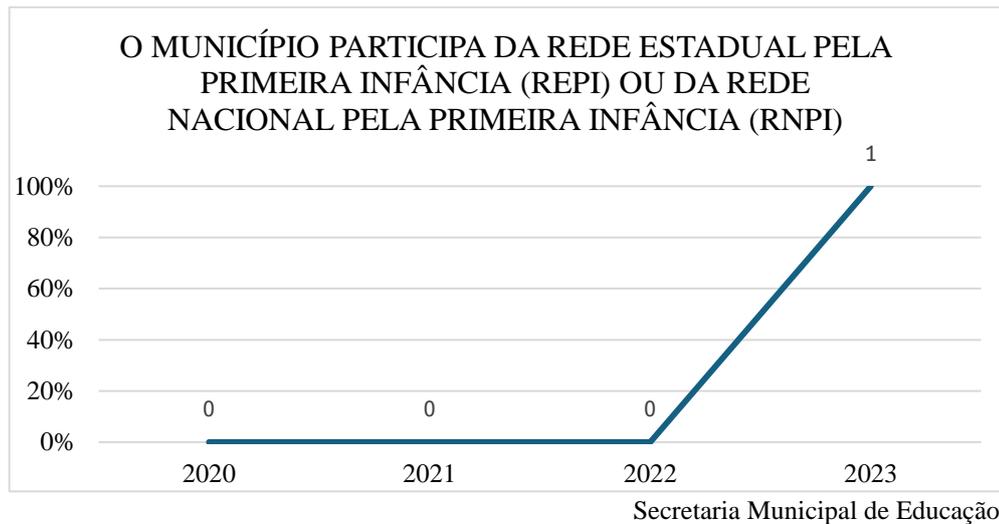
O município de Aimorés participa da Rede Estadual pela Primeira Infância (REPI), uma iniciativa que visa promover a integração e o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a primeira infância. A REPI é uma rede que conecta municípios, organizações e profissionais comprometidos com a melhoria das condições de vida e desenvolvimento das crianças na primeira infância.

Benefícios da Participação na REPI:

- **Compartilhamento de Conhecimento:** Facilita o acesso a informações e práticas recomendadas para a promoção do desenvolvimento infantil.
- **Fortalecimento de Políticas Locais:** Apoiar a implementação e o aprimoramento das políticas públicas locais, alinhando-as com diretrizes e estratégias estaduais.

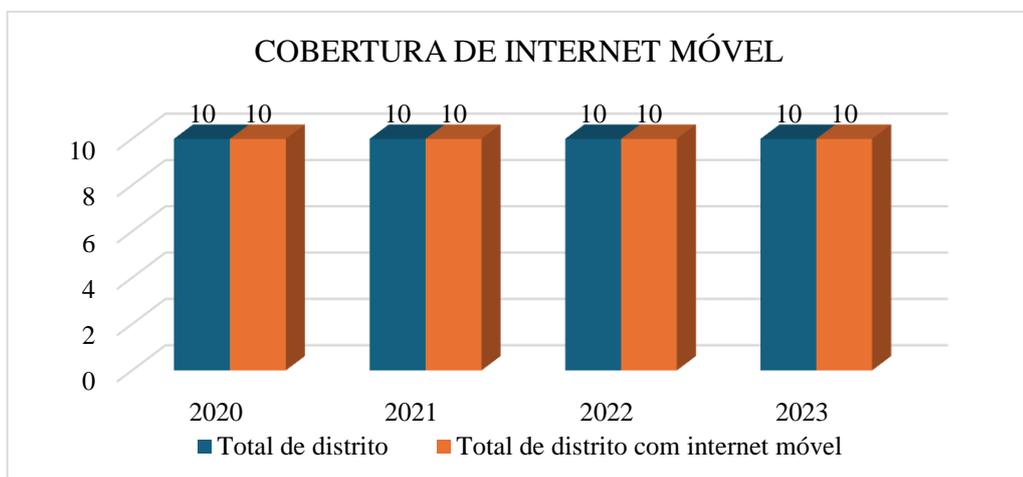
- **Colaboração e Parcerias:** Promove a cooperação entre diferentes setores e entidades, possibilitando a criação de soluções mais eficazes para os desafios enfrentados pela primeira infância.

A participação de Aimorés na REPI demonstra o compromisso do município em buscar melhorias contínuas para a infância, alinhando suas ações às melhores práticas e políticas estaduais para garantir um desenvolvimento saudável e equitativo para todas as crianças.



➤ Cobertura de internet móvel

A cobertura de internet móvel é essencial para garantir acesso à informação e conectividade em áreas urbanas e rurais. No município de Aimorés, a internet móvel está disponível em todos os distritos, permitindo que residentes em diferentes localidades tenham acesso a serviços digitais e comunicação em tempo real. Essa cobertura amplia oportunidades de educação, serviços e inclusão digital, contribuindo para o desenvolvimento igualitário em todas as regiões do município.

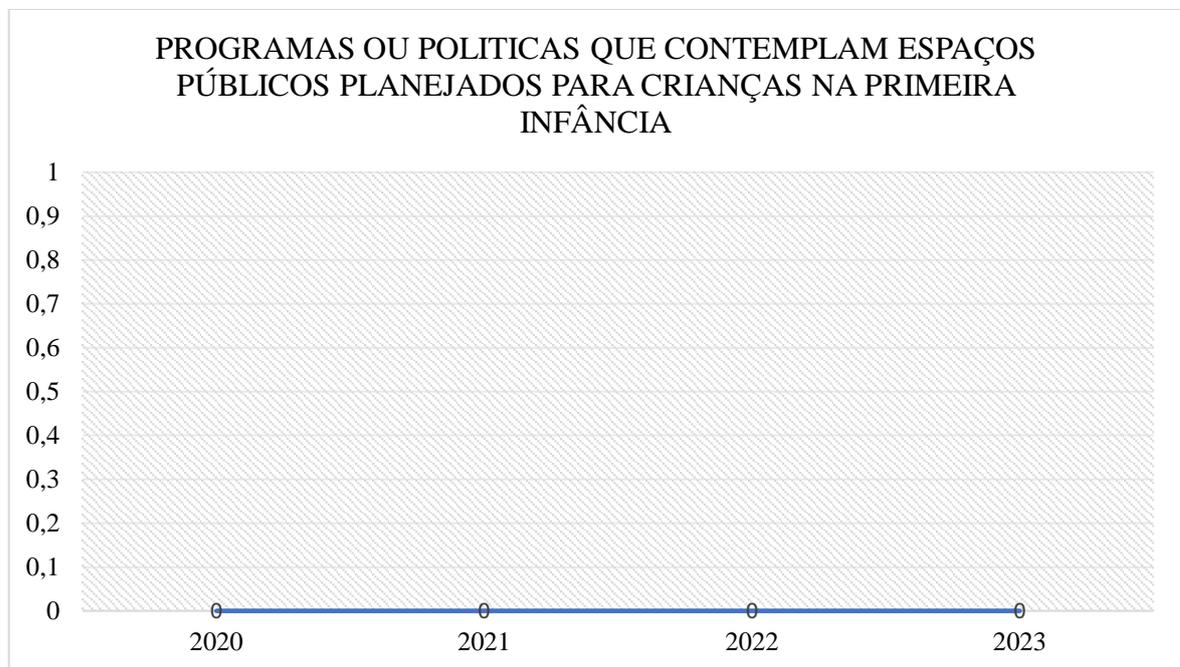


Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

➤ **Programas ou políticas que contemplam espaços públicos planejados para crianças na primeira infância**

Atualmente, o município de Aimorés não possui programas ou políticas específicas voltadas para o planejamento de espaços públicos dedicados à primeira infância. A criação de ambientes públicos planejados para crianças pequenas é fundamental para promover o desenvolvimento saudável, oferecendo áreas seguras e estimulantes para brincar e aprender.

Embora não haja iniciativas específicas atualmente, a implementação de políticas voltadas para a criação de espaços públicos planejados para a primeira infância pode ser uma prioridade futura para melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento das crianças no município.



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

➤ **Número de espaços de lazer disponíveis para a primeira infância - Parques infantis.**

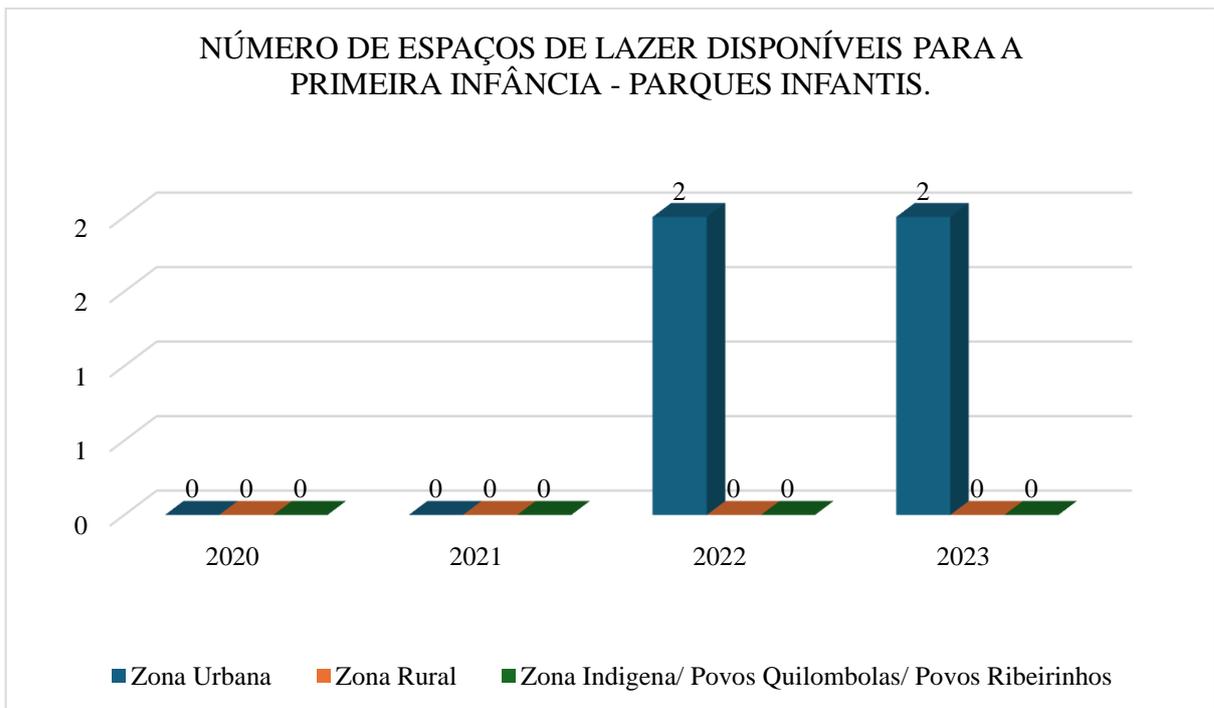
Atualmente, o município de Aimorés conta com um número muito reduzido de parques infantis destinados à primeira infância. Estes espaços são cruciais para o desenvolvimento das crianças, proporcionando áreas seguras e estimulantes onde podem brincar, socializar e explorar.

Importância dos Parques Infantis:

- **Desenvolvimento Motor e Cognitivo:** Oferecem atividades que ajudam no desenvolvimento das habilidades motoras e cognitivas das crianças pequenas.
- **Socialização:** Facilitam a interação entre crianças, promovendo habilidades sociais e emocionais.

- **Saúde e Bem-Estar:** Contribuem para a saúde física e mental, oferecendo um ambiente ao ar livre que estimula a atividade física e o bem-estar.

A administração municipal reconhece a importância desses espaços e está atenta à necessidade de aumentar a oferta de parques infantis para garantir que todas as crianças tenham acesso a ambientes adequados para seu crescimento e desenvolvimento saudável.



7.4.2 Abastecimento de água e esgoto

Abastecimento de Água:

No município de Aimorés, o abastecimento de água é realizado por diferentes sistemas, garantindo o fornecimento de água potável às residências e estabelecimentos. Os principais métodos utilizados incluem:

- **Rede Geral de Distribuição:** Sistema centralizado que distribui água tratada para a maior parte da população.
- **Poço Profundo ou Artesiano:** Poços que acessam água de aquíferos profundos, utilizados principalmente em áreas onde a rede geral não está disponível.
- **Poço Raso ou Freático:** Poços que acessam águas superficiais, geralmente em áreas mais próximas à superfície.
- **Cacimba:** Sistema tradicional de captação de água da chuva, utilizado em algumas regiões.

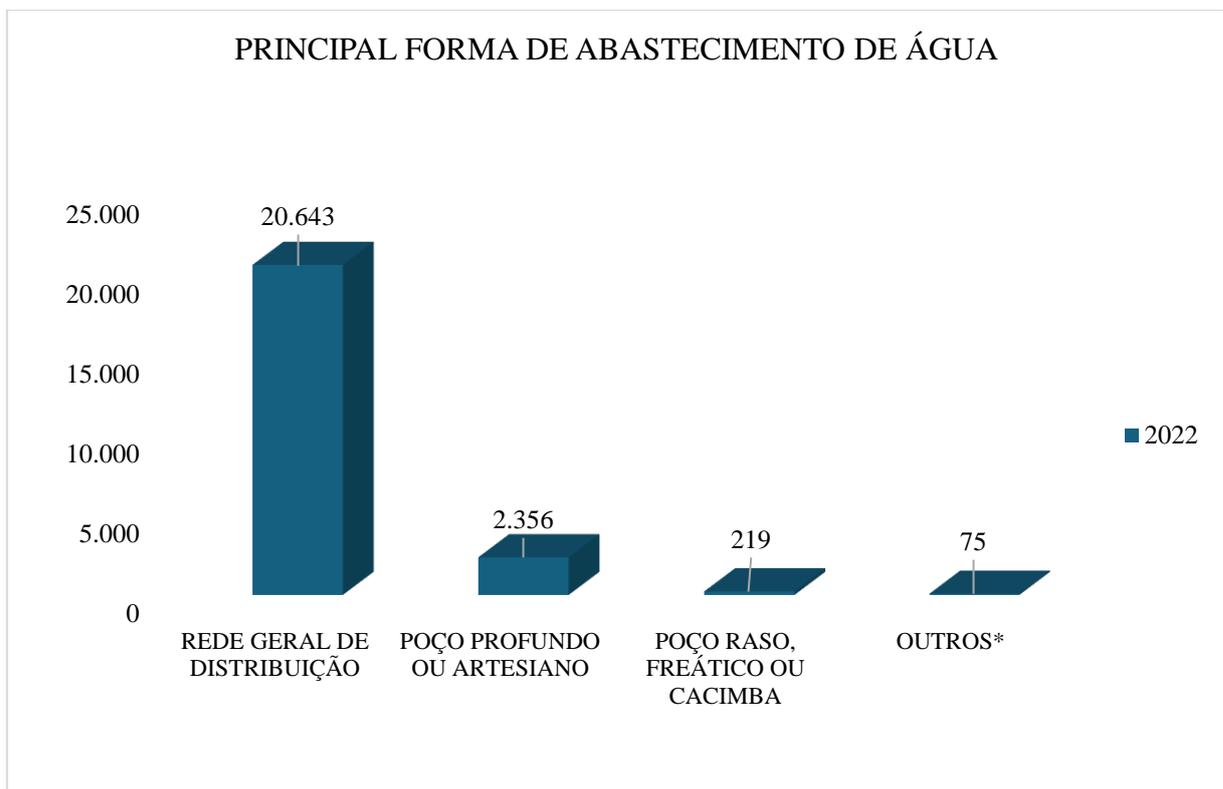
- **Outros:** Métodos adicionais que podem incluir captação direta de fontes naturais ou outros mecanismos específicos.

Esgoto:

O sistema de esgoto em Aimorés também é diversificado, refletindo as diferentes condições e necessidades das áreas urbanas e rurais:

- **Rede Geral:** Sistema de coleta e tratamento de esgoto que cobre áreas urbanas e áreas com infraestrutura adequada.
- **Rede Pluvial ou Fossa Ligada à Rede:** Sistemas que podem integrar a coleta de águas pluviais e esgoto doméstico, conectando-se à rede geral.
- **Fossa Séptica ou Fossa Filtro Não Ligada à Rede:** Sistemas individuais de tratamento de esgoto para áreas que não estão conectadas à rede geral, tratando o esgoto no local.
- **Fossa Rudimentar ou Buraco:** Métodos mais simples de disposição de esgoto, muitas vezes utilizados em áreas rurais ou menos desenvolvidas.
- **Outros:** Soluções adicionais que podem incluir sistemas de tratamento alternativos ou específicos para certas condições locais.

A diversidade dos sistemas de abastecimento de água e esgoto reflete a necessidade de adaptar as soluções às condições e exigências de diferentes áreas do município, garantindo a cobertura e a eficiência no fornecimento desses serviços essenciais.



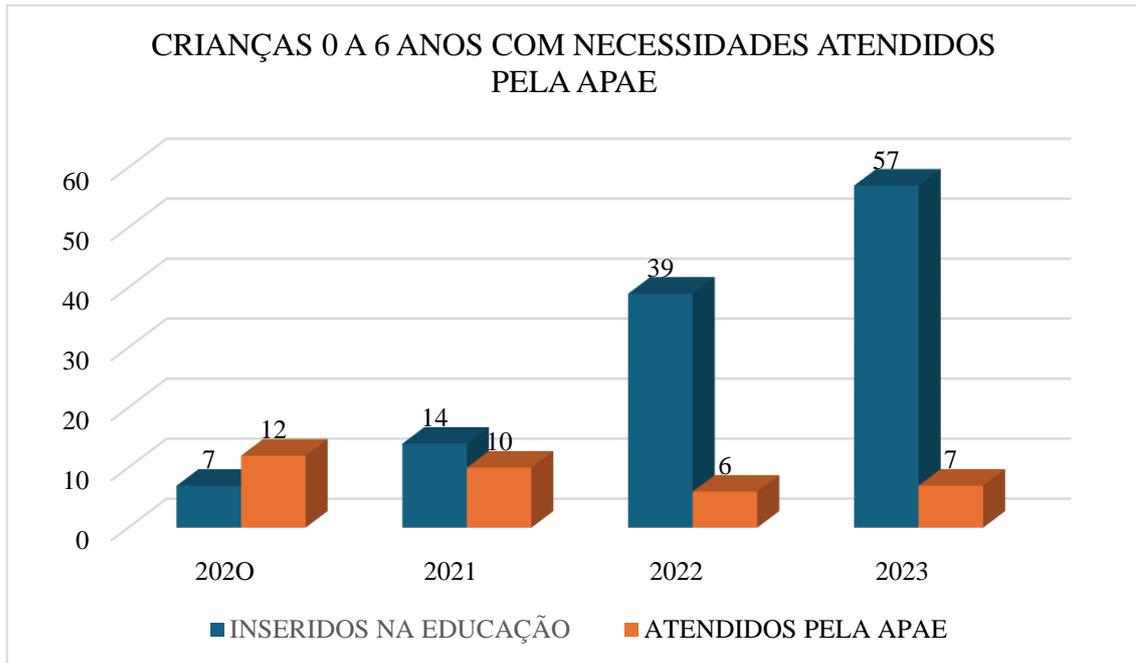


<https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/mg/aimores>

7.3 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) oferece um amplo serviço de fisioterapia, atendendo desde crianças até idosos, abrangendo todas as fases da vida: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Este atendimento é conduzido por uma equipe de 02 fisioterapeutas altamente capacitados, que atuam de forma integrada e especializada para promover o desenvolvimento motor, cognitivo, emocional e social de cada indivíduo com atendimento clínico e orientação da prática dos estímulos e cuidados em domicílio através de seus responsáveis. No caso das crianças, o foco está no estímulo ao desenvolvimento pleno e no acompanhamento próximo de suas necessidades específicas.

Cada fisioterapeuta contribui com sua expertise em uma abordagem holística, considerando as particularidades de cada fase da vida. Esta metodologia busca maximizar o potencial de cada pessoa, proporcionando um ambiente acolhedor, que valoriza o cuidado individualizado e promove o pleno desenvolvimento em todas as suas dimensões. Dessa forma, a APAE garante que seu atendimento vai além do tratamento físico, incorporando aspectos emocionais e sociais que impactam diretamente na qualidade de vida dos atendidos.



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Com base nas consultas comunitárias, coleta de dados e análise detalhada de cada área, o diagnóstico do PMPI de Aimorés apresenta uma visão abrangente das condições atuais e necessidades das crianças na primeira infância.

8. EIXOS ESTRATÉGICOS



Ilustração: Andressa Pereira Gomes

A construção do Plano Municipal para a Primeira Infância (PMPI) de Aimorés é pautada por eixos estratégicos que reafirmam o compromisso do município com a garantia do pleno desenvolvimento de suas crianças. Esses eixos, cuidadosamente elaborados, baseiam-se em princípios fundamentais que visam promover o acesso equitativo a serviços públicos de qualidade, assegurar a inclusão social e criar um ambiente que acolha e estimule o desenvolvimento integral de todas as crianças de 0 a 6 anos. O plano reconhece que essa faixa etária é uma fase crucial na vida de cada indivíduo, em que se formam as bases para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico.

Dessa forma, o PMPI de Aimorés propõe ações intersetoriais abrangentes, que integram áreas fundamentais como educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer. Essa abordagem integrada visa respeitar as especificidades de cada criança, garantindo que suas necessidades e direitos sejam plenamente atendidos, promovendo não apenas o bem-estar imediato, mas também a construção de um futuro mais inclusivo e igualitário.

A partir dos eixos estratégicos definidos, o município busca não só expandir a oferta de serviços voltados à primeira infância, mas também garantir a qualificação contínua dos atendimentos existentes, fortalecendo a participação ativa das famílias e da comunidade como um todo. O plano é enfático em ressaltar o papel central das famílias no acompanhamento e suporte ao desenvolvimento infantil, e nesse sentido, propõe estratégias para engajar e integrar as famílias em todos os aspectos da vida escolar e social das crianças.

Além disso, o PMPI reconhece o brincar como um direito essencial ao desenvolvimento saudável e feliz das crianças. Para isso, prioriza a criação de espaços públicos seguros, acessíveis e lúdicos, assegurando que todas as crianças, independentemente de sua condição social ou geográfica, tenham a oportunidade de explorar, brincar e aprender em ambientes que promovam sua criatividade e imaginação. O plano também reforça a necessidade de políticas públicas robustas voltadas à proteção integral e ao bem-estar das crianças, com especial atenção para aquelas em situação de vulnerabilidade social, garantindo que recebam o suporte necessário para superar barreiras e limitações.

A articulação eficiente entre os diversos setores da administração municipal e a participação ativa da sociedade civil são pilares essenciais para o sucesso desse plano. Dessa maneira, o município reafirma seu compromisso em cumprir os objetivos estabelecidos em prol da primeira infância, promovendo uma cidade mais justa, acolhedora e preparada para garantir o pleno desenvolvimento de suas crianças.

8.1 Saúde

META 1									
a) 95% das crianças de 1 ano com a vacina tríplice viral (D2) ou tetra viral.									
b) Conscientização da população e o alcance de 95% das crianças de 1 ano com a vacina tríplice viral (D2) ou tetra viral.									
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Em execução	A ser implementada	Meta Setorial	Meta Intersectorial	Periodicidade e da ação	Tempo Estimado
SAÚDE DA CRIANÇA	Aumentar a cobertura vacinal de crianças com a tríplice viral no município	Atualizar o cartão vacinal das crianças junto a escola com a devida autorização dos pais ou responsável legal.	Cobertura vacinal (%): Percentual de crianças de 1 ano que receberam a vacina tríplice viral (D2) ou tetra viral.	X		Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação	Anual	<p>Curto Prazo (2025): Foco na implementação intensiva de campanhas de conscientização e na garantia de disponibilidade de vacinas.</p> <p>Médio Prazo (2026-2029): Consolidar as práticas de vacinação e monitorar a adesão a longo prazo.</p>
			Taxa de atualização de cartões vacinais nas escolas (%): Percentual de cartões vacinais atualizados em escolas com a devida autorização dos pais.						<p>Longo Prazo (2030-2034): Avaliar a sustentabilidade das taxas de vacinação e fazer ajustes nas estratégias conforme necessário para</p>
		Orientar os pais e ou responsável pelas crianças sobre a importância da imunização.	Taxa de visitas domiciliares realizadas (%): Percentual de visitas feitas pelas equipes de saúde às famílias cujas crianças não receberam a vacina.	X		Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	Contínua	

		Produzir panfletos informativos sobre a importância da vacinação.	Distribuição de panfletos informativos (número): Quantidade de panfletos sobre a importância da vacinação distribuídos nas escolas e comunidades.		X	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	Semestral	manter ou melhorar a cobertura vacinal.
			Satisfação das famílias com as campanhas de vacinação: Feedback das famílias em relação à facilidade de acesso, clareza das informações e incentivo à vacinação.						
		Passeata para chamar a atenção da população sobre a importância da imunização das crianças de 0 a 6 anos.	Participação em campanhas educativas (%): Percentual de pais ou responsáveis que participaram de eventos de orientação sobre a importância da imunização.		X	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Educação	Anual	

META 2

a) Propiciar um ambiente aconchegante e lúdico para as crianças aguardarem a sua vez no atendimento junto ao posto de saúde.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Em execução	A ser implementada	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Periodicidade da ação	Tempo Estimado
---------------	-----------	-------------	------------------------------	-------------	--------------------	---------------	--------------------	-----------------------	----------------

SAÚDE DA CRIANÇA	Criar Brinquedoteca nas Unidades de Estratégia de Saúde da Família-ESF para que a criança possa aguardar o atendimento com mais tranquilidade.	Aquisição de brinquedos e livros para criar brinquedoteca nos postos de saúde.	<p>Medir através de pesquisas de satisfação realizadas periodicamente, perguntando aos pais ou cuidadores sobre a sua percepção da eficácia das brinquedotecas em proporcionar um ambiente acolhedor para as crianças.</p> <p>Analisar se a presença da brinquedoteca ajuda a reduzir a percepção de tempo de espera das crianças e de seus acompanhantes.</p> <p>Verificar se as crianças que passam tempo na brinquedoteca apresentam menor ansiedade durante o atendimento clínico, utilizando feedback dos profissionais de saúde e observações.</p>		X	Secretaria Municipal de Saúde		2026 e 2028	<p>50% até dezembro 2026 e 50% até dezembro de 2028</p> <p>Curto Prazo: Montagem e abertura das brinquedotecas, treinamento inicial para o pessoal responsável pela supervisão das crianças no espaço.</p> <p>Médio Prazo: Avaliação inicial dos indicadores de monitoramento, ajustes necessários na operação e infraestrutura.</p> <p>Longo Prazo: Revisões regulares dos indicadores de monitoramento para garantir a manutenção da</p>
------------------	--	--	--	--	---	-------------------------------	--	-------------	--

			Medir indicadores de bem-estar infantil, como níveis de estresse ou ansiedade das crianças, através de observações e relatórios dos cuidadores e equipe de saúde.						eficácia e relevância da brinquedoteca, bem como adaptações conforme mudanças nas necessidades da comunidade e avanços em pediatria e psicologia infantil.
META 3									
a) Cumprir meta de 45% do total de gestantes do município que iniciaram o pré-natal até a 12ª semana de gestação.									
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Em execução	A ser implementada	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Periodicidade da ação	Tempo Estimado
SAÚDE DA GESTANTE	Aumentar o percentual de Gestantes que iniciam o Pré-Natal no primeiro trimestre de gestação	Captação precoce das gestantes por meio de visitas domiciliares do ACS.	Percentual de gestantes que iniciaram o pré-natal dentro das primeiras 12 semanas, dentre o total de gestantes cadastradas no sistema de saúde.	X		Secretaria Municipal de Saúde		Regularmente	Curto Prazo (2025): Implementação e intensificação das atividades de busca ativa. Realização de campanhas educativas e sessões de informação sobre a importância do pré-natal.
			Tempo médio entre a identificação da gestante e a realização da primeira consulta de pré-natal.						
			Incidência de complicações na gravidez e condições adversas ao nascimento, comparando gestantes que começaram o pré-natal no primeiro trimestre com						
									Médio Prazo (2026-2029): Avaliação e refinamento das estratégias de busca ativa e educação. Monitoramento contínuo do aumento da taxa de

			aquelas que começaram mais tarde.						início do pré-natal no primeiro trimestre.
		Busca ativa por mulheres que apresentam amenorréia há mais de 15 dias e na orientação quanto a importância do pré-natal.	Número de agentes de saúde treinados e ativos na busca ativa, bem como a frequência de suas atividades de campo.		X				Longo Prazo (2030-2034): Avaliação de longo prazo dos impactos das estratégias sobre os resultados maternos e neonatais. Adaptações necessárias para sustentar e melhorar a cobertura do pré-natal no primeiro trimestre.
			Número de mulheres identificadas com amenorreia há mais de 15 dias que foram contatadas e compareceram à primeira consulta de pré-natal.						
			Número e alcance de programas de educação para a saúde que visam informar gestantes sobre a importância do início precoce do pré-natal.						

META 4

a) Cumprir meta de 45% do total de gestantes do município que realizaram no mínimo 6 consultas de pré-natal.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Em execução	A ser implementada	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Periodicidade da ação	Tempo Estimado
SAÚDE DA GESTANTE	Aumentar o percentual de Gestantes com 6 ou mais consultas	Captação precoce das gestantes por meio de visitas domiciliares do ACS.	Percentual do total de gestantes cadastradas que completaram 6 ou mais consultas de pré-natal.	X		Secretaria Municipal de Saúde		Regularmente	Curto Prazo (Até dezembro de 2027): Implementação da captação precoce de

	de pré-natal durante a gravidez.		Tempo médio entre a identificação da gestante e a realização da primeira consulta de pré-natal.						gestantes e orientação inicial intensiva. Desenvolvimento e aplicação de materiais educativos e treinamento para ACS e profissionais de saúde sobre a importância do pré-natal.
		Orientar a gestante na primeira consulta quanto a importância e assiduidade das consultas de pré-natal e o impacto do não acompanhamento na saúde da mãe e do bebê.	Proporção de gestantes que continuam a frequentar as consultas após a primeira visita, especialmente aquelas que alcançam ou excedem o número recomendado de 6 consultas.	X			Regularmente	Monitoramento contínuo e análise dos dados de adesão às consultas. Ajustes nas estratégias de captação e educação com base no feedback das gestantes e dos profissionais de saúde.	
			Monitoramento dos resultados de saúde da mãe e do bebê, incluindo incidências de complicações que poderiam ser prevenidas com cuidado pré-natal adequado.					Avaliação dos impactos das estratégias no cumprimento da meta de 6 consultas. Planejamento e implementação de melhorias contínuas para sustentar e aumentar a adesão ao pré-natal.	

8.2 Educação

META 5						
a) Universalizar o acesso à Educação Infantil até 2032.						
b) Garantir que 100% das instituições educacionais sigam padrões mínimos de qualidade.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersectorial	Tempo Estimado
Infraestrutura educacional para a primeira infância.	Garantir que todas as crianças dos 0 aos 6 anos tenham acesso a creches e pré-escolas de qualidade próximas das suas residências.	Construir creches e pré-escolas em todos os bairros e distritos que ainda não possuem escolas municipais, além de reformar e ampliar as unidades existentes para incluir turmas de creche e pré-escola. Regularizar a criação de novas escolas de educação infantil, utilizando recursos próprios ou estabelecendo parcerias com a União e instituições privadas.	Número de novas creches e pré-escolas construídas por bairro e distrito.	União, Instituições privadas, Educação. Construir 100% das creches e pré-escolas permitidas até 2030, reformar e ampliar 75% das escolas municipais existentes até 2028, e garantir a regularização de todas as escolas de educação infantil até 2030.	Estabelecer parcerias com setores de saúde, assistência social e planejamento urbano para promover o desenvolvimento integral da criança, garantindo que os novos espaços educacionais integrem serviços de saúde preventiva, assistência social e atividades culturais e recreativas até 2028.	Curto prazo (2025-2027): Início das reformas e ampliações nas escolas municipais existentes para incluir turmas de creche e pré-escola e construção de creches e pré-escolas em áreas prioritárias. Médio prazo (2028-2030): Conclusão das reformas das escolas municipais e entrega das unidades creches e pré-escolas construídas. Regularização das escolas de educação infantil existentes para cumprimento das normas vigentes. Longo Prazo (2031-2032): Garantia de que todas as escolas atendam às normas de
	Reformar e ampliar as escolas municipais existentes para incluir turmas de creche e pré-escola, atendendo às necessidades educacionais de cada região.	incluir turmas de creche e pré-escola. Regularizar a criação de novas escolas de educação infantil, utilizando recursos próprios ou estabelecendo parcerias com a União e instituições privadas.	Percentual de escolas municipais reformadas ou ampliadas para incluir turmas de creche e pré-escola.			
	Regularizar a criação de novas escolas de educação infantil em parceria com a União e instituições privadas, garantindo que atendam às normas de acessibilidade, ludicidade e valorização dos aspectos culturais e regionais.	Todo o processo deve estar em conformidade com os padrões atualizados previstos na legislação vigente, garantindo normas de acessibilidade, ambientes	Percentual de escolas de educação infantil regularizadas em conformidade com as normas vigentes de acessibilidade e ambientes lúdicos. Número de parcerias condicionais com a União e instituições privadas para apoio na construção ou reforma das escolas.			

		lúdicos e a valorização dos aspectos culturais e regionais na concepção dos espaços.				acessibilidade, ludicidade e aspectos culturais e regionais.
Acesso Universal e Qualidade na Educação Infantil	Reduzir desigualdades regionais e socioeconômicas no acesso à Educação Infantil.	Implementação de programas de avaliação e melhoria contínua da qualidade das unidades de Educação Infantil.	Taxa de matrículas na Educação Infantil. Percentual de unidades que atingem os padrões mínimos de qualidade.	Educação: Expandir e melhorar a infraestrutura de Educação Infantil.	Educação e Planejamento Urbano: Coordenar a expansão das unidades de Educação Infantil com o planejamento urbano.	Curto Prazo (2025-2026): Diagnóstico e planejamento da expansão. Médio Prazo (2027-2028): Implementação da expansão. Longo Prazo (2029-2032): Universalização do acesso.

META 6

a) Universalizar em Tempo Integral o atendimento em Creche para crianças de 0 a 3 anos.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Universalização do Atendimento em Creches para Crianças de 0 a 3 Anos.	Expandir o acesso à Educação Infantil para todas as crianças de 0 a 3 anos, com foco especial nas famílias mais vulneráveis.	Estabelecer como prioridade as famílias mais vulneráveis, para oferecer estímulos adequados às crianças e garantir seu acesso à creche.	Percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches, com ênfase nas famílias vulneráveis.	Educação: Coordenar a expansão e qualificação das creches, garantindo que a infraestrutura e os recursos humanos estejam adequados.	Educação, Saúde, Assistência Social e Finanças: Trabalhar em conjunto para garantir que todas as crianças de 0 a 3 anos tenham acesso a creches de qualidade em tempo integral, com suporte especializado quando necessário.	Curto Prazo (2025-2026): Início da expansão das creches, com foco nas famílias vulneráveis, e sequência na capacitação dos profissionais. Realização de campanhas de conscientização para as famílias sobre a importância da educação infantil. Médio Prazo (2027-2028):
	Garantir a qualidade do atendimento nas creches, com profissionais qualificados, práticas	Garantir a qualidade do serviço, com profissionais qualificados, práticas pedagógicas	Número de profissionais capacitados em formação continuada na Educação Infantil.	Saúde: Apoiar na inclusão de crianças com deficiência e Transtornos, oferecendo suporte complementar à educação.		

pedagógicas enriquecidas e infraestrutura adequada.	enriquecidas, espaço físico e materiais apropriados.		Assistência Social:		Consolidação das creches como espaços de qualidade, com inclusão efetiva crianças com deficiência e Transtornos e parcerias fortalecidas com os governos.
Promover a inclusão de crianças com Deficiência e Transtornos nas creches, oferecendo apoio educacional especializado.	Promover a formação continuada dos profissionais da Educação Infantil, assegurando que estejam preparados para atender as demandas das crianças.	Quantidade de crianças com Deficiência e Transtornos atendidas com suporte educacional especializado.	Identificar e priorizar as famílias mais vulneráveis para acesso às creches. Finanças: Garantir que o orçamento contemple a expansão e qualificação das creches, bem como a formação continuada dos profissionais.		Longo Prazo (2029-2034): Universalização completa do atendimento em creches para crianças de 0 a 3 anos, com todos os indicadores de qualidade e inclusão plenamente atendidos.
Conscientizar as famílias sobre a importância do acesso à creche para o desenvolvimento e socialização das crianças.	Priorizar o acesso à educação infantil de crianças com deficiência e transtornos, oferecendo atendimento educacional especializado complementar e suplementar.	Percentual de famílias conscientizadas sobre a importância da creche para o desenvolvimento infantil.			
Firmar parcerias com os governos estadual e federal para apoio financeiro e técnico na expansão do atendimento.	Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização da rede escolar, garantindo escolas com infraestrutura adequada para o atendimento dessa faixa etária.	Número de parcerias firmadas com os governos estadual e federal para apoio à expansão das creches.			

		Conscientizar as famílias da necessidade das crianças nessa faixa etária permanecerem na creche no mínimo em período parcial para socialização e desenvolvimento.				
		Firmar parcerias com os governos estadual e federal para obter apoio financeiro e técnico na expansão e qualificação do atendimento em creches.				

META 7

a) Universalização da Educação Infantil para Crianças de 4 e 5 Anos.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Universalização da Educação Infantil para Crianças de 4 e 5 Anos	Garantir que todas as crianças de 4 e 5 anos tenham acesso à Educação Infantil de qualidade, promovendo seu desenvolvimento integral.	Garantir o desenvolvimento e uma aprendizagem saudável das crianças de 4 e 5 anos, com práticas pedagógicas adequadas às suas necessidades.	Percentual de crianças de 4 e 5 anos matriculadas na Educação Infantil.	Educação: Implementar o currículo adaptado e garantir que todas as crianças de 4 e 5 anos estejam matriculadas e frequentando regularmente a escola.	Educação, Saúde, Assistência Social e Comunicação: Trabalhar em conjunto para garantir que todas as crianças de 4 e 5 anos tenham acesso à Educação Infantil, com foco especial em comunidades vulneráveis e áreas de difícil acesso.	Curto Prazo (2025 a 2026): Início da adaptação do currículo e campanhas de conscientização para as famílias. Primeiras ações da Busca Ativa, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.
	Construir um currículo para a educação infantil alinhado à realidade do município, respeitando as	Construir um currículo da Educação Infantil que reflita a realidade cultural, social e	Taxa de frequência escolar das crianças nessa faixa etária.	Saúde: Apoiar na identificação de crianças em idade escolar e		Médio Prazo (2027-2028): Consolidação da universalização do atendimento,

	especificidades culturais e sociais locais.	econômica do município, integrando as especificidades locais.		promover a conscientização das famílias sobre a importância da Educação Infantil.		com a inclusão de todas as crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil.
	Conscientizar as famílias sobre a obrigatoriedade do ensino para crianças nessa faixa etária, incentivando a frequência escolar regular.	Conscientizar as famílias sobre a importância da frequência escolar regular e obrigatória, diminuindo o número de faltas na Educação Infantil.	Número de famílias conscientizadas sobre a obrigatoriedade e importância do ensino infantil.	Assistência Social: Colaborar na Busca Ativa e no apoio às famílias vulneráveis para garantir que todas as crianças tenham acesso à Educação Infantil. Comunicação: Realizar campanhas de conscientização sobre a obrigatoriedade da Educação Infantil para crianças de 4 e 5 anos.		Revisão contínua e ajuste do currículo conforme as necessidades locais. Longo Prazo (2029-2034): Manutenção da universalização com 100% das crianças matriculadas, frequência regular assegurada e currículo amplamente adaptado à realidade do município.
	Fortalecer a Busca Ativa para assegurar que 100% das crianças de 4 e 5 anos estejam matriculadas e frequentando a escola.	Fortalecer a Busca Ativa para garantir que 100% das crianças desta faixa etária estejam matriculadas e frequentando a escola.	Número de crianças identificadas e matriculadas através da Busca Ativa.			
	Fomentar parcerias intersetoriais para identificar e incluir todas as crianças em idade escolar obrigatória.	Fomentar a parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social para o levantamento de dados e identificação das famílias com crianças em idade escolar obrigatória, assegurando seu acesso à educação.	Evolução na adaptação do currículo da Educação Infantil às necessidades e realidades do município.			
META 8						
a) Garantir Atendimento em Tempo Integral às crianças de 4 e 5 anos.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado

Atendimento em Tempo Integral para Crianças de 4 e 5 Anos	Universalizar o atendimento na Educação Infantil para crianças de 4 e 5 anos, assegurando que todas estejam matriculadas.	Garantir a manutenção da universalização do atendimento na Educação Infantil para crianças de 4 e 5 anos.	Percentual de crianças de 4 e 5 anos matriculadas em Atendimento em Tempo Integral.	<p>Educação: Expandir e melhorar a infraestrutura escolar para suportar o aumento do número de crianças em tempo integral.</p> <p>Planejamento Urbano: Colaborar no mapeamento e requalificação de espaços públicos para uso educacional.</p> <p>Assistência Social: Trabalhar junto às famílias para identificar crianças que não estão matriculadas e auxiliar na resolução de barreiras para a matrícula.</p>	<p>Educação, Planejamento Urbano e Assistência Social: Integrar esforços para garantir a expansão e acessibilidade das instalações educacionais e a inclusão de todas as crianças em programas de tempo integral.</p>	<p>Curto Prazo (2025-2026): Implementação dos protocolos de busca ativa e início do mapeamento para requalificação dos espaços públicos.</p> <p>Médio Prazo (2027-2028): Construção das novas unidades escolares e ampliação das matrículas em tempo integral.</p> <p>Longo Prazo (2029-2034): Consolidação do Atendimento em Tempo Integral para todas as crianças de 4 e 5 anos, com infraestrutura adequada e plena inclusão escolar.</p>
	Identificar crianças fora da escola e garantir seu acesso ao Atendimento em Tempo Integral.	Definir e implementar protocolos de busca ativa para identificar crianças fora da escola e assegurar sua matrícula em tempo integral.	Número de crianças identificadas e matriculadas por meio de protocolos de busca ativa.			
	Adequar e ampliar os espaços físicos necessários para o atendimento em tempo integral, garantindo acessibilidade.	Mapear e requalificar os espaços públicos disponíveis para assegurar o Atendimento em Tempo Integral, garantindo a acessibilidade necessária.	Quantidade de espaços requalificados e novas unidades construídas para Atendimento em Tempo Integral.			
	Incrementar o número de matrículas em tempo integral nas Pré-Escolas, através da construção de novas unidades educacionais.	Ampliar gradativamente o número de matrículas de alunos da Pré-Escola em Tempo Integral, por meio da construção de novas Unidades Escolares.	Taxa de crescimento anual das matrículas em Pré-Escolas de Tempo Integral			

META 9

a) Melhorar a qualidade da Educação Infantil em todas as instituições escolares municipais.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersectorial	Tempo Estimado
---------------	-----------	-------------	------------------------------	---------------	---------------------	----------------

Melhoria da Qualidade da Educação Infantil	Implementar um currículo municipal inovador que fomente a aprendizagem e o desenvolvimento integral de todas as crianças, incluindo as muito pequenas com deficiências.	Implementar o Currículo Municipal por meio de práticas inovadoras que garantam a aprendizagem e o desenvolvimento dos bebês, das crianças bem pequenas e das crianças pequenas.	Implementação do novo currículo municipal em todas as unidades de Educação Infantil.	<p>Educação: Assegurar que o currículo e os recursos pedagógicos estejam alinhados com as necessidades das crianças e que todos os professores e profissionais de apoio estejam adequadamente capacitados e disponíveis.</p> <p>Infraestrutura: Melhorar as instalações escolares para garantir acessibilidade e adequação dos espaços às práticas pedagógicas contemporâneas.</p>	<p>Educação, Saúde e Assistência Social: Integrar serviços para garantir que as necessidades educacionais, físicas e sociais das crianças, especialmente aquelas com deficiência, sejam atendidas de maneira holística.</p>	<p>Curto Prazo (2025-2027): Implementação das estratégias de currículo e requalificação de espaços pedagógicos.</p> <p>Médio Prazo (2028-2029): Expansão e consolidação das equipes de profissionais de educação especial nas escolas.</p> <p>Longo Prazo (2030-2034): Acesso pleno e qualificado à educação especial e a práticas pedagógicas inovadoras consolidadas em todas as unidades de Educação Infantil.</p>
	Assegurar que todas as unidades de educação infantil possuam espaços pedagógicos adequados e acessíveis para o livre brincar e a exploração.	Garantir que todas as unidades de educação infantil disponham de espaços pedagógicos adequados e acessíveis, internos e externos, que propiciem o livre brincar.	Número de unidades com espaços pedagógicos requalificados e acessíveis.			
	Garantir que crianças com Deficiências e Transtornos tenham acesso à educação básica e a Recursos Educacionais Especializados adequados.	Ofertar para as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e o Atendimento Educacional Especializado, com salas de recursos multifuncionais.	Número de crianças com deficiência beneficiadas pelo acesso a Recursos Educacionais Especializados.			
META 10						

a) Estruturar uma lista de espera organizada, transparente e eficiente para vagas na Educação Infantil, com ênfase em corresponsabilidade, educação e comunicação – site da prefeitura.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias:	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Gestão de Vagas na Educação Infantil	Implementar um sistema de lista de espera que seja justo, acessível e transparente, possibilitando que todos os envolvidos tenham clareza sobre o processo e seu status.	Desenvolvimento de um portal online interativo para gerenciamento da lista de espera, que inclua informações atualizadas sobre o status da fila, critérios de priorização e estimativas de tempo de espera.	Número de acessos e interações no portal online, medindo a efetividade da ferramenta.	Educação: Garantir a aplicação de práticas justas e transparentes no gerenciamento de vagas. Comunicação: Desenvolver e manter canais eficazes de comunicação entre as escolas, as famílias e a comunidade.	Educação, Comunicação e Tecnologia da Informação: Colaborar para criar e sustentar um sistema de lista de espera que seja tecnologicamente robusto, fácil de usar e que promova a transparência e a corresponsabilidade.	Curto Prazo (2025-2026): Implementação do portal online e início das primeiras sessões informativas. Médio Prazo (2027-2028): Avaliação e ajuste das estratégias com base no feedback dos usuários e nas análises de uso do sistema. Longo Prazo (2029-2034): Consolidação de um sistema de gestão de lista de espera eficiente, transparente e corresponsável, reconhecido por sua equidade e comunicação eficaz.
	Fomentar a corresponsabilidade entre escolas, famílias e a comunidade no gerenciamento das vagas e na comunicação sobre o processo.	Promoção de sessões informativas e workshops para pais e comunidade, esclarecendo o funcionamento do sistema de lista de espera e como as decisões são tomadas. Integração de feedback das famílias no aprimoramento do processo, estabelecendo um canal direto de comunicação para sugestões e reclamações.	Satisfação dos pais e responsáveis com o processo, avaliada através de pesquisas de opinião.			
	Educacionalmente preparar as famílias e a comunidade sobre a importância do	Capacitação contínua dos profissionais de educação envolvidos na gestão das	Número de profissionais treinados e a eficácia de suas interações com as famílias.			

	processo e como ele funciona, reforçando a transparência e a confiança no sistema.	listas de espera, focando em princípios de equidade, transparência e comunicação eficaz.				
		Realização de campanhas de conscientização sobre a importância de atualizar os dados na lista de espera e de manter a comunicação ativa com a instituição de ensino.	Relatórios de feedback coletados dos usuários sobre a lista de espera e o processo de admissão.			

META 11

a) Criar comitês intersetoriais que atendam 100% dos distritos até 2027.

b) Acompanhar o desenvolvimento de 100% das crianças na primeira infância até 2028.

Área Temática	Objetivos	Estratégias:	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial:	Meta Intersectorial	Tempo Estimado
Integração Intersetorial para Desenvolvimento Integral	Promover o desenvolvimento integral das crianças por meio da integração entre Educação, Saúde e Assistência Social.	Estabelecer parcerias entre os setores de Educação, Saúde e Assistência Social para o acompanhamento integral das crianças.	Percentual de crianças acompanhadas regularmente.	Educação, Saúde e Assistência Social: Garantir o desenvolvimento integral das crianças por meio da ação coordenada entre os setores.	Educação, Saúde e Assistência Social: Instituto Terra Criação de um sistema de monitoramento contínuo para o desenvolvimento infantil.	<p>Curto Prazo (2025-2026): Estabelecimento das parcerias intersectoriais.</p> <p>Médio Prazo (2027-2028): Criação dos comitês e início do monitoramento.</p> <p>Longo Prazo (2029-2034): Monitoramento contínuo e avaliação do impacto das ações.</p>
	Acompanhar e monitorar o desenvolvimento das crianças desde o nascimento até os 6 anos.	Implementar sistemas de monitoramento e avaliação do desenvolvimento infantil.				

META 12

a) Garantir Educação Infantil de qualidade às crianças, a fim de promover seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

b) Promover a formação de pelo menos 80% dos profissionais da Educação Infantil para atuar com todas as formas de deficiência.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Qualidade na Educação Infantil	Assegurar a qualidade do serviço de educação infantil, incluindo a qualificação dos profissionais, práticas pedagógicas enriquecedoras, espaços físicos adequados e materiais apropriados.	Garantir não apenas a quantidade, mas a qualidade do serviço, com profissionais qualificados, práticas pedagógicas enriquecidas, espaço físico e materiais apropriados.	Percentual de unidades de Educação Infantil com profissionais qualificados e em contínua formação.	<p>Educação:</p> <p>Assegurar a capacitação e formação contínua dos profissionais da Educação Infantil.</p> <p>Garantir infraestrutura adequada para todas as unidades de educação infantil.</p> <p>Assistência Social:</p> <p>Apoiar as famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, para facilitar o acesso das crianças à Educação Infantil.</p> <p>Saúde:</p> <p>Colaborar no atendimento das crianças deficientes, garantindo suporte para o desenvolvimento integral.</p>	<p>Educação, Saúde e Assistência Social:</p> <p>Coordenar esforços para garantir o acesso prioritário e o atendimento educacional especializado para crianças deficientes.</p> <p>Desenvolver campanhas de sensibilização voltadas às famílias para a importância da Educação Infantil desde os primeiros anos de vida.</p>	<p>Curto Prazo (2025-2026):</p> <p>Início da sensibilização das famílias e do mapeamento das necessidades de formação continuada para os profissionais.</p> <p>Médio Prazo (2027-2028):</p> <p>Implementação das formações continuadas, adaptações na infraestrutura escolar e aumento da matrícula de crianças deficientes.</p> <p>Longo Prazo (2029-2034):</p> <p>Consolidação das práticas de qualidade na Educação Infantil, com foco em garantir que todas as unidades de ensino estejam adequadas para atender as especificidades da faixa etária de 0 a 6 anos e crianças com deficiência.</p>
	Manter a formação continuada dos profissionais da Educação Infantil para garantir práticas pedagógicas de qualidade.	Manter a formação continuada dos profissionais da Educação Infantil.	Número de formações continuadas realizadas para os profissionais da Educação Infantil anualmente.			
	Promover a formação de profissionais da Educação Infantil para trabalhar com todas as formas de deficiência, proporcionando a inclusão e atendimento digno às crianças.					
	Promover a formação continuada de monitores de creche, juntamente com professores, garantindo práticas adequadas.	Garantir a atuação de profissionais de creche com formação específica.	Número de formações continuadas realizadas para os profissionais da Educação Infantil.			

	Garantir o acesso prioritário de crianças com deficientes à Educação Infantil, com atendimento educacional especializado complementar e suplementar.	Priorizar o acesso à educação infantil de crianças deficientes, oferecendo atendimento educacional especializado complementar e suplementar.	Taxa de matrícula de crianças deficientes em creches e pré-escolas, e percentual dessas crianças recebendo atendimento educacional especializado.			
	Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização da rede municipal, assegurando infraestrutura adequada.	Preservar as especificidades da educação infantil na organização da rede municipal, garantindo escolas com infraestrutura adequada para o atendimento dessa faixa etária.	Percentual de escolas de educação infantil com infraestrutura adequada para o atendimento da faixa etária de 0 a 6 anos.			
	Sensibilizar e envolver as famílias na importância do ingresso das crianças no ambiente escolar desde a mais tenra idade.	Sensibilizar as famílias sobre a importância das crianças ingressarem no ambiente escolar desde a mais tenra idade para favorecer o seu máximo desenvolvimento.	Percentual de famílias sensibilizadas e envolvidas em programas que promovem a importância da educação infantil desde a primeira infância.			

META 13

a) Minimizar a incidência de acidentes na Educação Infantil e garantir resposta rápida e eficaz em emergências, em conformidade com a Lei Lucas (Lei nº 13.722/2018).

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
---------------	-----------	-------------	------------------------------	---------------	--------------------	----------------

Segurança e Emergência na Educação Infantil	Reduzir a ocorrência de acidentes nas escolas de Educação Infantil e assegurar uma resposta rápida, eficiente e qualificada em emergências, garantindo a segurança e o bem-estar das crianças.	Capacitar todos os profissionais da Educação Infantil em primeiros socorros, com foco em acidentes comuns nessa faixa etária (quedas, engasgos, etc.).	Percentual de profissionais capacitados em primeiros socorros.	Secretarias de Educação e diretores das escolas de educação infantil devem garantir que 100% dos profissionais estejam capacitados em primeiros socorros e que todos os kits de primeiros socorros sejam inspecionados e atualizados semestralmente em todas as unidades escolares.	A Secretaria de Educação, em parceria com a Secretaria de Saúde, deve garantir o acompanhamento de profissionais de saúde durante os simulados e capacitações, além de assegurar atendimento médico rápido em emergências.	Curto prazo (2025): Capacitação inicial dos professores em primeiros socorros, distribuição e atualização dos kits de primeiros socorros, inspeções iniciais das condições físicas das escolas. Médio prazo (2026 – 2027): Realização dos primeiros simulados de evacuação e estabelecimento de um plano de comunicação emergencial com as famílias. Longo prazo (2028-2030): Monitoramento contínuo da redução de acidentes e avaliação das respostas em situações de emergência, com ajustes nos protocolos de segurança conforme necessário.
		Implementar protocolos de segurança que incluam inspeções regulares das instalações físicas e ações preventivas para evitar acidentes.				
		Realizar simulados de evacuação e outras emergências de forma periódica para preparar tanto as crianças quanto os funcionários em casos de incêndio, terremotos ou outras situações de risco.	Quantidade de simulados de evacuação realizados por ano.			
		Equipar todas as escolas com kits de primeiros socorros e garantir que estejam acessíveis e atualizados.	Avaliação da qualidade dos kits de primeiros socorros nas escolas.			

		Estabelecer um plano de comunicação emergencial com os pais e responsáveis, informando-os rapidamente em caso de acidentes ou emergências.	Tempo médio de resposta em emergências.			
		Incluir no currículo atividades lúdicas que ensinem as crianças sobre segurança pessoal e cuidados preventivos.	Participação das crianças nas atividades (avaliação qualitativa ou quantitativa do engajamento)			
		Criar uma parceria com a Secretaria de Saúde para capacitar equipes de pronto-atendimento e fornecer apoio rápido em situações graves.	Número de parcerias intersetoriais (com a Secretaria de Saúde) para suporte em emergências.			
		Realizar inspeções periódicas das condições físicas das escolas (brinquedos, playgrounds, salas de aula) e corrigir riscos potenciais.	Frequência de inspeções e manutenção das condições físicas das escolas.			
		Monitorar e registrar todos os acidentes ocorridos para avaliar as	Número de acidentes registrados nas escolas de educação infantil.			

		medidas de prevenção e aprimorar os protocolos				
META 14						
a) Reduzir e prevenir a discriminação racial promovendo a Igualdade na Educação Infantil.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Educação, Inclusão e Combate à Discriminação Racial	Promover um ambiente escolar inclusivo e livre de discriminação racial, assegurando que todas as crianças na primeira infância tenham acesso a uma educação que valorize a diversidade racial e cultural.	Capacitar professores e funcionários das escolas de Educação Infantil para identificar e combater práticas racistas, e para promover a igualdade racial em todas as atividades escolares.	Inclusão de conteúdos antirracistas no currículo da Educação Infantil. Percentual de professores e funcionários capacitados em práticas antirracistas.	Secretaria Municipal de Educação - Capacitar 100% dos professores e funcionários das escolas de educação infantil sobre práticas antirracistas em 2 anos.	Trabalhar em conjunto com as Secretarias de Saúde e Assistência Social para identificar e apoiar crianças e famílias que enfrentam discriminação racial, oferecendo suporte psicológico e social.	<p>Curto prazo (2025 - 2026): Capacitação inicial dos professores e funcionários, e desenvolvimento de materiais pedagógicos diversificados.</p> <p>Médio prazo (2025 a 2029): Implementação das rodas de conversa, atividades lúdicas e monitoramento de incidentes de discriminação racial.</p> <p>Longo prazo (2027-2034): Avaliação contínua e ajustes das estratégias implementadas, visando a sustentabilidade das iniciativas e a adaptação a novas necessidades ou desafios.</p>
		Implementar rodas de conversa e atividades lúdicas que promovam o respeito às diferenças e a valorização da diversidade racial desde a primeira infância.	Frequência e participação nas rodas de conversa e atividades lúdicas sobre diversidade racial.			
		Estabelecer um canal de comunicação entre as escolas e as famílias para discutir e abordar questões relacionadas à discriminação racial e à promoção da igualdade racial.				

		Monitorar incidentes de discriminação racial nas escolas e adotar medidas corretivas imediatas para garantir um ambiente seguro e acolhedor para todas as crianças.	Número de incidentes de discriminação racial reportados e resolvidos.			
		Incluir a temática racial nas reuniões de pais e mestres, promovendo a conscientização sobre a importância de combater o racismo desde a primeira infância.	Feedback das famílias sobre as práticas antirracistas nas escolas.			
		Promover parcerias com organizações que atuam na promoção da igualdade racial para desenvolver atividades e materiais de apoio às escolas	Número de parcerias estabelecidas com organizações que promovem a igualdade racial.			

META 15

a) Fazer o melhor uso possível dos espaços internos e externos das instituições de Educação Infantil para favorecer o pleno desenvolvimento das crianças.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Uso Qualificado dos Espaços na Educação Infantil	Assegurar um ambiente acolhedor e inclusivo para todas as crianças, garantindo	Acolher todas as crianças, sem exceção e de forma indistinta, por meio de orientações assertivas aos	Percentual de crianças acolhidas de forma inclusiva e sem distinção nas instituições de ensino.	Educação: Desenvolver orientações e formações para profissionais	Educação, Urbanismo e Cultura: Coordenar esforços para garantir que as crianças	Curto Prazo (2025-2026): Início da implementação das estratégias de acolhimento e

que sejam bem-recebidas e cuidadas indistintamente.	profissionais que atuam nas instituições de ensino e da parceria com as famílias.		sobre acolhimento e organização dos espaços.	possam explorar e aprender em diferentes espaços do território municipal.	diversificação dos espaços de aprendizagem internos.
Diversificar e otimizar a organização dos espaços internos e externos das instituições para ampliar as oportunidades de aprendizagem.	Diversificar a organização dos espaços existentes para que as crianças conheçam, interajam e explorem diferentes locais de aprendizagem.	Número de espaços diversificados e utilizados para atividades de aprendizagem dentro e fora das instituições.	Incentivar a exploração dos espaços externos como parte do currículo escolar. Urbanismo: Colaborar na identificação e adequação de espaços públicos para atividades educacionais.	Implementar formações continuadas para profissionais que integrem conhecimentos de educação, urbanismo e cultura.	Realização das primeiras atividades exploratórias em ambientes externos.
Promover a exploração de ambientes externos às instituições de ensino, permitindo que as crianças interajam com diferentes espaços do território municipal.	Realizar contextos significativos de investigações em ambientes externos às instituições, levando as crianças a se apropriarem dos diferentes espaços do território municipal.	Quantidade de atividades realizadas em ambientes externos que envolvam a exploração do território municipal pelas crianças.	Cultura: Promover o uso de espaços culturais e históricos da cidade como ambientes de aprendizagem.		Médio Prazo (2027-2028): Consolidação do uso regular de espaços externos no currículo de Educação Infantil. Expansão das formações continuadas para incluir metodologias de ensino inovadoras e pedagogia de projetos.
Garantir a formação continuada dos profissionais com foco em metodologias de ensino inovadoras, pedagogia de projetos e acolhimento dos interesses das crianças.	Garantir formação continuada a todos os profissionais que atuam junto às crianças, com foco em metodologias de ensino, pedagogia de projetos e acolhimento dos interesses e curiosidades das crianças.	Número de formações continuadas realizadas para profissionais sobre metodologias de ensino, pedagogia de projetos e acolhimento infantil.			Longo Prazo (2029-2034): Integração completa dos ambientes internos e externos como parte do processo pedagógico, garantindo um uso pleno e inclusivo dos espaços para o desenvolvimento infantil.

META 16

a) Elaborar, através da nutricionista do município, cardápios adequados para cada faixa etária, visando a alimentação saudável de todos os alunos.

b) Garantir a formação contínua das merendeiras responsáveis pela preparação dos alimentos.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado	
Nutrição e Educação Alimentar na Primeira Infância	Assegurar a oferta de uma alimentação balanceada e nutritiva para todas as crianças, adequada às necessidades de cada faixa etária.	Trabalhar juntamente com os profissionais da educação visando à conscientização das crianças sobre alimentação saudável, integrando o tema ao currículo escolar.	Percentual de cardápios adequados e revisados pela nutricionista do município, implementados em todas as instituições de Educação Infantil.	<p>Educação:</p> <p>Integrar atividades sobre alimentação saudável ao currículo e capacitar os profissionais para trabalharem o tema com as crianças.</p> <p>Saúde:</p> <p>Colaborar na elaboração e revisão dos cardápios, garantindo que as necessidades nutricionais sejam atendidas.</p> <p>Assistência Social:</p> <p>Apoiar as famílias na adoção de práticas alimentares saudáveis em casa, especialmente em contextos de vulnerabilidade.</p> <p>Educação e Saúde:</p> <p>Educação para gerenciar a implementação dos cardápios</p>	<p>Educação, Saúde e Assistência Social:</p> <p>Coordenar a elaboração e implementação dos cardápios, além de promover ações integradas de conscientização sobre alimentação saudável tanto nas escolas quanto nas comunidades.</p> <p>Educação, Saúde e Assistência Social:</p> <p>Colaborar para promover um ambiente educacional que suporte a saúde e o bem-estar das crianças, engajando as famílias e a comunidade na importância da nutrição infantil.</p>	<p>Curto Prazo (2025-2026):</p> <p>Elaboração dos cardápios pela nutricionista e início das atividades educativas com as crianças.</p> <p>Realização das primeiras reuniões de conscientização com as famílias.</p> <p>Desenvolvimento dos cardápios e início do programa de formação das merendeiras, incluindo aspectos específicos de manipulação de alimentos para crianças.</p> <p>Médio Prazo (2027-2028):</p> <p>Consolidação das práticas de alimentação saudável nas escolas, com cardápios adequados e revisados regularmente.</p>	
	Promover a conscientização das crianças sobre a importância de hábitos alimentares saudáveis desde a primeira infância.	Conscientizar as famílias através de reuniões de pais ou responsáveis sobre a importância de uma alimentação equilibrada, proporcionando orientações práticas.	Número de atividades educativas realizadas com as crianças sobre alimentação saudável.				
	Engajar e conscientizar as famílias sobre a importância da alimentação saudável, incentivando práticas alimentares adequadas em casa.	Elaborar e revisar os cardápios regularmente para garantir que atendam às necessidades nutricionais das diferentes faixas etárias, em colaboração com a	Percentual de famílias engajadas nas reuniões e atividades de conscientização sobre alimentação saudável.				

		nutricionista do município.		e a formação das merendeiras; Saúde para supervisionar os aspectos nutricionais e garantir a adequação das dietas.		Expansão das atividades de conscientização e engajamento das famílias. Avaliação e ajuste dos cardápios e expansão do programa de formação, baseado no feedback e nos resultados das avaliações nutricionais. Longo Prazo (2029-2034): Integração plena das práticas de alimentação saudável na rotina das instituições de Educação Infantil, com forte engajamento das famílias e impacto positivo na saúde das crianças. Consolidação dos cardápios nutricionalmente adequados e da formação continuada das merendeiras como padrão de operação dentro das escolas de Educação Infantil do município.
	Capacitar as merendeiras para prepararem refeições que respeitem as necessidades nutricionais específicas das crianças pequenas.	Elaborar cardápios específicos por faixa etária, considerando as diretrizes nutricionais para uma alimentação saudável, com a supervisão de uma nutricionista.	Qualidade dos cardápios elaborados, medido através de avaliações nutricionais periódicas. Número de formações realizadas e a participação das merendeiras nestas formações.			
		Programa contínuo de formação para merendeiras, incluindo cursos sobre nutrição infantil, técnicas de cozinha saudável e segurança alimentar. Especificamente, o treinamento abrangerá o corte adequado de alimentos, a seleção e o tamanho dos alimentos, e métodos de preparo apropriados para as diferentes faixas etárias.	Satisfação e aceitação das refeições por parte dos alunos, coletadas através de feedback regular.			
META 17						
a) Fortalecer o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) para assegurar uma nutrição adequada e atender às demandas individuais de alimentação na primeira infância.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado

Fortalecimento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE)	Aprimorar a elaboração de cardápios no CAE, focando nas necessidades nutricionais específicas das crianças na primeira infância e considerando demandas individuais.	Elaborar cardápios considerando a faixa etária da primeira infância, garantindo que as refeições sejam adequadas ao desenvolvimento nutricional das crianças.	Adequação dos cardápios às necessidades nutricionais das crianças, avaliada por nutricionistas.	Educação e Saúde: Educação para implementar os cardápios desenvolvidos pelo CAE e Saúde para monitorar a nutrição e o bem-estar das crianças na primeira infância.	Educação, Saúde e Assistência Social: Trabalhar de forma integrada para garantir que todas as necessidades alimentares e nutricionais das crianças sejam atendidas, com um foco especial em crianças com demandas dietéticas especiais.	<p>Curto Prazo (2025-2026): Revisão e atualização dos primeiros cardápios, incluindo treinamento relevante para os membros do CAE.</p> <p>Médio Prazo (2027-2028): Avaliação contínua dos cardápios e das práticas alimentares, com ajustes baseados em feedback e novas diretrizes nutricionais.</p> <p>Longo Prazo (2029-2034): Consolidação das práticas do CAE como modelo de excelência em alimentação escolar, com um sistema estabelecido para revisões regulares e inclusão de feedback contínuo de pais e cuidadores.</p>
	Assegurar que as práticas do CAE estejam alinhadas com as diretrizes de saúde e educação, para promover uma alimentação saudável e inclusiva.	Incluir demandas individuais na elaboração do cardápio, como alergias alimentares, intolerâncias ou necessidades dietéticas especiais, com o apoio de profissionais qualificados como nutricionistas.	Satisfação dos pais e cuidadores com os cardápios oferecidos, medido através de pesquisas de opinião. Número de ajustes realizados nos cardápios para atender às demandas individuais das crianças.			

META 18

a) Informar e sensibilizar a sociedade e as famílias sobre os efeitos nocivos da exposição precoce das crianças na primeira infância aos meios de comunicação.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Sensibilização sobre os Efeitos da Exposição Precoce à Mídia	Promover o debate e a conscientização sobre os impactos da exposição precoce à mídia nas escolas,	Inserção da temática nas rodas de conversa nas escolas, organizando sessões informativas e	Número de rodas de conversa realizadas sobre o tema nas escolas.	Educação: Facilitar e promover encontros e debates sobre a exposição à mídia, assegurando que sejam	Educação, Saúde e Comunicação Social: Trabalhar juntos para desenvolver materiais de	Curto Prazo (2025-2026): Implementação das primeiras rodas de conversa e sessões educativas nas escolas.

na Primeira Infância.	envolvendo pais, educadores e a comunidade.	debates com especialistas em psicologia infantil, educação e mídia para discutir os efeitos da exposição precoce à mídia.	Participação de pais e profissionais da educação nas discussões.	parte integrante da formação de pais e educadores.	apoio e programas educativos que alertem sobre os riscos da exposição precoce à mídia e promovam práticas de consumo mediático saudável para crianças.	<p>Médio Prazo (2027-2028): Avaliação do impacto das sessões, com ajustes conforme necessário, e ampliação para mais escolas e comunidades.</p> <p>Longo Prazo (2029-2034): Estabelecimento de uma prática contínua e robusta de educação e sensibilização sobre o consumo de mídia na primeira infância, com forte envolvimento comunitário e apoio Intersetorial.</p>
	Incorporar a discussão sobre mídia e infância como parte do diálogo regular nas escolas e na comunidade.		Nível de mudança na percepção dos participantes antes e depois das sessões, avaliado através de questionários.			

META 19

a) Ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Envolvimento Familiar e Social na Valorização dos Cuidados e Vínculos na Primeira Infância	Fomentar a participação ativa das famílias no ambiente escolar, reforçando os vínculos entre escolas, crianças e pais ou responsáveis.	Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, estreitando as relações entre escolas e famílias.	Percentual de pais ou responsáveis envolvidos em atividades escolares e reuniões.	Educação: Integrar as famílias nas atividades educativas e nos processos decisórios da escola, garantindo sua participação ativa e informada.	Educação, Saúde e Assistência Social: Trabalhar de forma integrada para proporcionar um suporte abrangente às famílias, assegurando que todos os	Curto Prazo (2025-2026): Lançamento dos programas de orientação e das campanhas de comunicação. Início das atividades para promover a participação das famílias nas escolas.

	Incorporar as famílias nos processos decisórios e criativos da escola, como membros de Conselho Escolar e na elaboração de projetos pedagógicos.	Promover a participação das famílias como o Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres, e na construção do projeto pedagógico.	Nível de participação das famílias em Conselho Escolares e na construção de projetos pedagógicos.	Saúde e Assistência Social: Colaborar nos programas de orientação e apoio às famílias, proporcionando uma abordagem holística ao desenvolvimento infantil.	aspectos do desenvolvimento infantil sejam abordados. Criar um plano de comunicação efetivo sobre a importância do desenvolvimento integral na primeira infância, visando informar e envolver toda a comunidade.	Médio Prazo (2027-2028): Consolidação da participação das famílias nos colegiados escolares e nas atividades lúdicas integradas nos projetos pedagógicos. Longo Prazo (2029-2034): Avaliação dos impactos das estratégias implementadas e ajustes necessários para garantir a sustentabilidade das ações e a contínua valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância.
	Enriquecer os projetos pedagógicos com atividades que valorizem o brincar, reconhecendo os pais e responsáveis como parceiros ativos nessas atividades.	Incluir no Projeto Pedagógico o envolvimento das famílias em atividades lúdicas, organizando tempos e espaços para o brincar, com adultos também como participantes ativos.	Número de iniciativas pedagógicas que incluem o brincar como elemento fundamental, com a participação das famílias.	Incorporar as famílias nos processos decisórios e criativos da escola, como membros de Conselho Escolar e na elaboração de projetos pedagógicos. Informações sobre a importância dos primeiros anos de vida, por meio de um plano de comunicação eficaz.		
	informações sobre a importância dos primeiros anos de vida, por meio de um plano de comunicação eficaz.	Criar um plano de comunicação efetivo sobre a importância do desenvolvimento integral na primeira infância, visando informar e envolver toda a comunidade.	Alcance e impacto das campanhas de comunicação sobre o desenvolvimento integral na primeira infância.			
META 20						
a) Assegurar o direito ao brincar aos bebês e crianças em ambientes escolares e comunitários.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado

Direito ao Brincar para Bebês e Crianças	Promover ambientes lúdicos e seguros nas unidades escolares e em espaços públicos da cidade que incentivem as crianças a brincar livremente.	Oportunizar espaços e tempos que favoreçam as brincadeiras, nas unidades escolares e em diferentes espaços na cidade, garantindo que estes locais sejam seguros e acessíveis para todas as crianças.	Número de espaços adaptados para o brincar nas unidades escolares e em áreas públicas.	Educação: Implementar e manter espaços lúdicos nas escolas e assegurar que o brincar esteja integrado no currículo escolar. Planejamento Urbano: Colaborar na criação e manutenção de espaços públicos seguros e estimulantes para o brincar.	Educação, Planejamento Urbano, Cultura e Saúde: Trabalhar conjuntamente para promover ambientes que suportem o desenvolvimento integral das crianças através do brincar, considerando a saúde, segurança e bem-estar.	Curto Prazo (2025-2026): Planejamento e início da adaptação de espaços nas escolas e na comunidade para favorecer o brincar. Médio Prazo (2027-2028): Ampliação dos espaços lúdicos nas unidades escolares e nos espaços públicos, com atividades regulares programadas para incentivar o brincar. Longo Prazo (2029-2034): Consolidação dos espaços de brincar como uma parte integrante e reconhecida do ambiente urbano e escolar, com avaliação contínua da eficácia e do impacto desses espaços no desenvolvimento infantil.
	Integrar o brincar como parte fundamental do desenvolvimento infantil nas práticas pedagógicas das unidades escolares.		Frequência de atividades lúdicas organizadas nas unidades escolares e na comunidade.			

META 21

a) Realizar a 'Semana do Bebê' como um evento anual destinado a reforçar a importância dos primeiros anos de vida e assegurar atenção adequada às necessidades das crianças de até 6 anos no município.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
---------------	-----------	-------------	------------------------------	---------------	--------------------	----------------

Semana do Bebê - Promoção dos Direitos à Sobrevivência e Desenvolvimento Infantil	Promover a conscientização sobre os direitos das crianças pequenas, focando em saúde, nutrição, educação inicial e proteção.	Organizar eventos educativos e workshops durante a 'Semana do Bebê', com a participação de especialistas em desenvolvimento infantil, saúde e nutrição.	Número de atividades realizadas e sua diversidade durante a 'Semana do Bebê'. Participação da comunidade nos eventos e atividades. Avaliação do impacto das iniciativas sobre o conhecimento e práticas da comunidade relacionadas ao cuidado infantil. Feedback dos participantes sobre a utilidade e relevância das informações e atividades oferecidas.	Saúde e Educação: Assegurar que as ações da 'Semana do Bebê' sejam integradas aos serviços de saúde e educação existentes, fortalecendo os programas de atendimento à primeira infância.	Saúde, Educação, Assistência Social, e Cultura: Trabalhar em conjunto para criar um ambiente coeso e integrado que apoie o desenvolvimento infantil em todas as dimensões.	<p>Curto Prazo (2025-2026): Planejamento e primeira realização da 'Semana do Bebê'.</p> <p>Médio Prazo (2027-2028): Avaliação e expansão das atividades, ajustando estratégias para aumentar o engajamento e o impacto.</p> <p>Longo Prazo (2029-2034): Consolidação da 'Semana do Bebê' como um marco anual eficaz e reconhecido no calendário municipal, com políticas robustas para suportar suas iniciativas.</p>
	Engajar a comunidade, profissionais de saúde, educação e assistência social na promoção de práticas que apoiem o desenvolvimento saudável das crianças.	Desenvolver e distribuir materiais informativos sobre cuidados com a primeira infância para pais, cuidadores e a comunidade em geral.				
	Estabelecer a 'Semana do Bebê' como um evento chave na agenda municipal para revisão e renovação de políticas públicas voltadas para a primeira infância.	Realizar campanhas de saúde pública focadas em vacinação, nutrição e desenvolvimento cognitivo das crianças. Promover parcerias com organizações locais e nacionais para ampliar o alcance e o impacto das atividades.				

META 22

a) Criar uma lei municipal que adapte e implemente a Lei Federal Nº 14.826/2024, estabelecendo a Semana do Brincar nas instituições de Educação Infantil do município.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Implementação da Lei Federal Nº	Institucionalizar a Semana do Brincar no calendário	Desenvolver e promulgar uma lei municipal que	Número de instituições participantes na Semana do Brincar.	Educação:	Educação, Cultura e Desenvolvimento Social:	Curto Prazo (2025-2026):

<p>14.826 de 20 de Março de 2024.</p>	<p>educacional municipal, garantindo que todas as instituições de Educação Infantil participem ativamente. Promover o brincar como uma atividade fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, alinhando com as diretrizes nacionais para valorização das práticas lúdicas na educação.</p>	<p>detalhe a realização da Semana do Brincar, incluindo objetivos, métodos de implementação e obrigações das instituições educacionais.</p> <p>Realizar workshops e formações para educadores sobre a importância do brincar e como integrar efetivamente atividades lúdicas no currículo.</p> <p>Mobilizar parcerias com organizações locais e empresas para apoiar e enriquecer as atividades da Semana do Brincar com recursos e eventos especiais.</p> <p>Lançar campanhas de conscientização para pais e comunidade sobre os benefícios do brincar para o desenvolvimento infantil, incentivando a participação e o</p>	<p>Engajamento de educadores e pais, medido por participação em eventos e atividades planejadas.</p> <p>Impacto percebido no desenvolvimento das crianças, através de feedback dos educadores e avaliações comportamentais.</p>	<p>Assegurar que todas as escolas implementem a Semana do Brincar, integrando-a como parte essencial do calendário escolar.</p>	<p>Colaborar para promover uma abordagem integrada que reconheça e valorize o brincar como uma ferramenta de aprendizagem e desenvolvimento.</p>	<p>Redação, discussão e aprovação da lei municipal; início das primeiras formações e campanhas de sensibilização.</p> <p>Médio Prazo (2027-2028): Implementação plena da Semana do Brincar em todas as escolas do município, com monitoramento e ajuste contínuo das atividades.</p> <p>Longo Prazo (2029-2034): Avaliação de longo prazo do impacto da Semana do Brincar na educação infantil, consolidando-a como um evento anual valorizado e bem estabelecido no contexto educacional municipal.</p>
---------------------------------------	---	--	---	---	--	--

		engajamento durante a semana especial.				
META 23						
a) Criar e realizar edições regulares de 'Ruas de Brincar', transformando espaços urbanos em áreas lúdicas seguras e acessíveis para a primeira infância.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Ruas de Brincar - Criação e Realização de Espaços Lúdicos Urbanos	Fomentar a ocupação lúdica e segura das ruas e praças públicas pelas crianças, promovendo sua participação ativa.	Desenvolver e promulgar uma lei municipal que detalhe a realização da Semana do Brincar, incluindo objetivos, métodos de implementação e obrigações das instituições educacionais.	Número de 'Ruas de Brincar' realizadas anualmente. Participação das crianças em cada edição, medido pelo número de participantes da primeira infância.	Planejamento Urbano e Educação: Colaborar para transformar espaços públicos em áreas seguras para jogos e atividades lúdicas, integrando planejamento urbano e políticas educacionais.	Educação, Cultura, Esporte e Planejamento Urbano: Integrar esforços para oferecer uma infraestrutura que suporte as 'Ruas de Brincar', promovendo interações culturais, físicas e sociais benéficas para o desenvolvimento das crianças.	<p>Curto Prazo (2025-2026): Planejamento inicial e realização das primeiras edições das 'Ruas de Brincar'.</p> <p>Médio Prazo (2027-2028): Expansão das atividades para mais áreas da cidade e ajustes baseados no feedback dos participantes e nas análises de participação.</p> <p>Longo Prazo (2029-2034): Consolidação das 'Ruas de Brincar' como uma iniciativa permanente e integrada ao calendário cultural e educacional da cidade, com ampla participação e reconhecimento da comunidade.</p>
	Realizar eventos para manter a continuidade e o impacto das atividades lúdicas.	Realizar workshops e formações para educadores sobre a importância do brincar e como integrar efetivamente atividades lúdicas no currículo. Mobilizar parcerias com organizações locais e empresas para apoiar e enriquecer as atividades da Semana do Brincar com recursos e eventos especiais.	Feedback dos participantes e observações sobre o engajamento das crianças e a segurança dos eventos.			

	Monitorar e quantificar a participação da primeira infância nos eventos para avaliar o alcance e a eficácia das iniciativas.	Lançar campanhas de conscientização para pais e comunidade sobre os benefícios do brincar para o desenvolvimento infantil, incentivando a participação e o engajamento durante a semana especial.				
--	--	---	--	--	--	--

META 24

a) Desenvolver e enriquecer espaços destinados ao lazer e ao desenvolvimento lúdico de crianças na primeira infância.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersectorial	Tempo Estimado
Construção e Manutenção de Espaços de Lazer para Crianças na Primeira Infância	Preservar e aumentar a oferta de espaços lúdicos e culturais nas comunidades, garantindo locais adequados para o lazer das crianças.	Preservar os espaços lúdicos, culturais e de lazer para aumentar gradualmente a oferta, assegurando que esses espaços sejam seguros e acessíveis.	Número de espaços lúdicos preservados e criados nas escolas e comunidades.	Educação e Cultura: Desenvolver espaços que incentivem o lazer e a cultura local, oferecendo ambientes seguros e estimulantes para o brincar.	Educação, Cultura, Planejamento Urbano e Assistência Social: Cooperar para garantir que todos os espaços de lazer sejam integrativos, seguros e culturalmente enriquecedores, apoiando o desenvolvimento integral das crianças.	Curto Prazo (2025-2026): Planejamento e início da implementação das brinquedotecas e da revitalização dos espaços lúdicos existentes.
	Implementar brinquedotecas em todas as escolas para proporcionar ambientes ricos em estímulos lúdicos.	Disseminar a organização de brinquedotecas nas escolas, proporcionando um ambiente enriquecido para o desenvolvimento lúdico.	Quantidade de brinquedotecas implementadas em instituições educacionais.	Planejamento Urbano: Apoiar no design e manutenção de espaços públicos adequados para o lazer infantil.		Médio Prazo (2027-2028): Avaliação do impacto das brinquedotecas e expansão das atividades que resgatam brincadeiras tradicionais.

	Envolver as famílias na manutenção e preservação dos espaços de lazer destinados às crianças.	Preservar os espaços destinados à primeira infância, com a contribuição ativa das famílias na manutenção e melhorias desses locais.	Nível de envolvimento das famílias na preservação e uso dos espaços de lazer.			Longo Prazo (2029-2034): Consolidação de uma cultura comunitária que valoriza e mantém espaços de lazer para crianças, com a participação ativa das famílias e da sociedade.
	Integrar práticas e conhecimentos lúdicos nos programas de formação continuada de professores e outros profissionais que trabalham com crianças.	Incluir os conteúdos, informações e práticas lúdicas nos programas de formação continuada de professores e outros profissionais que atuam com crianças de até 6 anos.	Participação de professores e profissionais em programas de formação que incluem conteúdos lúdicos.			
	Resgatar e valorizar brincadeiras tradicionais da comunidade, fortalecendo a identidade cultural local e o desenvolvimento infantil.	Valorizar e resgatar as antigas brincadeiras das comunidades do município, integrando-as em atividades escolares e comunitárias para fortalecer o patrimônio cultural.	Realização de eventos e atividades que promovem brincadeiras tradicionais.			

META 25

a) Promover capacitação em política socioambiental para o respeito e a garantia de sustentabilidade dos recursos naturais.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Educação Socioambiental e Sustentabilidade	Capacitar os profissionais da educação para desenvolver práticas pedagógicas que	Promover formação continuada para todos os profissionais da educação	Número de formações continuadas realizadas anualmente com foco	Educação: Garantir a inclusão da educação socioambiental no	Educação, Meio Ambiente e Finanças:	Curto Prazo (2025-2026): Início das formações continuadas e desenvolvimento

	promovam a sustentabilidade e o respeito aos recursos naturais.	anualmente, garantindo que o tema da sustentabilidade esteja integrado ao plano de ensino e orçamento anual.	em política socioambiental e sustentabilidade. Percentual de profissionais da educação capacitados em práticas pedagógicas voltadas para a sustentabilidade.	plano de ensino e proporcionar formações adequadas aos profissionais. Meio Ambiente: Oferecer suporte técnico e materiais para as formações e desenvolvimento de práticas pedagógicas sustentáveis. Finanças: Assegurar que os recursos necessários para as formações e materiais pedagógicos estejam previstos no orçamento anual.	Trabalhar em conjunto para garantir que a educação socioambiental esteja plenamente integrada ao currículo, com os recursos financeiros e técnicos necessários assegurados.	dos primeiros materiais pedagógicos sobre sustentabilidade. Incorporação da educação socioambiental no plano de ensino anual. Médio Prazo (2027-2028): Consolidação das práticas pedagógicas voltadas para a sustentabilidade nas escolas. Expansão das formações para incluir novas temáticas e abordagens relacionadas à política socioambiental. Longo Prazo (2029-2034): Integração total da educação socioambiental no currículo da Educação Infantil, com profissionais capacitados e práticas sustentáveis enraizadas na rotina escolar.
	Integrar a educação socioambiental ao currículo da Educação Infantil, assegurando que as crianças compreendam a importância da preservação ambiental desde cedo.	Desenvolver materiais pedagógicos que apoiem a implementação de práticas sustentáveis nas instituições de Educação Infantil.	Integrar a educação socioambiental ao currículo da educação infantil, assegurando que as crianças compreendam a importância da preservação ambiental desde cedo.			
		Incorporar a temática socioambiental nas atividades diárias e nos projetos pedagógicos das instituições de Educação Infantil.				

META 26

a) Educar crianças sobre o descarte correto e a importância da separação adequada do lixo.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
---------------	-----------	-------------	------------------------------	---------------	--------------------	----------------

Educação Ambiental e Sustentabilidade	Ensinar as crianças sobre as práticas corretas de descarte e reciclagem para promover a consciência ambiental desde a primeira infância.	Contratar profissionais especializados para realizar abordagens lúdicas e educativas sobre a importância da reciclagem e o impacto ambiental do descarte inadequado.	Número de profissionais especializados contratados para realizar abordagens educativas.	Educação: Incorporar a educação ambiental no currículo escolar de forma contínua e interativa. Meio Ambiente: Facilitar o acesso a instalações de gerenciamento de resíduos para fins educacionais e fornecer especialistas para as visitas técnicas.	Educação e Meio Ambiente: Instituto Terra: Colaborar para criar programas educacionais que integrem conhecimento prático e teórico sobre sustentabilidade e gestão de resíduos.	Curto Prazo (2025-2026): Recrutamento dos profissionais e desenvolvimento dos primeiros materiais educativos. Organização das primeiras visitas técnicas ao aterro sanitário.
	Desenvolver habilidades práticas e conhecimento sobre os impactos ambientais dos diferentes tipos de resíduos.	Desenvolver um roteiro contendo informações embasado em fatos relevantes sobre os prejuízos causados ao meio ambiente por cada um dos tipos de lixo, com a colaboração da equipe de educação ambiental.	Quantidade de materiais educativos desenvolvidos e distribuídos para as crianças.			Médio Prazo (2027-2028): Expansão do programa educacional para incluir mais escolas e unidades educativas. Avaliação e ajuste do material educativo e das atividades práticas baseadas no feedback recebido.
	Fornecer experiências educativas diretas relacionadas ao gerenciamento de resíduos através de visitas técnicas.	Realizar visitas técnicas com abordagens lúdicas com as crianças ao Aterro Sanitário Municipal para aprofundar o entendimento sobre o descarte adequado de resíduos.	Número de visitas técnicas realizadas ao aterro sanitário e outras instalações de gerenciamento de resíduos.			Longo Prazo (2029-2034): Consolidação da educação ambiental como parte integrante da formação básica das crianças na rede de Educação Infantil, com um foco contínuo na sustentabilidade e no envolvimento comunitário ativo.
META 27						
a) Promover o cultivo de hortas e jardins em espaços verdes disponíveis para as crianças, incentivando a interação com a natureza e a conscientização ambiental desde a primeira infância.						

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Educação Ambiental através do Cultivo de Hortas e Jardins	Facilitar o acesso das crianças à agricultura prática através do cultivo de plantas em escolas e espaços públicos.	Adquirir mudas para a realização dos plantios nas escolas e em praças públicas, selecionando espécies adequadas para cada ambiente.	Número de hortas e jardins estabelecidos nas escolas e espaços públicos.	Educação: Implementar programas de formação contínua que incluam educação ambiental e gestão de hortas escolares. Meio Ambiente e Urbanismo: Apoiar a implementação e manutenção de hortas em espaços urbanos, assegurando recursos e expertise técnica.	Educação, Meio Ambiente, Urbanismo e Saúde: Instituto Terra: Integrar esforços para promover a saúde e o bem-estar das crianças através de atividades práticas que envolvam o cultivo de plantas e a educação ambiental.	Curto Prazo (2025-2026): Planejamento e aquisição de mudas, início das primeiras plantações, e primeiras sessões de capacitação para professores. Médio Prazo (2026-2027): Expansão dos projetos de hortas para mais escolas e comunidades, avaliação inicial do impacto das hortas no aprendizado das crianças. Longo Prazo (2028-2034): Consolidação dos projetos de hortas como parte integrante do currículo escolar, com estruturas sustentáveis e ampla participação comunitária, garantindo a continuidade e a expansão dos benefícios educacionais e ambientais.
	Fomentar a colaboração entre as secretarias de educação, meio ambiente e urbanismo para sustentar projetos de hortas escolares e comunitárias.	Estabelecer parcerias com outras secretarias (como Meio Ambiente e Urbanismo) para garantir o cuidado contínuo e a sustentabilidade das hortas e jardins após a plantação.	Participação de escolas e comunidades nos projetos de plantio e manutenção das hortas.			
	Capacitar professores e outros profissionais da educação para integrar a educação ambiental em suas práticas pedagógicas.	Capacitar os profissionais da Educação para desenvolverem habilidades em educação ambiental, focando em métodos de agricultura urbana e sustentabilidade.	Número de profissionais da educação capacitados em educação ambiental focada em agricultura urbana.			

META 28

a) Promover cursos e oficinas de aperfeiçoamento sobre as questões da sustentabilidade, destinados aos profissionais e demais operadores da Educação Infantil.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
---------------	-----------	-------------	------------------------------	---------------	--------------------	----------------

Desenvolvimento Sustentável e Capacitação Profissional na Educação Infantil	Integrar a sustentabilidade de forma transversal na formação dos profissionais da Educação Infantil, assegurando que adquiram competências para implementar práticas sustentáveis em suas atividades cotidianas.	Incluir na agenda anual de capacitação e treinamento dos profissionais, cursos específicos sobre sustentabilidade, abordando temas como reciclagem, uso consciente de recursos, preservação ambiental e práticas pedagógicas que incorporem estes conceitos.	Número de cursos e oficinas realizados anualmente sobre sustentabilidade.	Educação: Desenvolver e implementar um currículo contínuo de capacitação que inclua a sustentabilidade como um pilar central na formação de educadores.	Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social: Instituto Terra Colaborar para que a formação em sustentabilidade seja abrangente e interdisciplinar, engajando outros setores para enriquecer o conteúdo e a aplicação dos cursos.	<p>Curto Prazo (2025-2026): Desenvolvimento e lançamento dos primeiros cursos e oficinas sobre sustentabilidade.</p> <p>Médio Prazo (2027-2028): Avaliação e expansão do programa de capacitação, ajustando e adicionando temas conforme a necessidade e o feedback dos participantes.</p> <p>Longo Prazo (2029-2034): Consolidação de um programa robusto e contínuo de capacitação em sustentabilidade para profissionais da Educação Infantil, com impactos mensuráveis nas práticas pedagógicas e na consciência ambiental das comunidades escolares.</p>
	Fortalecer o conhecimento e as habilidades dos educadores sobre temas de sustentabilidade, para que possam educar as crianças sobre a importância de cuidados ambientais desde a primeira infância.		Participação dos profissionais da Educação Infantil nos cursos e oficinas oferecidos.			

8.3 Assistência Social

META 29						
a) Proporção de crianças de 0 a 5 anos em situação domiciliar de extrema pobreza.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Pobreza Infantil	Reduzir o número de crianças de 0 a 5 anos em situação de extrema pobreza.	Ampliação de programas de transferência de renda e fortalecimento das políticas de assistência social.	Proporção de crianças de 0 a 5 anos em situação domiciliar de extrema pobreza.	Assistência Social Reduzir a proporção em 10% até o próximo ano.	Assistência Social Integrar ações com Saúde e Educação para suporte familiar integral.	Curto Prazo (2025) Médio Prazo (2026-2027) Longo Prazo (2028-2034)
META 30						
a) Proporção de crianças de 0 a 5 anos beneficiárias do programa Bolsa Família.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Inclusão Social	Aumentar a cobertura do Bolsa Família entre as crianças de 0 a 5 anos.	Identificação ativa de famílias elegíveis e facilitação do cadastro.	Proporção de crianças de 0 a 5 anos beneficiárias do Bolsa Família.	Assistência Social Cobrir 95% das crianças de 0 a 5 anos em situação de pobreza até o fim do próximo ano.	Assistência Social Colaborar com Educação e Saúde para garantir que famílias elegíveis sejam incluídas no programa.	Curto Prazo (2025) Médio Prazo (2026-2027) Longo Prazo (2028-2034)
META 31						
a) Proporção de indivíduos visitados pelo Programa Criança Feliz em relação à meta pactuada.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Desenvolvimento Infantil	Atingir 100% da meta de visitas do programa Criança Feliz.	Reforço de equipes de visitação domiciliar e acompanhamento regular das famílias.	Percentual de visitas realizadas em comparação à meta pactuada.	Assistência Social Atingir 100% da meta de visitas anuais.	Assistência Social Parceria com saúde e Educação para otimizar as visitas e garantir eficácia.	Curto Prazo (2025) Médio Prazo (2026-2027) Longo Prazo (2028-2034)
META 32						
a) Número de crianças em situação de acolhimento.						

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Proteção Infantil	Reduzir o número de crianças em situação de acolhimento institucional.	Ampliação de políticas de reintegração familiar e prevenção de abandono.	Número de crianças em acolhimento institucional.	Assistência Social Reduzir o número em 15% até o próximo ano.	Assistência Social Parceria com serviços de proteção social e conselhos tutelares.	Curto Prazo (2025) Médio Prazo (2026-2027) Longo Prazo (2028-2034)
META 33						
a) Cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Acesso à Assistência Social	Ampliar a cobertura dos CRAS em áreas vulneráveis.	Construção de novos CRAS e aumento da capacidade dos existentes.	Percentual de cobertura do CRAS em áreas vulneráveis.	Assistência Social Aumentar a cobertura para 85% das áreas identificadas como prioritárias.	Assistência Social Colaborar com outras áreas para identificar necessidades específicas da população.	Curto Prazo (2025) Médio Prazo (2026-2027) Longo Prazo (2028-2034)

8.4 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

META 34						
a) Implantar Espaços de Lazer e Cultura para a Primeira Infância.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersectorial	Tempo Estimado
INFRAESTRUTURA E ACESSO	Oferecer espaços dedicados para atividades culturais e recreativas.	Parcerias Locais: Formar parcerias com escolas, ONGs e centros culturais para o desenvolvimento dos espaços.	Número de novos espaços criados ou revitalizados.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo: Criar ou revitalizar espaços.	Colaborar com Secretarias de Educação, Saúde e Cultura para garantir a integração dos espaços.	<p>Curto Prazo (2025): Planejamento, design e início das obras de revitalização.</p> <p>Médio Prazo (2025 - 2028): Conclusão das obras e lançamento das atividades programáticas.</p> <p>Longo Prazo (2029 - 2030): Avaliação dos impactos nos desenvolvimentos social, físico e cognitivo das crianças e ajustes conforme necessários.</p>
	Garantir que esses espaços sejam seguros e acessíveis para crianças de 0 a 6 anos.	Infraestrutura Adequada: Investir na construção ou revitalização de espaços, com brinquedos educativos, áreas para atividades culturais e equipamentos de segurança.	Número de crianças que frequentam esses espaços.			
		Manutenção e Acessibilidade: Garantir a manutenção regular e a acessibilidade dos espaços para todas as crianças.	Nível de satisfação das famílias e dos profissionais envolvidos.			
META 35						

a) Implantar parques para a primeira infância.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Desenvolvimento Infantil e Educação	Proporcionar espaços seguros e adequados para o desenvolvimento físico, social e cognitivo das crianças na primeira infância (0 a 6 anos).	Diagnóstico e mapeamento das áreas: Realizar um levantamento das áreas disponíveis na cidade e nos distritos, identificando locais que possam ser utilizados para a instalação dos parques.	Número de parques infantis construídos ou revitalizados.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e Assistência Social; Construir ou revitalizar parques infantis em áreas urbanas e rurais do município, especificamente projetados para a primeira infância.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, Saúde, Educação e Assistência Social: Integrar os parques infantis com atividades de promoção da saúde, campanhas de vacinação e programas de nutrição, visando o atendimento integral da criança na primeira infância.	<p>Curto Prazo (2025 a 2026): Realização do diagnóstico e mapeamento das áreas. Elaboração dos projetos de arquitetura e paisagismo. Estabelecimento de parcerias e obtenção de financiamento inicial.</p> <p>Médio Prazo (2027 a 2029): Construção e/ou revitalização de parques em áreas prioritárias do município (na sede e em distrito). Implementação de programas comunitários de engajamento e preservação.</p> <p>Longo Prazo (2030a 2032): Conclusão da construção ou revitalização dos parques infantis. Avaliação dos impactos do projeto na comunidade e</p>
	Garantir o direito ao brincar, conforme previsto pelo Plano Nacional pela Primeira Infância e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).	Projeto de arquitetura e paisagismo: Desenvolver projetos específicos para cada parque, considerando as características da primeira infância, com brinquedos educativos, áreas de sombra, pisos emborrachados e acessibilidade.	Número de crianças atendidas nos parques.			
	Promover a integração social e a convivência comunitária através de espaços públicos inclusivos e acessíveis.	Parcerias e financiamento: Buscar parcerias com a iniciativa privada e ONGs para financiamento e manutenção dos parques. Utilizar recursos de emendas parlamentares,	Nível de satisfação da comunidade em relação aos parques (por meio de pesquisas).			

		programas estaduais e federais voltados para a infância.				possíveis expansões para outras áreas do município
		Engajamento comunitário: Envolver as famílias e a comunidade na construção e na preservação dos parques, promovendo oficinas e eventos de conscientização sobre a importância do brincar na primeira infância.	Acessibilidade dos parques (verificada por meio de auditorias).			
		Capacitação: Treinar profissionais da educação e do serviço social para o acompanhamento e o uso pedagógico dos parques.				

META 36

a) Desenvolvimento e Expansão de Programas Culturais para a Primeira Infância.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersectorial	Tempo Estimado
Educação Cultural e Acesso	Enriquecer a experiência cultural das crianças na primeira infância.	Criação/revitalização de Centros Culturais Infantis: Estabelecer centros culturais dedicados à primeira infância, oferecendo atividades como contação de histórias,	Número de centros culturais estabelecidos e ativos.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo: Estabelecer centros culturais na cidade e nos distritos.	Trabalhar com as secretarias de educação, cultura e assistência social.	Curto Prazo (2025): Conclusão da fase de pesquisa e início do desenvolvimento dos programas.

		teatro infantil e artes plásticas.				<p>Médio Prazo ((2026 a 2028): Implementação completa dos programas e início das avaliações iniciais.</p> <p>Longo Prazo (2029 a 2032): Revisão e expansão dos programas com base na avaliação de impacto e demanda comunitária.</p>
	Facilitar o acesso das crianças a diversas formas de expressão cultural.	Parcerias Culturais: Colaborar com artistas locais e grupos culturais para criar programas regulares.	Frequência e diversidade das atividades culturais oferecidas.			
		Programação Inclusiva: Desenvolver uma programação que inclua festividades locais, tradições e diversidade cultural.	Nível de participação e satisfação das crianças e suas famílias.			

META 37

a) Estabelecimento de Programas de Arte e Criatividade.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Expressão Artística e Criativa	Desenvolver a criatividade e a expressão artística desde os primeiros anos de vida.	Oficinas Artísticas: Criar oficinas regulares de artes visuais, música e teatro para crianças de 0 a 6 anos em centros culturais e escolas.	Número de oficinas e atividades artísticas realizadas.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo: Oferecer no mínimo 05 oficinas e atividades artísticas por ano.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo; Educação e Assistência Social	<p>Curto Prazo (2025): Planejamento, design e lançamento dos primeiros espaços e oficinas.</p> <p>Médio Prazo (2026 a 2029): Expansão dos programas e realização de eventos comunitários de arte.</p>
	Oferecer experiências diversificadas em artes visuais, música e teatro.	Atividades Móveis: Implementar programas de arte móvel que levem atividades artísticas para	Participação das crianças e suas famílias nas oficinas e exposições.			

		diferentes bairros e comunidades.				Longo Prazo (2030 a 2032): Avaliação completa dos impactos dos programas e estabelecimento de parcerias duradouras com instituições culturais.
		Exposições Infantis: Organizar exposições e apresentações regulares das criações artísticas das crianças.	Qualidade e diversidade das obras e apresentações realizadas.	Secretaria de desenvolvimento econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo; Educação.		
META 38						
a) Implementação de Programas de Educação Musical.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Educação Musical e Desenvolvimento Cognitivo	Introduzir crianças à música e seus benefícios desde cedo.	Aulas de Música: Implementar aulas de música regulares, incluindo canto, ritmo e instrumentos simples para crianças pequenas.	Número de aulas e eventos musicais realizados.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo: Estabelecer programas musicais em centros comunitários e/ou escolas até 2032.	Secretaria de desenvolvimento econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo; Educação e Assistência Social Trabalhar com escolas de música, educadores e instituições culturais	Curto Prazo (2025): Planejamento e desenvolvimento do currículo, formação inicial de educadores.
	Estimular o desenvolvimento cognitivo e emocional através da educação musical.	Sessões de Música e Movimento: Oferecer sessões que combinem música e movimento para promover a coordenação motora e a expressão.	Participação das crianças e feedback das famílias.			Médio Prazo (2026 a 2029): Implementação completa dos programas, inclusão dos eventos comunitários.
		Concertos Infantis: Organizar concertos e eventos musicais voltados para crianças e suas famílias.	Avaliação do desenvolvimento musical e cognitivo das crianças.			Longo Prazo (2030 a 2032): Avaliação contínua e expansão dos programas para atingir maior número de crianças.

META 39

a) Desenvolvimento de Programas de Contação de Histórias e Literatura Infantil.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersectorial	Tempo Estimado
Leitura e Alfabetização Precoce	Promover o hábito da leitura e o amor pelos livros desde a primeira infância.	Sessões de Contação de Histórias: Organizar sessões regulares de contação de histórias em bibliotecas, escolas e centros comunitários.	Número de sessões de contação de histórias e clubes de leitura estabelecidos.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo: Estabelecer sessões de contação de histórias e clubes de leitura em diferentes locais.	Trabalhar com bibliotecas, escolas e autores.	Curto Prazo (2025): Planejamento, estabelecimento das primeiras bibliotecas infantis, e início da formação de contadores de histórias. Médio Prazo (2026 a 2029): Expansão completa dos programas, inclusão de eventos regulares de leitura. Longo Prazo (2030 a 2032): Avaliação e expansão contínua dos programas, com ajustes baseados no feedback e na análise dos resultados.
	Envolver as crianças em atividades de contação de histórias e literatura infantil.	Clubes de Leitura Infantil: Criar clubes de leitura para crianças e suas famílias, promovendo discussões e atividades baseadas em livros.	Participação das crianças e feedback sobre as atividades.			
		Parcerias com Autores: Colaborar com autores e ilustradores para eventos de leitura e workshops.	Aumento no interesse e hábito de leitura das crianças.			

META 40

a) Preservação e Valorização da Cultura Local.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersectorial	Tempo Estimado
Patrimônio Cultural e Identidade Local	Preservar e promover a cultura e tradições locais para as novas gerações.	Programas Educativos sobre o Patrimônio: Criar programas que incluam visitas a locais históricos e participação em eventos culturais locais.	Número de programas educativos e projetos de preservação realizados.	Secretaria de desenvolvimento econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo; Assistência Social; Educação: Implementar programas	Secretaria de desenvolvimento econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo; Educação e Assistência Social	Curto Prazo (2025): Desenvolvimento e lançamento dos primeiros programas educativos e eventos.

	Envolver crianças em atividades que celebram e educam sobre o patrimônio cultural local.	Projetos de Preservação: Incentivar projetos escolares e comunitários que documentem e preservem tradições culturais.	Participação das crianças e das famílias nas atividades.	educativos em 60% das escolas e centros culturais.	Trabalhar com instituições culturais, escolas e ONGs de preservação cultural.	Médio Prazo (2026 a 2029): Consolidação e expansão dos programas, com aumento no número de eventos e materiais didáticos. Longo Prazo (2027 a 2029): Avaliação de longo prazo dos impactos culturais e educacionais, com ajustes contínuos para melhorar e expandir a iniciativa.
		Atividades Interativas: Organizar atividades interativas, como oficinas de artesanato e culinária tradicional, que conectem as crianças com o patrimônio local.	Impacto na conscientização e valorização do patrimônio cultural local.	Secretaria de desenvolvimento econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo; Assistência Social; Educação		

META 41

a) Implementação de Programas Esportivos para Crianças de 0 a 6 Anos.

Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Desenvolvimento Físico e Coordenação	Promover a atividade física desde a primeira infância.	Criação de Programas Esportivos: Desenvolver programas esportivos adaptados para crianças pequenas, como atividades motoras básicas, ginástica e jogos.	Número de programas esportivos implementados.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo: Implementar programas esportivos nos centros comunitários na cidade e nos distritos.	Colaborar com Secretarias de Esporte, Educação e Saúde.	Curto Prazo (2025): Planejamento e desenvolvimento dos programas, treinamento de pessoal.
	Desenvolver habilidades motoras e promover hábitos saudáveis.	Parcerias com Clubes e Educadores: Colaborar com clubes esportivos e profissionais para capacitar	Participação das crianças e feedback das famílias.			Médio Prazo (2026 a 2027): Lançamento e implementação dos programas, início da realização de eventos esportivos familiares.

		instrutores e oferecer aulas e eventos.				Longo (2028 a 2030): Avaliação dos impactos dos programas na saúde física e desenvolvimento social das crianças, com expansão baseada nos resultados.
		Infraestrutura Adequada: Investir em infraestrutura segura e apropriada para a prática de esportes infantis.	Desenvolvimento das habilidades motoras e físicas das crianças.			
META 42						
a) Desenvolvimento de Iniciativas Turísticas Adaptadas para a Primeira Infância.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersectorial	Tempo Estimado
Turismo e Educação Ambiental	Introduzir crianças a experiências turísticas educativas e culturais.	Roteiros Educativos: Criar roteiros turísticos adaptados para crianças pequenas, incluindo visitas a sítios históricos, museus interativos e reservas naturais.	Número de roteiros e programas turísticos desenvolvidos.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo: Desenvolver roteiros turísticos adaptados.	Colaborar com Secretarias de Turismo, Educação e Meio Ambiente.	Curto Prazo (2026): Planejamento, avaliação inicial das atrações existentes e desenvolvimento dos primeiros projetos de adaptação.
	Promover o turismo sustentável e adaptado para a primeira infância	Desenvolvimento de Programas de Educação Ambiental e Cultural: Implementar programas que integrem educação ambiental e cultural com experiências turísticas, promovendo o aprendizado através de atividades práticas e interativas.	Participação das famílias e feedback sobre as experiências.			Médio Prazo (2027 a 2029): Implementação das adaptações e desenvolvimento completo das novas atrações, início das primeiras campanhas de marketing.
		Eventos Culturais e Festivals Locais: Organizar eventos e	Total de visitas educativas a parques, reservas e sítios históricos realizadas.			Longo Prazo (2029 a 2031): Avaliação completa do impacto das iniciativas turísticas na atração de turismo

		festivais locais que celebrem a cultura e as tradições da região, oferecendo atrações e atividades voltadas para a primeira infância.				familiar e ajustes conforme necessário para otimizar a oferta.
META 43						
a) Implantar brinquedotecas para promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância no Plano Municipal da Primeira Infância.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersetorial	Tempo Estimado
Desenvolvimento Econômico, Cultura, e Lazer na Primeira Infância	Proporcionar espaços adequados para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças por meio de atividades lúdicas nas brinquedotecas.	Criar brinquedotecas em espaços públicos como praças, centros comunitários e áreas de lazer sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.	Número de brinquedotecas criadas em espaços públicos do município.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico é responsável pela criação, manutenção e gestão das brinquedotecas, assegurando a inclusão de atividades lúdicas e culturais, bem como pela capacitação de agentes culturais para promover o uso adequado dos espaços.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico , em parceria com a Secretaria de Educação , deve integrar o uso das brinquedotecas ao currículo da educação infantil, promovendo o desenvolvimento cognitivo e motor das crianças. Além disso, a Secretaria de Assistência Social será responsável por garantir que as brinquedotecas atendam crianças em situação de vulnerabilidade.	Curto prazo (2025): Capacitação dos agentes culturais e profissionais, lançamento das primeiras brinquedotecas, e realização das primeiras campanhas de sensibilização sobre o brincar.
	Assegurar que todas as crianças da primeira infância tenham acesso a ambientes inclusivos e seguros que estimulem a criatividade e a interação social.	Garantir que as brinquedotecas sejam inclusivas e acessíveis, adaptadas para crianças com deficiência, e equipadas com brinquedos que estimulem o desenvolvimento integral.	Percentual de brinquedotecas acessíveis para crianças com deficiência			Médio prazo (2026 - 2027): Expansão das brinquedotecas para mais espaços públicos e integração das atividades lúdicas ao Plano Municipal da Primeira Infância, com foco na inclusão e acessibilidade.
		Capacitar profissionais de educação e agentes culturais para promover atividades lúdicas e culturais nas brinquedotecas, assegurando que o brincar esteja alinhado	Número de profissionais capacitados para atuar nas brinquedotecas.			Longo prazo (2028 - 2032): Monitoramento e avaliação contínuos das atividades e impacto das brinquedotecas,

8.5 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

META 45						
a) Implementar o Projeto "Saúde e Qualidade de Vida" interdisciplinar de habilitação e reabilitação para crianças com deficiência, alinhado com a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015), visando a inclusão social e o desenvolvimento integral.						
Área Temática	Objetivos	Estratégias	Indicadores de Monitoramento	Meta Setorial	Meta Intersectorial	Tempo Estimado
O projeto "SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA" oferecido pela APAE atende Pessoa com Deficiência Intelectual moderada, severa e múltipla e Transtorno do Espectro Autista, transtorno global do desenvolvimento.	Oferecer um atendimento multidisciplinar personalizado para atender as necessidades Pessoa com Deficiência Intelectual moderada, severa e múltipla e Transtorno do Espectro Autista, transtorno global do desenvolvimento. Integrar as crianças no meio social, proporcionando-lhes ferramentas para desenvolverem suas habilidades e potenciais. Apoiar as famílias das crianças com Deficiência Intelectual moderada, severa e múltipla e Transtorno do Espectro Autista, transtorno	Formação de uma equipe multidisciplinar composta por fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, psicopedagogos, fonoaudiólogos, educadores físicos, cuidadores, uma cozinheira, auxiliares de serviços gerais e um motorista.	Número de crianças atendidas e progresso individual registrado. Satisfação dos pais e responsáveis com os serviços oferecidos, medido por meio de pesquisas e feedback regular.	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE: Implementar estratégias para maximizar o desenvolvimento das crianças, garantindo que todas as intervenções sejam alinhadas com as melhores práticas em saúde e educação especial.	Saúde, Educação, Assistência Social, e Transporte: Coordenar esforços para fornecer um serviço integrado que atenda às diversas necessidades das crianças com deficiência e suas famílias.	Curto Prazo (2024-2025): Estruturação do programa e início dos serviços, com monitoramento inicial e ajustes necessários.
		Desenvolvimento de planos de tratamento individualizados para cada criança, após uma avaliação inicial por todos os especialistas relevantes.	Integração das crianças na comunidade, observada através de sua participação em atividades externas e interações sociais.			Médio Prazo (2026-2027): Expansão dos serviços e reavaliação do impacto do programa, ajustando estratégias conforme necessário.
		Realização de atividades de reabilitação que incluem terapias físicas, psicológicas, e educacionais adaptadas às necessidades individuais.	Eficiência do trabalho em equipe, avaliada através de reuniões regulares de coordenação e revisão de planos de tratamento.			Longo Prazo (2028-2034): Consolidação do programa como modelo de referência para tratamento, educação e inclusão de crianças com Deficiência Intelectual moderada, severa e múltipla e Transtorno do Espectro
		Promoção de programas de conscientização e educação para a comunidade sobre os direitos e				

	global do desenvolvimento, fornecendo orientação e suporte para promover um ambiente inclusivo em casa e na comunidade.	capacidades das pessoas com deficiência. Colaboração com outras políticas públicas para assegurar um suporte abrangente, como acesso à educação inclusiva e serviços de saúde adequados.				Autista, transtorno global do desenvolvimento.
--	---	---	--	--	--	--

8.6 Instituto Terra



PRIMEIRA INFÂNCIA

Carta de Intenções de Ações Futuras para Primeira Infância

Em atendimento à demanda do Comitê Municipal da Primeira Infância, vimos por meio deste idealizar propostas de projetos e ações que poderiam ser realizadas no Instituto Terra em especial para o público alvo da primeira infância entre 0 e 5 anos e 11 meses. Nesse sentido apresentamos abaixo um breve contexto.

O Instituto Terra é uma organização civil sem fins lucrativos fundada em abril de 1998. É voltado para a restauração ambiental e o desenvolvimento rural sustentável da bacia do Rio Doce. A região era originariamente coberta pela Mata Atlântica e abrange municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo.

O Instituto Terra é fruto da iniciativa do casal Lélia Deluiz Wanick Salgado e Sebastião Salgado, que diante do cenário de degradação ambiental em que se encontrava a antiga fazenda de gado adquirida da família de Sebastião Salgado – a exemplo das muitas outras unidades rurais localizadas na cidade mineira de Aimorés –, tomou uma decisão: devolver à natureza o que décadas de degradação ambiental destruiu.

Para alcançar esse objetivo desenvolve projetos que vão desde a restauração florestal e proteção de nascentes até a pesquisa científica aplicada e educação ambiental. Todos os projetos nas mais diferentes áreas são viabilizados através da captação de recursos e de doações de diferentes parceiros.

As atividades de educação ambiental desenvolvidas no Instituto Terra contemplam diversos públicos e atualmente são compostas pelo seguinte portfólio:

- **Terrinhas** – Projeto de conscientização e educação ambiental atrelado a agenda escolar, com foco nos 17 ODS da ONU na Agenda 2030, focados no tema água, recuperação e proteção de nascentes. Público alvo: alunos do 5º ao 7º ano da rede pública e privada de ensino fundamental (10 a 12 anos). Duração 09 meses.
- **Terra Jovens** – Projeto de capacitação e instrumentalização através de oficinas temáticas, reflexivas e críticas com diversas temáticas para jovens de 16 a 29 anos. Duração 02 meses.

- **NERE** – O Núcleo de Estudos em Restauração Ecológica é o um curso pós-técnico para egressos do ensino médio com técnico nas áreas ambientais, que visa formar e capacitar e instrumentalizar jovens para o mercado de trabalho através de uma ampla e diversificada formação focada em atividades práticas. Destina para jovens entre 17 e 22 anos de idade e tem duração de 11 meses.
- **Meliponário Escola** – O Meliponário Escola, é um local fixo dentro do Instituto Terra para o manejo de abelhas melíponas. Esse espaço é para fins de estudos e pesquisas, além de visitação de diferentes públicos. Através do Projeto Meliponário nas Escolas, é possível levar para dentro do ambiente escolar a importância das abelhas nativas na biodiversidade e inserir no contexto escolar a criação racional das abelhas e técnicas de manejo. O manejo racional de abelhas é acessível a qualquer público, e a conscientização e o incentivo ao aumento das populações de abelhas nativas, tem relação direta com a biodiversidade e polinização de diferentes espécies, incluindo na agricultura, sendo responsáveis pela segurança alimentar.
- **Websérie Animada** – Projeto animação destinado aos mais diferentes públicos, que trabalha os conceitos ligados a restauração, fauna, flora e recursos hídricos, através de um contexto histórico e institucional. A websérie animada é composta por 3 episódios de curta duração acessíveis (cessão gratuita) e disponíveis para replicação em qualquer ambiente. Além da websérie animada, o projeto conta com um material didático digital destinado ao professor do ensino fundamental (5º ao 7º) com recursos vinculados à BNCC para facilitar a introdução de diferentes conceitos de meio ambiente e sustentabilidade dentro de sala de aula. Esse material também é cessão gratuita as escolas e professores e demais interessados.
- **Visitação Instituto Terra** – Atividade permanente do Instituto Terra de visitação espontâneas e/ou guiadas aberta para diferentes públicos.

Diante dos projetos e atividades desenvolvidos e relacionados acima, é possível notar que a faixa etária é mista. Porém, o público de maior enfoque não contempla a primeira infância (0 até 5 anos e 11 meses). Nesse sentido sugerimos algumas atividades que podem ser adaptadas para essa faixa etária e que a depender da disponibilidade financeira e de projetos poderão ser executadas pelo Instituto Terra:

- **Terrinhas** – Multiplicação do conhecimento adquiridos pelos alunos participantes do projeto e professores capacitados, em forma de teatro, pinturas, brincadeiras, entre outros, destinado à essa faixa etária da primeira infância em escolas que tenham educação infantil e Ensino Fundamental no mesmo local. O Instituto Terra, por meio da sua equipe pedagógica, poderia orientar os alunos e professores capacitados pelo projeto a promoverem a multiplicação dentro

do ambiente escolar para o público da primeira infância (onde a Educação Infantil e o Ensino Fundamental sejam na mesma escola), a partir de 2025.

- **Meliponário Escola** – Atividades no Instituto Terra serão realizadas por meio da visita espontânea e/ou guiada do público da primeira infância, conforme demanda e disponibilidade. Também conforme a disponibilidade, poderão ser incluídas visitas nas escolas municipais e creches, sendo realizadas de forma lúdica, com teatro de fantoches, vídeos, brincadeiras e pinturas com tinta. A equipe pedagógica do Instituto Terra realizará uma capacitação com os colaboradores e alunos do NERE que realizam atividades no meliponário, para que eles compreendam a linguagem específica a ser utilizada nas atividades a serem desenvolvidas, a partir de 2025.

- **Websérie animada** – Escolas e professores poderão solicitar a cessão gratuita dos episódios animados para exibição ao público da primeira infância e associados. Junto ao material animado, podem ser desenvolvidas atividades de fixação e introdução de conceitos relacionados a questões ambientais. As escolas e creches com público pertencente à primeira infância receberão o material e serão instruídas pela equipe pedagógica do Instituto Terra na utilização e replicação do conteúdo. A previsão é que isso comece a partir de 2025.

- **Visitação Instituto Terra** – O Instituto Terra, a longo prazo, poderá capacitar os colaboradores diretamente responsáveis pelo atendimento às visitas e às equipes de educação para que atendam também ao público dessa faixa etária, adaptando suas atividades de forma lúdica para abordar a história do Instituto Terra, as trilhas, os viveiros e a importância da educação ambiental para as crianças. A equipe pedagógica do Instituto Terra realizará uma capacitação com os colaboradores, de modo que as atividades sejam adaptadas para a faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses. A previsão é que isso comece a partir de 2025.

Aimorés, 23 de Maio de 2024

CERA - Centro de Educação e Recuperação Ambiental
Gerente de Educação e Pessoas
Jeieli M. Oliveira Capettini

Coordenadora de Educação
Thais C. Moraes Reis

9. GOVERNANÇA, COMUNICAÇÃO E MONITORAMENTO

Ilustração: Laura Vitória de Souza Rocha



A implementação do Plano Municipal da Primeira Infância (PMPI) em Aimorés exige uma governança eficaz e um sistema de comunicação transparente, que garantam o envolvimento de todos os atores envolvidos no processo, desde os gestores municipais até a comunidade. A governança do PMPI é essencial para assegurar que as ações planejadas sejam executadas com eficiência, considerando as especificidades do município, e para que os resultados almejados sejam alcançados em prol das crianças na primeira infância.

Acompanhamento e Monitoramento

O acompanhamento e monitoramento das ações do PMPI em Aimorés serão realizados por uma equipe multidisciplinar, composta por representantes das Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e outros órgãos relevantes. Este grupo terá a responsabilidade de avaliar o progresso das metas estabelecidas, identificando desafios e propondo soluções para garantir o cumprimento dos objetivos do plano. Para tanto, serão utilizados indicadores específicos que permitirão medir o impacto das ações e o desenvolvimento das crianças atendidas. Reuniões periódicas serão realizadas para revisar o andamento das ações e ajustar estratégias conforme necessário.

Divulgação das Ações do PMPI

A comunicação transparente e eficaz é fundamental para o sucesso do PMPI em Aimorés. Para isso, serão realizadas Audiências Públicas e será implementado um plano de comunicação visando informar a comunidade sobre as ações em andamento, os resultados obtidos e as metas futuras. Esse plano incluirá a divulgação de informações por meio de canais variados, como redes sociais, site oficial da prefeitura, boletins informativos e reuniões comunitárias. Além disso, a participação ativa das famílias será incentivada através de eventos e campanhas de sensibilização, promovendo um entendimento mais amplo sobre a importância da primeira infância e o papel de cada cidadão na construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento das crianças.

Entendemos que a governança e a comunicação são pilares essenciais para a implementação bem-sucedida do PMPI, assim através de acompanhamento e monitoramento contínuos, e de uma comunicação clara e acessível, o município poderá garantir que todas as crianças tenham acesso às oportunidades necessárias para um desenvolvimento pleno e saudável. O compromisso de Aimorés com a primeira infância reflete-se na dedicação com que as políticas públicas estão sendo articuladas e executadas, criando um futuro mais promissor para suas crianças e, conseqüentemente, para toda a comunidade.

QUADRO OPERATIVO AÇÕES DE GOVERNANÇA, COMUNICAÇÃO E MONITORAMENTO		
AÇÕES	DATA	MONITORAMENTO
Publicação mensal de informativos sobre os avanços do PMPI.		
Realização de reuniões mensais do Comitê de Monitoramento.		
Disponibilização trimestral de relatórios de progresso à comunidade.		
Implementação de uma plataforma digital para monitoramento até o final do primeiro ano.		

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal para a Primeira Infância de Aimorés reflete o compromisso da gestão municipal com o desenvolvimento pleno das crianças de 0 a 6 anos, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este documento, construído de forma participativa, articula diversas áreas estratégicas, incluindo educação, saúde, assistência social, cultura, lazer, e direitos humanos, buscando promover o desenvolvimento integral das crianças em um ambiente seguro, inclusivo e estimulante.

Ao longo deste plano, foram estabelecidos objetivos ambiciosos, mas necessários, que visam garantir que todas as crianças do município, independentemente de sua situação socioeconômica, tenham acesso a serviços de qualidade. A primeira infância, fase crucial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, foi tratada com a prioridade que lhe é devida, reconhecendo que é nesse período que se constroem as bases para a formação de cidadãos ativos, críticos e comprometidos com a sociedade.

Entre as principais metas, destaca-se a expansão do atendimento integral para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, em Creches, e para crianças de 4 e 5 anos, em Pré-Escolas, garantindo a universalização do acesso à Educação Infantil e priorizando a qualidade do serviço oferecido. As ações propostas visam não só ampliar o número de matrículas, mas também assegurar que as unidades escolares sejam adequadas, acessíveis e equipadas com materiais pedagógicos apropriados para a faixa etária atendida. Além disso, reforça-se a importância de contar com uma equipe multidisciplinar de profissionais qualificados, continuamente capacitados para atender às necessidades específicas de cada criança.

Outro eixo central do plano é a valorização do direito ao brincar. Para isso, foram propostas a criação e revitalização de espaços públicos, brinquedotecas e parques infantis, que promovam a socialização, a expressão criativa e o desenvolvimento motor das crianças. Acredita-se que o espaço público deve ser acolhedor para as crianças, oferecendo-lhes a oportunidade de explorar, interagir e aprender em um ambiente que valorize a infância.

O plano também enfatiza a importância da participação das famílias no processo educativo. A educação infantil não se limita aos muros da escola, e é essencial que as famílias estejam envolvidas na vida escolar das crianças, contribuindo para a construção de um projeto pedagógico que respeite e valorize as especificidades de cada contexto familiar. A implementação de programas de orientação e apoio às famílias, em articulação com as áreas de saúde e assistência social, visa fortalecer os vínculos entre escola, comunidade e família, criando uma rede de suporte que favoreça o desenvolvimento infantil.

Além disso, o município de Aimorés compromete-se a combater todas as formas de violência contra a criança, promovendo uma cultura de paz e não violência através de campanhas educativas e da criação de canais eficientes de denúncia e acompanhamento. A proteção dos direitos das crianças em situação de vulnerabilidade social é um eixo transversal do plano, assegurando que todas as crianças, independentemente de sua condição social ou registro civil, tenham acesso aos serviços oferecidos.

É importante destacar que este plano não é um documento estático, mas um instrumento vivo, que deve ser continuamente monitorado e revisado conforme as demandas da população infantil evoluírem. A gestão municipal reafirma o seu compromisso em avaliar, periodicamente, o progresso das metas e estratégias, garantindo que o Plano Municipal para a Primeira Infância seja uma ferramenta eficaz para a promoção do desenvolvimento integral das crianças.

Finalmente, o município de Aimorés reafirma a importância de uma governança participativa e intersetorial, essencial para a implementação eficaz das políticas públicas voltadas para a primeira infância. Este plano, resultado de um esforço coletivo, marca o início de um novo ciclo de atenção à infância no município, pautado pelo respeito, cuidado e valorização de cada criança, desde o seu nascimento até os 6 anos. O futuro das crianças de Aimorés depende das ações que implementamos hoje, e este plano é o reflexo do nosso compromisso com um futuro mais justo, inclusivo e promissor para todas as crianças do município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Publicado em 05 de outubro de 1988. Brasília. DF.

BRASIL. Lei 13.257 - Marco legal da Primeira Infância. Publicada em 8 de março de 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, nº 12.662, de 5 de junho de 2012, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09/05/2024.

BRASIL. Lei nº 14.826, de 20 de março de 2024. Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022. Acesso em: 10/04/2024

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 09/05/2024

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

Dados do Auxílio Brasil (Famílias)

Hospital São José e São Camilo

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aimores/panorama>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aimores/historico>

<https://dadosgeociencias.ibge.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=67c70e701c624c63a6f1754a8b8bce4a>

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe4W4Fra3X8QtWqTphmT71ZAp_RBXnrG1ihrxMwmvhBCbfBAw/closedform

<http://indicadoressifilis.aids.gov.br/>

<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/apoiando-o-desenvolvimento-na-primeira-infancia-da-ciencia-a-difusao/>

<https://rnpiobserva.org.br/> - (Violência)

<https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/aimores-mg/>

<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index> - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)

<https://sisaps.saude.gov.br/painelsaps/saude-familia>

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc/cnv/nvrr.def> - Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/Ministério da Saúde)

http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?bd_pni/cpnibr.def - Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI)

<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>

<https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/mg/aimores>

IFAN. Instrumento de Diagnóstico Situacional da Primeira Infância e Marco Lógico para a Elaboração dos Planos Municipais Pela Primeira Infância. Fortaleza. 2013.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de desenvolvimento sustentável. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 23/05/2024.

Plano Nacional Primeira Infância: 2010 - 2022 | 2020 - 2030 / Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); ANDI Comunicação e Direitos. - 2ª ed. (revista e atualizada). - Brasília, DF: RNPI/ANDI, 2020.

PREFEITURA Municipal de Aimorés, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

PREFEITURA Municipal de Aimorés, Secretaria Municipal de Educação

PREFEITURA Municipal de Aimorés, Secretaria Municipal de Saúde

PREFEITURA Municipal de Aimorés, Secretaria de Assistência Social

Rede Nacional Primeira Infância. (2020). *Plano Nacional pela Primeira Infância: Aprovado pelo CONANDA em dezembro de 2010 e revisado em 2020*. Brasília: RNPI.

Rede Nacional Primeira Infância (2020). Guia para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância); ANDI Comunicação e Direitos. 4ª ed. - Brasília, DF: RNPI/ ANDI, 2020.
Rede Nacional Primeira Infância (2024). Recomendações para os Planos pela Primeira Infância. <http://primeirainfancia.org.br/>

Rede Primeira Infância – Minas Gerais (2024). Trilha do PMPI: Um passo a passo para agilizar o processo de construção coletiva do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) no seu município.

Aimorés, 13 de setembro de 2024

Marcelo Marques
Prefeito Municipal de Aimorés/MG

ANEXOS

Linha do Tempo

Para contextualizar a construção do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), é essencial destacar que o município de Aimorés buscou alinhar suas ações com as necessidades reais das crianças de 0 a 6 anos, levando em consideração suas demandas sociais, educacionais e de lazer. O plano foi elaborado com a participação de diversas secretarias, especialistas, educadores e a própria comunidade, visando o desenvolvimento integral das crianças e a garantia de seus direitos.

Assim, o PMPI reflete o compromisso de Aimorés com a primeira infância, estabelecendo metas concretas e estratégias inovadoras para criar um ambiente favorável ao crescimento e bem-estar infantil.

Linha do tempo do PMPI	
Janeiro/2024 Setembro/2024	Portaria nº 096 de 18 de Janeiro de 2024, alterada pela Portaria nº 445 de 10 de setembro de 2024.
04/04/2024	Início do diagnóstico
03/07/2024	Audiência pública
10/04/2024	Escuta das crianças
Toda 4ª quarta de março a julho	Reuniões do Comitê
18/01 a 13/09/2024	Redação do PMPI

Portaria de criação do Comitê da Primeira Infância.

Prefeitura Municipal de Aimorés
Avenida Raul Soares, 310 – Centro – Aimorés – MG, CEP 35200-000
CNPJ: 18 348.094/0001-50 – Fone: (33) 3267-1671 – Fax: (33) 3267-1603
Site: www.almores.mg.gov.br

PORTARIA Nº 445/2024

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO COMITÊ INTERSETORIAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA”.

MARCELO MARQUES, Prefeito Municipal de Aimorés (MG), no uso das atribuições legais que lhes são pertinentes, pelo arrimo no art. 64, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de alterar os membros do Comitê Intersetorial Para Elaboração do Plano Municipal Pela Primeira Infância, que foram nomeados pela Portaria nº 096/2024.

R E S O L V E:

Artigo. 1º. Alterar membros para compor o Comitê Intersetorial Para Elaboração do Plano Municipal Pela Primeira Infância, a saber:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Mirian Barcellos Noibauer

CPF: 974.545.326-91

Suplente: Karla Tápias Alves Vidal Lopes

CPF: 075.142.457-90

LIONS CLUBE

Titular: Vanuza Maria B. Melo Silva

CPF: 802.502.387-72

Suplente: Maria Madalena Jesus da Silva Patrício

CPF: 026.656.746-02

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE AIMORÉS

Titular: Filipe Pereira Dias do Nascimento

CPF: 115.175.626-19

Suplente: Maria de Lourdes Oliveira de Castro

CPF: 196.070.407-91

**Prefeitura Municipal de Aimorés**

Avenida Raul Soares, 310 – Centro – Aimorés – MG, CEP 35200-000
CNPJ: 18.348.094/0001-50 – Fone: (33) 3267-1671 – Fax: (33) 3267-1603
Site: www.aimores.mg.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Wallace Rosa Gomes

CPF: 108.022.417-35

Suplente: Patrícia de Oliveira Santos Wolfgramm

CPF: 095.841.447-58

INSTITUTO TERRA

Titular: Jeieli Madeira de Oliveira Capettini

CPF: 058.624.477-84

Suplente: Thais Cesário de Moraes Reis

CPF: 126.493.156-52

CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Titular: Sandro Pereira

CPF: 092.075.606-90

Suplente: Ilvania de Paula

CPF: 544.630.506-00

CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Titular: Zilá da Silva Soeiro

CPF: 243.636.007-30

Suplente: Noádia Aprígio Dias da Luz

CPF: 078.472.456-39

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Giane Kelly Costa de Almeida

CPF: 027.222.216-08

Suplente: Patrícia Espanhol Cabral

CPF: 089.272.226-60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, CULTURA E TURISMO

Titular: Gustavo Gonçalves Parente

**Prefeitura Municipal de Aimorés**

Avenida Raul Soares, 310 – Centro – Aimorés – MG, CEP 35200-000
CNPJ: 18.348.094/0001-50 – Fone: (33) 3267-1671 – Fax: (33) 3267-1603
Site: www.aimores.mg.gov.br

CPF: 075.645.696-70

Suplente: Millena Vitória Silva Oliveira

CPF: 152.502.636-40

REPRESENTANTE DE PAI OU MÃE DE CRIANÇA MENOR DE 06 (SEIS) ANOS**Titular:** Cecília Garcia Barbosa

CPF: 092.528.916-76

Suplente: Maksane Maria Silva Pimenta

CPF: 089.810.696-62

Artigo. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial as nomeações anteriores.

Prefeitura Municipal de Aimorés (MG), 10 de setembro de 2024.



MARCELO MARQUES
Prefeito Municipal

CERTIDÃO: Certifico que dei publicidade a presente Portaria, fazendo afixar o seu texto em locais públicos de costumes, na data supra.



WALACE GOMES ROSA
Secretário Interino Municipal de Administração

O processo de criação do PMPI

O processo de criação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Aimorés foi encenado de forma colaborativa e participativa, com o objetivo de garantir a implementação de políticas públicas externas para o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos. Para isso, foram realizadas reuniões semanais com os coordenadores do PMPI Municipal, juntamente com o Comitê responsável pela elaboração do plano. Nessas reuniões, discutimos as necessidades locais, analisamos dados e definimos metas e estratégias, sempre com o foco em atender às demandas específicas da primeira infância no município. Uma abordagem integrada entre diferentes setores permitiu a construção de um plano sólido e alinhado às realidades e aos desafios de Aimorés.



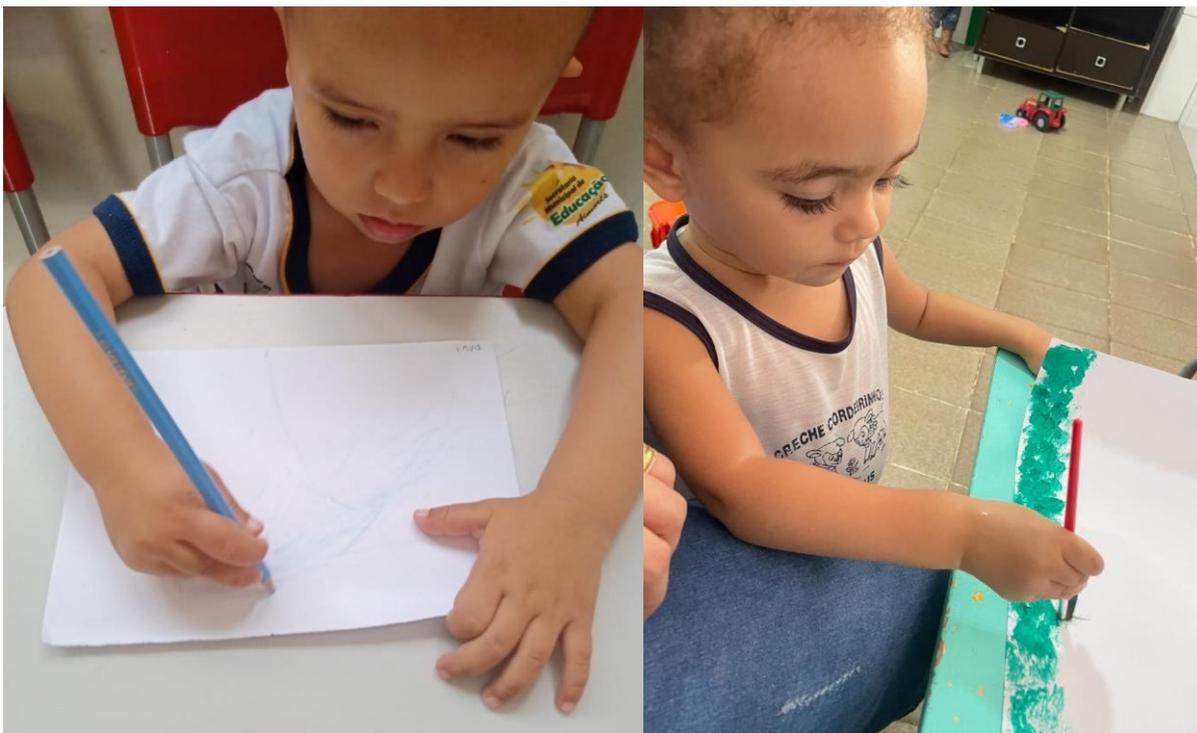


Escuta das Crianças (Participação infantil no PMPI)

As imagens retrata as crianças pequenas imersa em uma atividade de pintura, o envolvimento infantil no processo de construção do Plano Municipal para a Primeira Infância (PMPI) por meio da arte. É através da arte, que a criança expressa suas percepções do mundo, inclusive de suas expressões não verbais, para captar suas necessidades e desejos. Esse momento mostra

que, mesmo na primeira infância, as crianças têm muito a comunicar, e suas contribuições são essenciais para a construção de políticas públicas inclusivas e sensíveis.





A mediação do professor e o trabalho de campo são essenciais para o desenvolvimento integral na primeira infância. O professor atua como guia, criando ambientes que despertam a curiosidade e promovem a descoberta ativa. O trabalho de campo, como visitas a espaços naturais, permite que as crianças explorem conceitos ambientais e culturais de forma prática. Essas vivências fortalecem o senso de pertencimento e curiosidade. A mediação do professor ajuda a conectar essas experiências com o aprendizado em sala de aula, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, além de promover a autonomia das crianças.





Pesquisa de campo

Audiência Pública

O processo de criação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) foi marcado pela participação ativa da sociedade e por uma abordagem colaborativa entre diferentes setores. Um momento central nesse processo foi a realização da Audiência Pública, que possibilitou uma ampla participação da comunidade, garantindo que as vozes de diversos segmentos fossem ouvidas e consideradas na construção do plano. Durante a audiência, foram apresentados diagnósticos sobre a situação da primeira infância no município, bem como propostas de ações específicas para o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos. A participação de pais, educadores, profissionais de saúde, assistência social e outros membros da sociedade civil foi fundamental para alinhar as metas do plano às necessidades reais da população infantil de Aimorés. Esse espaço de diálogo fortalece a legitimidade do PMPI, tornando-o mais inclusivo e representativo dos interesses coletivos



Coordenadoras do PMPI de Aimorés



Prefeito Municipal, Secretários e representante de secretário



Participação da Comunidade



Participação da Comunidade



Prefeito Municipal, Secretários e representante de secretário



A Educação na Audiência Pública



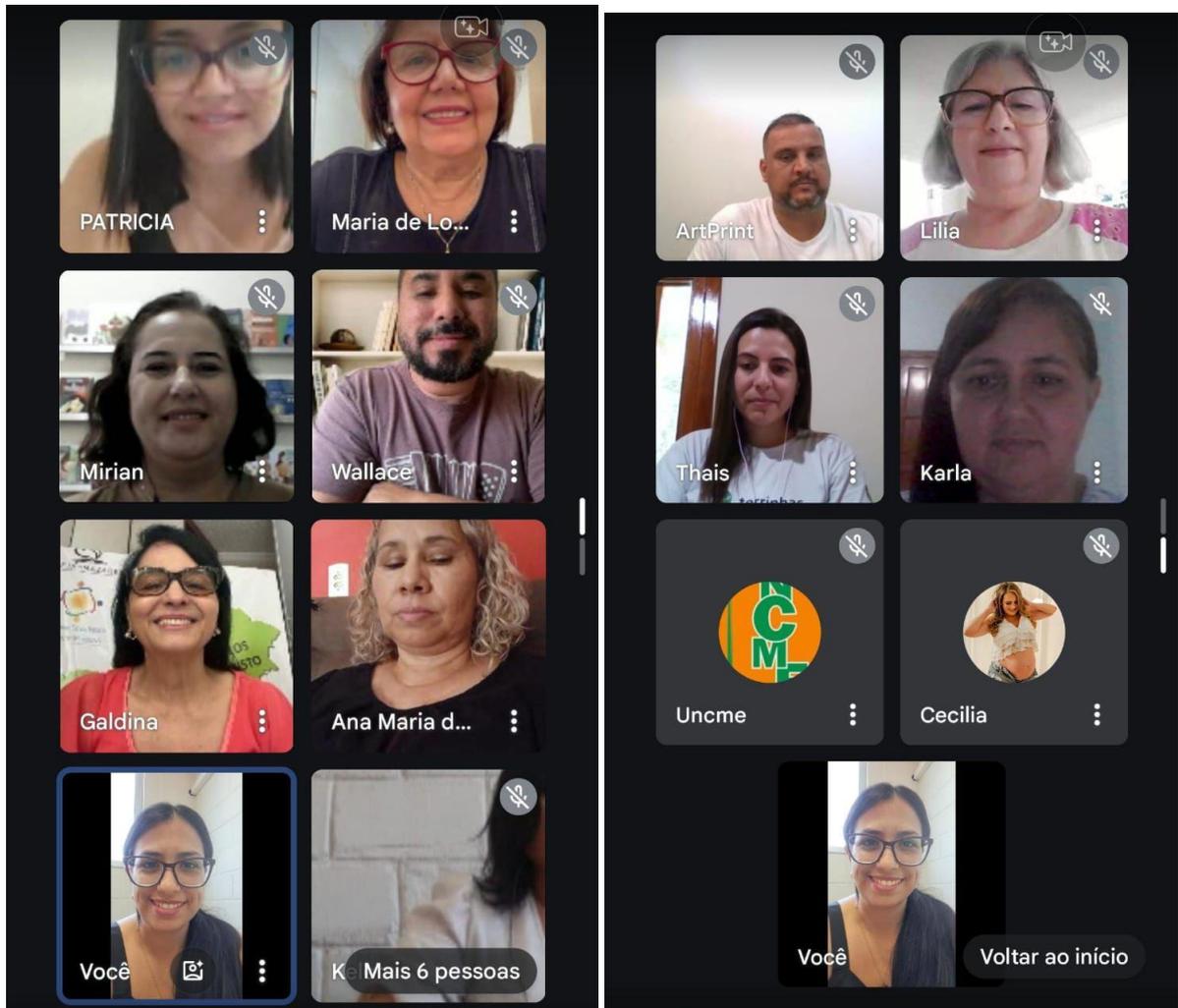
Comitê e coordenadores da construção da PMPI municipal

Reunião com a consultoria e supervisão do PMPI

A reunião com a consultoria e supervisão do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) foi um marco importante no processo de elaboração do plano, reunindo representantes do Comitê e membros da Secretaria Municipal de Educação de Aimorés. O objetivo principal do encontro foi garantir que as diretrizes e estratégias do plano fossem discutidas de forma aprofundada e cumpridas com as melhores práticas no campo do desenvolvimento infantil. O fortalecimento dessa articulação entre os setores de educação, saúde, assistência social e outros foi destacado como um fator chave para o sucesso do plano, garantindo uma abordagem integrada e holística no atendimento às crianças de 0 a 6 anos.

Essa reunião foi essencial para a estruturação do PMPI, não apenas para garantir a adequação técnica do plano, mas também para fornecer uma visão mais ampla e integrada das necessidades da primeira infância em Aimorés. A colaboração entre a consultoria e os representantes do Comitê e da Secretaria Municipal de Educação reforçou o compromisso do município em construir um plano robusto, que seja capaz de transformar a realidade das crianças e contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais acolhedora e exclusiva

para as novas gerações. Assim, o PMPI se consolida como um instrumento essencial para a promoção dos direitos das crianças, pautado na construção coletiva e sem compromisso com a qualidade das políticas públicas voltadas para a primeira infância.



LISTA DE SIGLAS

AB	-	Atenção Básica
AEE	-	Atendimento Educacional Especializado
AME	-	Ambulatório Médico de Especialidade
APAE	-	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APS	-	Atenção Primária à Saúde
BPC	-	Benefício de Prestação Continuada
CadSUS	-	Cadastro Nacional do SUS
CAPS	-	Centro de Atenção Psicossocial
CEDCA	-	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente
CMDCA	-	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMAS	-	Conselho Municipal de Assistência Social
CONANDA	-	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	-	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPJ	-	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CRAS	-	Centro de Referência de Assistência Social
CT	-	Conselho Tutelar
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	-	Educação de Jovens e Adultos
ESF	-	Estratégia de Saúde da Família
INASC	-	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	-	Instituto Nacional de Previdência Social
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	-	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	-	Lei Orçamentária Anual
LOAS	-	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	-	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ODS	-	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	-	Organização Mundial de Saúde
PBF	-	Programa Bolsa Família
PMPI	-	Plano Municipal para Primeira Infância

PPA	-	Plano Plurianual
PSE	-	Programa Saúde na Escola
PSF	-	Programa de Saúde da Família
SESP	-	Serviço Especial de Saúde Pública
SIM	-	Sistema de Informações sobre mortalidade
SINAN	-	Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação
SIPNI	-	Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações
SISVAN	-	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SMASPS	-	Secretaria Municipal da Assistência e Promoção Social
SME	-	Secretaria Municipal de Educação
SMS	-	Secretaria Municipal de Saúde
SUAS	-	Sistema Único da Assistência Social
SUS	-	Sistema Único de Saúde
UBS	-	Unidade Básica de Saúde

CMDCA**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Rua Getúlio Vargas, 160, Centro, Aimorés-MG – CEP: 35200-000

Tel.: (33) 3267-1259 – E-mail: cmdca.aimores@yahoo.com.br

**RESOLUÇÃO 308/2024/CMDCA/AIMORÉS**

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal pela Primeira Infância (2024-2034) do município de Aimorés – MG.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Aimorés, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal 2.676/2019, Regimento Interno (Resolução CMDCA Nº160/2020), e,

CONSIDERANDO que o município de Aimorés fez adesão a campanha “50 Planos Municipais pela Primeira Infância de Minas Gerais”, promovida pela Rede Primeira Infância, com o apoio da Fundação Van Leer, CECIP, Urban95, UNCME-MG e da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI)

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária Ordinária realizada em 26 de setembro de 2024 e registrada em ata sob o nº 097.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar por unanimidade o Plano Municipal pela Primeira Infância (2024-2034) do município de Aimorés – MG, conforme apresentado pelo Comitê Intersetorial para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância criado pela Portaria nº 445/2024.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Aimorés, 30 de setembro de 2024

Ronaldo César dos Santos Filho
Presidente do CMDCA de Aimorés-MG